

Green Marble 2023

ESTUDOS SOBRE O ANTROPOCENO E ECOCRÍTICA / STUDIES ON
THE ANTHROPOCENE AND ECOCRITICISM

Editores

*João Ribeiro Mendes, Isabel Ponce de Leão,
Maria do Carmo Mendes, Rui Paes Mendes*

Green Marble 2023

ESTUDOS SOBRE O ANTROPOCENO E ECOCRÍTICA /
STUDIES ON THE ANTHROPOCENE AND ECOCRITICISM

Editores

*João Ribeiro Mendes, Isabel Ponce de Leão,
Maria do Carmo Mendes, Rui Paes Mendes*

Edição:
INfAST-Institute for Anthropocene Studies

Apoio:



Ficha técnica:

Título

GREEN MARBLE 2023. Estudos sobre o Antropoceno e Ecocrítica / Studies on the Anthropocene and Ecocriticism

Editores

João Ribeiro Mendes, Isabel Ponce de Leão, Maria do Carmo Mendes, Rui Paes Mendes

Local

Braga

Data

2023

DOI

10.21814/1822/87424

ISBN

978-989-33-5609-8

ÍNDICE

INTRODUÇÃO/INTRODUCTION	i
☰ CONFERÊNCIAS	1
TURISMO SUSTENTÁVEL. A DOCTRINA E A SUA CONSECUÇÃO, NA ÓTICA DA UNIÃO EUROPEIA	3
VENTOS CRUZADOS EM SUÃO DE ANTUNES DA SILVA	17
CAN ECOCLIMATIC SUSTAINABILITY BE PROMOTED IN VIRTUAL TOURISM WITHOUT COMPROMISING THE TOURIST EXPERIENCE?	27
DIGITAL NOMADISM IN THE ANTHROPOCENE: PHILOSOPHICAL-ANTHROPOLOGICAL ANALYSIS OF THE CONTRADICTIONS AND LIMITS OF THIS PHENOMENON.	41
“A PERFEIÇÃO DO UNIVERSO”: UMA ECOVIAGEM	61
IS ECOTOURISM ENVIRONMENTALLY AND SOCIALLY ACCEPTABLE IN THE CLIMATE, DEMOGRAPHIC, AND POLITICAL REGIME OF THE ANTHROPOCENE?	73
O ENVOLVIMENTO DA COMUNIDADE LOCAL EM PROJETOS DE ECOTURISMO À LUZ DA RESPONSABILIDADE SOCIAL	89
A TAXA TURÍSTICA COMO INSTRUMENTO DE QUALIDADE NO DESTINO TURÍSTICO	105
ARTE E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS	117
PROGRAMA DO EVENTO	125
CARTAZES DO EVENTO	129
FOTOS DO EVENTO	133

INTRODUÇÃO/INTRODUCTION

*João Ribeiro Mendes, Isabel Ponce de Leão,
Maria do Carmo Mendes, Rui Paes Mendes*

Em 2000, o químico atmosférico Paul Crutzen e o limnologista Eugene Stoermer formularam a conhecida hipótese do Antropoceno, segundo a qual a história natural da Terra entrou já num novo capítulo caracterizado pelo impacto nocivo ou disruptivo das atividades humanas na dinâmica do Sistema Terrestre a todas as escalas, incluindo a global (Crutzen & Stoermer, 2000).

Gerou-se depois um consenso de que esse impacto começou a tornar-se evidente durante a Era Industrial (1800-1945), mas só adquiriu extensão planetária no período da chamada Grande Aceleração (1945-ca. 2015), durante o qual parâmetros críticos do funcionamento do Sistema Terrestre e indicadores socioeconómicos que contribuem significativamente para afetá-lo começaram a aumentar de modo extraordinário, contínuo e quase simultâneo (Steffen, Crutzen e McNeill, 2007).

Um desses indicadores socioeconómicos da ação antropogénica com impacto geossistémico é o do Turismo Internacional, que passou de 25 milhões de entradas de visitantes internacionais a um país (nele pernoitando pelo menos uma noite) em 1950 para uns estonteantes 1,2 mil milhões em 2015 (Amelung et. al., 2016).

Esse aumento de cerca de 50 vezes tornou o Turismo Internacional num fenómeno planetário e numa das maiores indústrias do mundo, geradora, em 2015, de 10% do PIB global, de 1 em cada 11 empregos, de 7% de todas as exportações e de 30% das exportações de serviços (Amelung et. al., 2016).

Nele obviamente teve um papel fundamental a aviação comercial que, numa geração apenas, tornou comum em muitos países desenvolvidos voos de milhares de quilómetros para umas férias ou um fim de semana, contribuindo para transformar a maneira de viajarmos no e experienciarmos o nosso planeta.

Como previsível, o Turismo Internacional tem enormes impactos ecológicos e consequências substanciais para a sustentabilidade geo-ambiental. Essas, todavia, ainda permanecem insuficientemente exploradas (e.g., Gren & Huijbens, 2016)., nomeadamente em países nos quais o setor do turismo se tornou estratégico para o seu desenvolvimento, como é o caso de

Portugal, em particular após a pandemia de Covid-19 (ainda não oficialmente terminada).

Foi essa ordem de constatações que nos motivou a realizar o *Green Marble 2023 - Encontro Internacional de Estudos do Antropoceno e Ecocrítica*, subordinado ao tema “Ecoturismo e Ecoviagens no Antropoceno”. O objetivo consistiu em abordar especificamente como é que o Ecoturismo, entendido como uma forma de turismo responsável que envolve viagens sustentáveis para áreas naturais, preservando o meio ambiente e beneficiando as comunidades locais, pode contribuir para a construção de um Bom Antropoceno, aquele no qual nos tornámos capazes de usar o inédito poder coletivo de atuar no/sobre o planeta que adquirimos de maneira equilibrada e justa (Dalby, 2016).

Durante três dias, um grupo de pessoas ligadas a instituições académicas, autarquias e empresas reuniu no Mosteiro de Ancede-Centro Cultural (MACC), em Baião. O enfoque do encontro foi a exploração e análise de questões relacionadas com o Antropoceno e a Ecocrítica, nomeadamente as concernentes ao ecoturismo e às ecoviagens. O principal propósito foi o de partilhar conhecimentos e promover debates sobre a intrincada interação entre os seres humanos e a natureza, sublinhando o impacto global das ações humanas no nosso planeta. As discussões abrangeram diversas perspectivas disciplinares.

No âmbito do GM2023 decorreu também a exposição “Arte e Alterações climáticas”, inaugurada na tarde de 1 de junho, uma quinta-feira, na sequência da qual houve um Verde de Honra, generosamente oferecido pela Câmara Municipal de Baião. A mostra compreendeu contributos de 67 artistas, incluindo uma variedade de obras de arte, como pinturas, esculturas, fotografias, instalações e obras audiovisuais. Com ela se pretendeu provocar reflexões e diálogos, despertando a consciência coletiva para a imperativa proteção do meio ambiente para as gerações vindouras. Reconhecendo o papel vital da arte na sensibilização ambiental, ofereceu-se aos artistas uma plataforma para expressarem não apenas as suas visões pessoais, mas também críticas incisivas aos impactos das atividades humanas na natureza. Essas suas obras não só estimularam fecundas discussões, como também instigaram a reflexão sobre a nossa responsabilidade, intencional ou inconsciente, nas atuais mudanças climáticas e na sua possível intensificação.

Encontra-se reunida neste volume uma compilação das melhores comunicações realizadas no evento científico em 2 de junho, organizadas alfabeticamente.

O terceiro dia do GM2023 foi dedicado a uma visita ao futuro geossítio do rio Ovil, um afluente do rio Douro, um local de elevado valor geológico que tem vindo a ser requalificado através de técnicas de engenharia natural no sentido de o devolver ao seu carácter original em termos de ecossistema.

Um agradecimento especial é devido à Câmara Municipal de Baião, na pessoa do seu Presidente, Dr. Paulo Pereira, assim como de todos os funcionários do MACC que tão diligentemente nos ajudaram a que o GM2023 pudesse ter tão bem corrido.

Outro agradecimento especial é dirigido à Árvore-Cooperativa de Atividades Artísticas pelo inestimável apoio dado na organização da exposição “Arte e Alterações climáticas”, decisivo para o seu tão grande sucesso.

E um último agradecimento especial é deixado aos colegas da República da Eslováquia, que fizeram os cerca de 2500 km que separam Bratislava de Ancede para se nos juntarem, a quem nos liga a amizade e a admiração.

In 2000, atmospheric chemist Paul Crutzen and limnologist Eugene Stoermer formulated the well-known Anthropocene hypothesis. According to this hypothesis, the Earth's natural history has entered a new chapter characterized by the harmful or disruptive impact of human activities on the dynamics of the Earth System at all scales, including the global scale (Crutzen & Stoermer, 2000).

A consensus emerged that this impact began to manifest itself during the Industrial Era (1800-1945) but only achieved planetary dimensions during the period of the so-called Great Acceleration (1945-ca. 2015). Critical parameters of the Earth System's functioning and socio-economic indicators that significantly contribute to affecting it started to increase extraordinarily, continuously, and almost simultaneously during this period (Steffen, Crutzen, and McNeill, 2007).

One such socio-economic indicator of anthropogenic action with geosystemic impact is International Tourism. It soared from 25 million international visitor arrivals in 1950 to a staggering 1.2 billion in 2015 (Amelung et al., 2016). This approximately 50-fold increase turned International Tourism into a global phenomenon and one of the world's largest industries, contributing 10% to the global GDP, 1 in 11 jobs, 7% of all exports, and 30% of service exports in 2015 (Amelung et al., 2016).

Aviation played a crucial role in this surge, making long-distance flights for vacations or weekends commonplace in many developed countries, transforming the way we travel and experience our planet in just one generation.

As expected, International Tourism has enormous eco-climatic impacts and substantial consequences for geo-environmental sustainability. However, these remain insufficiently explored, particularly in countries where the tourism sector has become strategic for development, such as Portugal, especially after the Covid-19 pandemic (which is not officially over yet).

These observations motivated us to organize *Green Marble 2023 - International Conference on Anthropocene Studies and Ecocriticism*, focusing on the theme “Ecotourism and Eco-travel in the Anthropocene.” The goal was to specifically address how Ecotourism, understood as a responsible form of tourism involving sustainable travel to natural areas, preserving the environment and benefiting local communities, can contribute to building a Good Anthropocene. This is a scenario in which we become capable of using the unprecedented collective power to act on/with the planet in a balanced and just manner (Dalby, 2016).

Over three days, a group of individuals from academic institutions, municipalities, and businesses gathered at the Mosteiro de Ancede-Cultural Center (MACC) in Baião. The focus of the meeting was to explore and analyze issues related to the Anthropocene and Ecocriticism, specifically those concerning ecotourism and eco-travels. The main purpose was to share knowledge and promote discussions about the intricate interaction between humans and nature, emphasizing the global impact of human actions on our planet. The discussions covered various disciplinary perspectives.

During GM2023, the "Art and Climate Change" exhibition also took place, inaugurated on the afternoon of June 1, a Thursday, followed by a green wine taste reception generously offered by the Municipal Council of Baião. The exhibition featured contributions from 67 artists, including a variety of artworks such as paintings, sculptures, photographs, installations, and audiovisual works. The aim was to provoke reflections and dialogues, raising collective awareness of the imperative need to protect the environment for future generations. Recognizing the vital role of art in environmental awareness, artists were provided a platform to express not only their personal views but also incisive critiques of the impacts of human activities on nature. These works stimulated fruitful discussions and prompted reflection on our intentional or unconscious responsibility for current climate changes and their possible intensification.

This volume compiles the best presentations from the scientific event on June 2, organized alphabetically.

The third day of GM2023 was dedicated to a visit to the future geosite of the Ovil River, a tributary of the Douro River, a site of high geological value undergoing requalification through natural engineering techniques to restore its original ecosystem characteristics.

Special thanks are due to the Municipal Council of Baião, represented by its President, Dr. Paulo Pereira, as well as to all the MACC staff who diligently assisted in ensuring the smooth running of GM2023.

Another special acknowledgment is directed to Àrvore-Cooperativa de Atividades Artísticas for their invaluable support in organizing the "Art and Climate Change" exhibition, crucial to its great success.

We extend our heartfelt gratitude to our colleagues from the Republic of Slovakia, who traversed approximately 2500 km from Bratislava to Ancede to join us. Their presence not only bridged the geographical distance but also connected us through bonds of friendship and mutual admiration.

Referências/References: Amelung, B., Student, J. Nicholls, S., Lamers, M., Baggio, R., Boavida-Portugal, I., Johnson, P., Jong, E., Hofstede, G., Pons, M., Steiger, R. & Balbi, S. (2016). The value of agent-based modelling for assessing tourism–environment interactions in the Anthropocene. *Current Opinion in Environmental Sustainability*, 23, pp. 46-53; Crutzen, P. & Stoermer, E. (2000). The “Anthropocene”. *Global Change Newsletter*, 41, pp. 17-18; Dalby, S. (2016). Framing the Anthropocene: The good, the bad and the ugly. *The Anthropocene Review*, 3(1), 33–51; Gren, M. & Huijbens, E. (2016). *Tourism and the Anthropocene*. Taylor and Francis; Steffen, Crutzen e McNeill (2007) – The Anthropocene: are humans now overwhelming the great forces of nature? *Ambio*, 36(8), pp. 614-621.

CONFERÊNCIAS

TURISMO SUSTENTÁVEL. A DOCTRINA E A SUA CONSECUÇÃO, NA ÓTICA DA UNIÃO EUROPEIA

Cláudia Toriz Ramos

Universidade Fernando Pessoa & CEPESE
cramos@ufp.edu.pt

Resumo

O turismo contemporâneo, tendo-se tornado um fenómeno de massas, agrega de forma porventura paradoxal virtudes e defeitos. Por um lado, tornou-se um gigantesco produto económico, um difusor e potencial agente de conhecimento e preservação de patrimónios materiais e imateriais, uma porta aberta para a natureza, um agente de equilíbrio físico e mental. Por outro lado, o seu volume gera, no horizonte do debate da sustentabilidade, danos maiores pelos consumos que acarreta. No plano global, emergiu a conceptualização de “turismo sustentável”, procurando-se preservar, mas também adaptar a atividade aos quesitos do presente. A União Europeia (UE), ciente desta complexidade, tem vindo também a conduzir políticas para o turismo sustentável. Numa articulação complexa entre as políticas industriais e as políticas comuns ambientais, dada o seu carácter de governação multinível, a UE procura reforçar um modelo de turismo não disruptivo, face à natureza. Numerosos instrumentos surgiram para esse efeito, procurando-se preservar o turismo e preservar a sustentabilidade. Se esses esforços assentam numa conceção “forte” ou “fraca” da sustentabilidade, isto é, no último caso, uma em que o ambiente se não sobrepõe à economia, procurar-se-á aquilatar, no balanço final da comunicação, tendo em conta a importância económica do setor do turismo, na UE.

Palavras-chave: Turismo sustentável; Política de ambiente da UE; Política de turismo da UE; Ecoturismo.

Abstract

Contemporary tourism, which became a mass phenomenon, gathers both benefits and constraints. On the one hand, it is a gigantic economic product, one that provides knowledge on material and immaterial heritage, an open door to nature, and an agent in the physical and mental rebalancing of many. On the other hand, it generates major damage to environment, given the associated high levels of consumption. At the global level, the conceptualisation of “sustainable tourism” has emerged, in an attempt to preserve and to adapt it to present days` sustainability requirements. Aware of this, the European Union (EU) has been conducting policies for sustainable tourism. Under a complex articulation of industrial and common environmental policies, and within its multilevel framework, the EU seeks to foster a model of tourism that is not disruptive, towards nature. Several policy instruments have emerged aiming at preserving both tourism and sustainability, in the EU. Whether those efforts result in a “strong” or a “weak” conception of sustainability, i.e., one in which environment is subsumed to the economy, is the central question debated in the final section of this paper.

Keywords: Sustainable tourism; European Union environment policy; European Union tourism policy; Ecotourism.

1. Introdução

O turismo contemporâneo, tendo-se tornado um fenómeno de massas, agrega de forma porventura paradoxal virtudes e defeitos. Por um lado, tornou-se um gigantesco produto económico, um difusor e potencial agente de conhecimento e preservação de patrimónios materiais e imateriais, uma porta aberta para a natureza, um motor de equilíbrio físico e mental. Por outro lado, o seu volume gera, no horizonte do debate da sustentabilidade, questões de monta, pelos níveis acrescidos de consumo que acarreta.

Por sua vez, a discussão sobre sustentabilidade tornou-se um lugar comum na academia, na política e na esfera pública, havendo mesmo espaço para debater o conceito no quadro mais vasto de uma “nova” ideologia (cf. Hoerber et al., 2020). O tema da sustentabilidade equaciona-se, regra geral, entre três vértices – o económico, o social e o ambiental – sendo o intuito o de compatibilizar benefício económico, impactos sociais positivos e preservação ambiental (Purvis, Mao & Robinson, 2019). Podendo tal formulação aparentar ser simples, facilmente se constata as dificuldades práticas que dela decorrem. O modelo económico dominante, associado ao crescimento económico e economias de consumo massivo, encontrou o seu limite na discussão sobre a utilização de recursos na produção e distribuição e sobre os inerentes desgastes que tais usos impõem à natureza (Independent Group of Scientists, 2019). A constatação de que o desequilíbrio ecológico afeta negativamente os mais desfavorecidos, seja no “sul global”, seja entre os mais pobres do “norte global”, torna-se também patente nos relatórios das agências especializadas e na literatura, afetando a sustentabilidade social (Independent Group of Scientists, 2019; Leal Filho et al., 2021). A dimensão ambiental, sendo hoje uma questão do núcleo da discussão política e de ampla aceitação (tendo diminuído o número de negacionistas e tendo a “ideologia” da sustentabilidade expandido, conforme referido acima) é comumente equacionada sob duas formas principais: uma adaptativa, que preconiza reformas progressivas, no sentido da correção dos desequilíbrios ambientais; outra, mais radicalmente ecologista, defendendo o primado do ambiente e a necessidade de alterações drásticas nos hábitos de produção e consumo (McCright et al., 2016; Ramos, 2021). No caso do turismo, a questão crucial, mas não a única, é justamente a dos consumos, nomeadamente os decorrentes do transporte, em especial o aéreo e de longa distância.

Do ponto de vista social, os benefícios esperados medir-se-ão em empregos e rendimento das comunidades de destino, mas os impactos estruturais podem subverter esse benefício de curto prazo. Haverá ainda benefícios socioculturais, se os impactos forem positivos ao nível da preservação da diversidade cultural. Por sua vez, as soluções de mitigação ambiental procuram conter consumos sem destruir o carácter abrangente do

fenómeno turístico contemporâneo; todavia, propostas mais radicais apontam a novos tipos de turismo e à generalização da consciência ecológica (McCool e Bosak, 2019). Tal debate alimenta a conceptualização de “turismo sustentável” e subsequentes políticas, conforme se discutirá abaixo.

A União Europeia, sendo um destino preferencial de turismo, interno e externo, e também um dos pontos de origem de boa parte do turismo mundial, tem nessa atividade uma fonte de recursos e de bem-estar que não poderá descartar sem consequências negativas (Eurostat, 2023). Este texto interroga-se, pois, sobre o modo como a União Europeia tem procurado equilibrar a sua política ecológica com o turismo enquanto atividade económica, no quadro institucional complexo da relação entre a UE e os seus Estados membros (Selin e VanDeveer 2015).

2. Turismo sustentável

O conceito de “turismo sustentável” é correntemente abordado na literatura da área e na fundamentação de políticas segundo a definição proposta pelo Programa das Nações Unidas para o Ambiente (UNEP) e pela Organização Mundial do Turismo das Nações Unidas (WNWTO) como: «turismo que toma em consideração os seus impactos económicos, sociais e ambientais, presentes e futuros, atendendo às necessidades dos visitantes, da indústria, do ambiente e das comunidades de acolhimento» (UNEP e WTO, 2005: 12; trad.). Nessa ótica, consideram as mesmas organizações que o turismo sustentável terá que: fazer um uso otimizado dos recursos, sem ruturas dos processos ecológicos e ajudando a conservar os recursos naturais e a biodiversidade; respeitar a autenticidade sociocultural das comunidades de destino, o seu património arquitetónico, cultural, os valores tradicionais, numa perspetiva intercultural e tolerante; assegurar operações económicas viáveis no longo prazo, com benefícios socioeconómicos para todos os envolvidos, nomeadamente emprego estável (UNEP e WTO, 2005: 11).

A sustentabilidade, assim definida, considera três vertentes interligadas: a ambiental, a socioeconómica e a sociocultural. Logo, a introdução destes padrões de referência, a nível internacional, corresponde a um desafio intrincado para a atividade turística. A primeira vertente será porventura a mais complexa, pois assenta na completa redefinição da relação homem-natureza. Tal debate tem feito surgir formas alternativas de turismo, nomeadamente o ecoturismo, um nicho específico, como se refere abaixo.

Trata-se essencialmente de turismo em áreas naturais, implicado com a observação e a conservação da natureza, envolvendo nomeadamente experiências interpretativas e de aprendizagem, as quais se poderão estender até ao ecossistema humano, sobretudo na dimensão da construção cultural

tradicional da relação com a natureza, designadamente entre grupos indígenas. É ainda, em regra, turismo de pequenos grupos, por vezes altamente especializados (UNEP e WTO, 2005; UNWTO, 2002; TIES, 2019).

Segundo Fennell (2020), é um tipo de turismo específico que se distingue pelo seu baixo impacto na natureza, pela implicação com a conservação, pela sua orientação para a dimensão local e pelos pressupostos de uma ética ecologista. O conceito é confinante com outros similares, mas não integralmente sobreponível, como é o caso de “turismo de natureza”, “agroturismo”, ou mesmo de algum “turismo cultural” (Fennell, 2020; Gale e Hill, 2016). Todas estas modalidades constituem alternativas ao modo convencional do turismo de massas e podem configurar uma utilização menos desgastante dos recursos naturais, nos lugares de destino.

O conceito de “turismo responsável” pressupõe a responsabilização de todas as partes envolvidas: dos agentes turísticos intermediários, aos operadores diretos, às comunidades locais de acolhimento, aos próprios turistas (Koščak e O'Rourke, 2023). Dois aspetos particularmente importantes emergem: o foco na certificação, que se reporta a padrões de atuação; e o foco no turista, no seu comportamento e escolhas. Segundo o Código Ético Mundial para o Turismo (UNWTO, 1999, artigo 3), o turismo pode ser um fator de desenvolvimento sustentável devendo para tal: zelar pela proteção do meio ambiente natural em que decorre; preservar recursos e evitar desperdício; distribuir-se no tempo e no espaço de modo a evitar congestionamentos e consequente pressão sobre o ambiente; utilizar infraestruturas e propor atividades que não colidam com o equilíbrio ambiental e adaptar-se a normas de proteção e respeito por áreas protegidas; e adotar práticas de turismo de natureza e ecoturismo, quando possível. Estes mesmos princípios foram vertidos para a recente Convenção Quadro sobre a Ética no Turismo, adotada pela Assembleia Geral da WTO (UNWTO, 2020). Por sua vez, o Comité Mundial de Ética no Turismo publicou uma brochura intitulada *Tips for a responsible traveler* (“Dicas para o viajante responsável”) na qual se propõe ao turista o respeito pelos seguintes princípios: honrar as comunidades de acolhimento e o património comum; proteger o planeta; apoiar a economia local; viajar em segurança; ser um viajante informado; usar de forma inteligente os recursos digitais disponíveis (WCTE, s/d; trad.).

Em suma: os princípios da sustentabilidade aplicada ao turismo estarão já substancialmente discutidos e conceptualizados. O desafio subsequente é o da sua aplicação à prática. Na secção seguinte aborda-se essa perspetiva aplicada à União Europeia, onde políticas de ambiente e de turismo se cruzam.

3. A União Europeia e o turismo sustentável

No espaço da União Europeia, o turismo enquanto atividade económica tem um papel relevante, para muitos dos seus Estados-Membros, entre os quais Portugal. As estatísticas documentam que o turismo representa 3,2 milhões de negócios, sendo estes sobretudo pequenas e médias empresas (PME). Considerando-se o turismo e setores relacionados, contabilizam-se 20,3 milhões de empregos, na UE. Uma parte do turismo na UE é intraeuropeu, mas a Europa é também um destino muito procurado, pelo turismo global, pelo que as oportunidades de negócio são substanciais (Commission Staff Working Document, 2021: 175; Eurostat, 2023).

Todavia, e justamente por ser antes de mais uma “indústria”, o turismo como tal não é alvo de nenhuma política comum da UE, isto é, uma cujo centro de decisão resida nas instituições da União. Em termos jurídicos, a atividade turística enquadra-se no âmbito das competências de apoio da União Europeia aos seus Estados-Membros, definidas como «apoiar, coordenar ou completar a ação dos Estados-Membros» (Artigo 6, TFUE). Especificamente sobre o setor do turismo o tratado (Artigo 195, TFUE) estatui que:

1. A União completa a ação dos Estados-Membros no setor do turismo, nomeadamente através da promoção da competitividade das empresas da União neste setor.

Para o efeito, a ação da União tem por objetivos:

- a) Incentivar a criação de um clima propício ao desenvolvimento das empresas neste setor;
- b) Fomentar a cooperação entre os Estados-Membros, nomeadamente através do intercâmbio de boas práticas.

Por essa razão, não se pode falar de uma política comum europeia de turismo. O impacto da UE sobre o setor, no plano da sustentabilidade ambiental, tem que ser procurado por outra via, a das políticas ambientais, no âmbito das quais ocorrem cruzamentos com a atividade turística. Há, de facto, uma política europeia comum para o ambiente (Artigos 11 e 191 a 193, TFUE), que por sua vez introduz condicionantes ao turismo. A política de ambiente vem a desenvolver-se desde os anos setenta do século XX, tendo, entretanto, evoluído para uma política comum, com marcos ambiciosos, no que respeita à preservação do ambiente, e estando alinhada com as principais convenções internacionais nesse âmbito (Selin e VanDeveer, 2015).

Desse modo, no início do mandato da atual Comissão Europeia, foi proposto o “Pacto Ecológico Europeu” (Comissão Europeia, 2019), com ele se pretendendo que a Europa se transforme no primeiro continente com um impacto neutro no clima. Intenta-se que o objetivo da neutralidade climática seja atingido em 2050; para tal, foi proposto um corte de emissões de pelo menos 55% até 2030. A atividade legislativa subsequente deu origem a um novo Regulamento da UE (Regulamento (UE) 2021/1119), conhecido como “Lei europeia em matéria de clima”, que cria o regime para alcançar a neutralidade

climática (Cardoso e Abreu Amorim, 2021). Sendo fruto do processo legislativo ordinário, envolveu na tomada de decisão o Parlamento Europeu e o Conselho de Ministros da UE, ou seja, necessitou de um amplo debate, quer ao nível dos grupos parlamentares de representantes eleitos pelos europeus, quer ao nível dos representantes dos governos nacionais, no referido Conselho. Dado o seu carácter geral e vinculativo, a lei europeia do clima define uma fasquia comum, com a qual todos os Estados ficam comprometidos, ficando assim criada uma condicionante efetiva também às atividades económicas com impacto no clima.

Na UE, a discussão e adoção de medidas sobre turismo sustentável tem já alguns anos. Em 2007, fora proposta pela Comissão Europeia a “Agenda para um Turismo Europeu Sustentável e Competitivo” (Comissão Europeia, 2007), procurando combinar a perspetiva ambiental com a relevância económica. Recentemente, em linha com o objetivo da neutralidade climática, o Conselho aprovou, nas suas conclusões, a “Agenda Europeia para o Turismo 2030” (Conselho da União Europeia, 2022), nela salientando a necessidade de operar a “transição ecológica” no setor. No âmbito da nova estratégia industrial da UE, a Comissão Europeia, através da sua Direção-Geral do Mercado Interno, da Indústria, do Empreendedorismo e das PME, publicou um documento intitulado “Vias de transição para o Turismo” (Comissão Europeia, 2022). O processo é também parte da resposta da Comissão ao repto do Conselho para que seja preparada uma agenda europeia para o turismo 2030/2050. Trata-se, pois, de um documento de orientação, extenso, produzido após consulta das partes interessadas e que considera as transições digital e ecológica. Contém, por isso, um conjunto importante de diretrizes para a transição ecológica, no setor do turismo, de que se destacam abaixo as mais relevantes, nomeadamente sobre: mobilidade, PME mais ecológicas, biodiversidade e competências ecológicas. De notar ainda que, no uso da sua competência de iniciativa legislativa, a Comissão Europeia planeia propor nova legislação para criar uma malha de instrumentos legislativos vinculativos conducentes ao cumprimento, em tempo, dos objetivos fixados na Lei europeia do clima (Comissão Europeia, 2022: 6-7).

Um dos aspetos cruciais, na interseção das políticas ambientais com o turismo, é a questão da mobilidade. A UE vem por isso reforçando as suas medidas para uma «mobilidade sustentável e inteligente» (Comissão Europeia, 2022). Procura-se reduzir o impacto ambiental da mobilidade associada ao turismo, criando infraestruturas e promovendo mobilidade e intermodalidade mais ecológicas. Em particular, o recurso a energias “limpas” e a substituição, que se pretende substancial, da mobilidade aérea intraeuropeia por mobilidade terrestre, estão no radar da atuação da União, no âmbito da sua política comum de transportes (Comissão Europeia, 2020; 2022). Todavia, esse é um plano ambicioso e de médio-longo prazo, pois requer substituição de infraestruturas e uma ampla rede de transportes ferroviários de longa distância e transfronteiriça (rede RTE-T) devidamente conectada e eficaz (Comissão Europeia, 2021).

Um segundo tipo de orientações diz respeito às PME. O pequeno e médio tecido empresarial associado ao turismo é fundamental para a sua sustentabilidade social, pelo que as alterações a introduzir deverão ser de carácter reformador e não potenciadoras de destruição do setor. Neste âmbito, a padronização de serviços e comportamentos tem sido uma das sendas adotadas, procurando-se envolver todas as partes interessadas, dos fornecedores dos serviços aos próprios consumidores. As questões da eficiência energética e da utilização de energias renováveis são um tópico inevitável, que remete à substituição de equipamentos, mas também à adaptação das práticas. Do mesmo modo, a utilização de recursos naturais, nomeadamente da água, é alvo de preocupação. A redução da produção de resíduos vem-lhe associada, com foco particular nos desperdícios alimentares, ou na utilização de plásticos (Comissão Europeia, 2022).

À semelhança de outras áreas, foi criado para a área do turismo um Sistema de Ecogestão e Auditoria da UE – o EMAS-Eco-Management and Audit Scheme – que fornece um instrumento de gestão para empresas e outras organizações para avaliação, reporte e reforço da sua atuação ambiental (Decisão (UE) 2016/611 da Comissão). Estes sistemas remontam a 1993, no seu desenho geral (Regulamento do Conselho (CEE) 1836/93), mas o regulamento subsequente, de 2009 (Regulamento (CE) 1221/2009), previu a criação de documentos setoriais de referência, tal como foi depois estabelecido para a área do turismo em 2016. Estes documentos comportam boas práticas de gestão ambiental, indicadores de performance ambiental, marcadores de excelência e sistemas de indexação que permitam caracterizar práticas e identificar casos de sucesso. São sistemas de adesão voluntária, pelo que não é fácil aquilatar do impacto quantitativo global da sua adoção, mas as implicações de carácter qualitativo são óbvias, dada a natureza modeladora do instrumento.

Por sua vez, os Rótulos Ecológicos para destinos turísticos, como é o caso do EU Ecolabel, que segue a standardização ISO 14024 Tipo I (Decisão (UE) 2023/705; ISO, 2023) criam um instrumento que permite a articulação dos prestadores de serviços com os próprios consumidores, os quais, se sensibilizados, premiarão com as suas escolhas a oferta rotulada. A estratégia é de resto conhecida nas práticas de regulação do mercado pela escolha do consumidor, como ocorre, por exemplo, com o fenómeno do “comércio justo”.

O terceiro tema a ressaltar, a questão da perda de biodiversidade, é também indissociável de qualquer tentativa de reequilíbrio ecológico. O princípio aplicado ao turismo implicará não só que a atividade turística não agrave essa perda como também que ajude a inverter a tendência. Uma questão central nesta matéria é o turismo “em excesso”, muito ligado ao turismo de massas e aos grandes destinos turísticos, em especial em certas épocas do ano. Combater esse excesso, diversificando a oferta e diversificando as épocas é uma abordagem possível, se bem que muito provavelmente limitada nos seus efeitos.

A Comissão Europeia aconselha o recurso à estatística e à utilização inteligente dos dados, para analisar, planificar e corrigir práticas (Comissão Europeia, 2022). O ecoturismo, frequentemente entendido como “turismo de natureza”, aparece como uma prática alternativa, embora, como facilmente se percebe, não possa pela sua especificidade e pequena dimensão, absorver a procura que alimenta o turismo massivo. Algumas experiências interessantes têm, no entanto, surgido como é o caso do projeto DestiMED Plus, um projeto desenvolvido por nove regiões ribeirinhas do Mediterrâneo e acolhido pela União Europeia no âmbito do programa InterregMED (DestiMEDPLUS, 2023). Tratando-se de uma área geográfica de forte atratividade para o turismo massivo, esta experiência apresenta-se relevante pela proposta de um modelo alternativo, implicado, por definição, com a própria conservação da natureza.

Finalmente, as medições de pegada ecológica podem ser um bom indutor de autocrítica, do ponto de vista dos consumidores e da própria oferta. A UE criou o *EU tourism dashboard* (European Commission, s/d) um instrumento acessível ao público que permite aceder a informação sobre a potencial pegada ecológica, na escolha de um destino.

Esta questão conduz ao quarto item a salientar, o da criação de uma “consciência” e de competências ecológicas, quer do lado da oferta, quer do lado da procura. A União Europeia propõe formação específica e sensibilização para os diferentes operadores turísticos (Comissão Europeia, 2022). Do lado dos consumidores, o apelo a um consumo responsável passa pela educação ambiental e pela valorização de uma oferta respeitadora do ambiente e de práticas responsáveis, no espaço da atividade turística. No limite, estar-se-á no âmbito da ética, aplicada ao mercado, duplamente do lado do prestador e do consumidor. Embora tais argumentos possam parecer utópicos, sobretudo em face do pragmatismo do fator preço, os estudos de opinião vão mostrando uma lenta emergência dos critérios ambientais. Na pesquisa de opinião realizada pelo Eurobarómetro, em 2021 (European Commission, 2021), sobre os quatro principais critérios para a escolha de um destino de férias, os itens relativos a “práticas amigas do ambiente, no local de destino”, “destino acessível por meios de transporte de baixo impacto” e “certificação de sustentabilidade nos locais de destino e atividades disponíveis”, ocupam, respetivamente as modestas sétima, oitava e décima posições. No entanto, inquiridos sobre disponibilidade para mudar hábitos de consumo turístico de acordo com critérios de sustentabilidade, os respondentes elegem o “consumo de produtos locais” e a “redução da produção de resíduos” como principais atitudes a alterar, seguidos da “diversificação das épocas e dos locais de destino das férias” (locais menos procurados). O agravamento dos preços da oferta mais ecológica, ou a alteração dos meios de transporte apenas vêm nas escolhas seguintes, com menor ênfase, o que poderá sugerir, aos decisores políticos, que as medidas associadas ao preço deverão penalizar os consumos não-ecológicos e não o

inverso, princípio que aliás já se aplica, em alguma medida, sob o conceito de poluidor-pagador (Artigo 191, nº 2, TFUE).

Todas estas são áreas em que a UE atua, no cruzamento entre o turismo, atividade económica, e as políticas comuns ambientais, apontando à “transição ecológica”. Na secção seguinte apresenta-se uma breve apreciação crítica desta atuação.

4. Reflexões finais

As medidas referidas são exemplificativas e não exaustivas das medidas propostas pela União Europeia. De todo o modo, do conjunto apresentado, evidencia-se a consciência dos problemas de sustentabilidade associados à atividade turística. As medidas propostas são, no entanto, medidas de conversão progressiva, reformadoras em alguma medida, mas cujo impacto transformativo imediato será pequeno, projetando-se os seus efeitos no médio e longo prazo. Ainda assim, saliente-se que, no plano político, a UE será talvez o bloco regional mais ambicioso e consequente, em matéria de política ambiental, no plano global.

Todavia, a formulação do critério da sustentabilidade como um equilíbrio entre as dimensões económica, social e ambiental, sem que esta última preceda as outras duas, apenas permite adaptação e não mudança de fundo. Estamos, portanto, no âmbito de um critério de sustentabilidade “fraca”, que não desafia a ordem estabelecida, como porventura a ecologia mais radical pretenderia.

Estamos, por outro lado, no plano da governação, imersos nos tempos e nos modos da decisão política democrática, acrescentando, no caso em apreço, o facto de se tratar de um modelo multinível em que a multiplicidade dos atores, nos níveis local-regional, nacional e regional europeu é grande, pelo que o debate, convergência de interesses e tomada de decisão são complexos e morosos, logo pouco ou nada compatíveis com a urgência documentada pela ciência. Os documentos de orientação e os documentos de trabalho da Comissão Europeia – por ex., o referido “Vias de transição para o Turismo” (Comissão Europeia, 2022) – são já produto de ampla auscultação das partes interessadas e precedem, normalmente, a decisão dos legisladores (Conselho e Parlamento Europeu). O estudo circunstanciado das consultas e da tomada de posição das partes da sociedade civil documentaria, por si, ampla diversidade, nomeadamente entre os setores social, laboral, cultural e empresarial, nem sempre convergentes. A etapa subsequente de negociação dentro do aparelho político propriamente dito implica convergências de entre a diversidade ideológica do Parlamento Europeu e, porventura mais difícil, entre os diferentes pragmatismos dos governos nacionais, à mesa do Conselho. No final dos processos decisórios emergem os mínimos denominadores comuns possíveis;

a não ser que uma lógica deliberativa percorra transversalmente a União e apresente boas razões que sustentem a “urgência ambiental” em face da “crise climática”, algo porventura dependente da marcha da consciência ecológica europeia.

Entretanto, sem pôr em causa a benignidade das medidas da UE elencadas, parece óbvio que a questão de fundo reside no fator tempo e bem assim na profundidade das reformas, se a crise climática for para ser tomada como emergência. A ciência progride devagar, na produção da prova; e urge na sequência. Já a política, democrática, recolhe a prova, discute-a de todos os ângulos e... delonga-se na decisão! A experiência da UE, nas duas últimas décadas, tem sido de reatividade e não de prevenção eficaz, em relação às crises que se concretizaram (financeira, migratória, pandemia...). Se os tempos da “crise climática” se configurarem como tal, isto é, como urgência e não como tendência paulatina, é provável que a resposta institucional, dada a estrutura, não possa ser melhor. Entretanto, em alguma medida, a nossa casa comum é porventura uma nova Arca de Noé, de cuja navegabilidade dependerá o futuro.

Referências

Cardoso A., Abreu Amorim, C. (2021). European Climate Law – real changes or postponed future? *UNIO – EU Law Journal* 7(1):138-147. <https://doi.org/10.21814/unio.7.1.3574>

Comissão Europeia (2007). Comunicação da Comissão. Agenda para um Turismo Europeu Sustentável e Competitivo. 19.10.2007. COM(2007) 621 final.

Comissão Europeia (2019). Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões. Pacto Ecológico Europeu. 11.12.2019. COM(2019)640 final.

Comissão Europeia (2020). Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões. Estratégia de mobilidade sustentável e inteligente – pôr os transportes europeus na senda do futuro. 9.12.2020 COM(2020) 789 final.

Comissão Europeia (2021). *Mobility and transport*. Retirado de: https://transport.ec.europa.eu/news-events/news/efficient-and-green-mobility-2021-12-14_en

Turismo sustentável. A doutrina e a sua consecução, na ótica da união europeia

Comissão Europeia. Direção-Geral do Mercado Interno, da Indústria, do Empreendedorismo e das PME (2022). *Vias de transição para o Turismo*. Serviço das Publicações da União Europeia. <https://data.europa.eu/doi/10.2873/344425>

Commission Staff Working Document (2021). Annual Single Market Report 2021. SWD(2021) 351 final.

Conselho da União Europeia (2022). Agenda Europeia para o Turismo 2030. Conclusões do Conselho (01.12.2022) Bruxelas, 1 de dezembro de 2022 (OR. en) 15441/22 COMPET 969 TOUR 78.

Decisão (UE) 2016/611 da Comissão de 15 de abril de 2016 relativa ao documento de referência sobre melhores práticas de gestão ambiental, indicadores de desempenho ambiental setorial e indicadores de excelência para o setor do turismo, nos termos do Regulamento (CE) 1221/2009, relativo à participação voluntária de organizações num sistema comunitário de ecogestão e auditoria (EMAS). JO L 104 de 20.4.2016, p. 27-69.

Decisão (UE) 2023/705 da Comissão de 29 de março de 2023 que altera as Decisões (UE) 2017/175 e (UE) 2018/680 no respeitante aos requisitos de eficiência energética aplicáveis a determinados produtos relacionados com o consumo de energia no âmbito do alojamento turístico com rótulo ecológico da UE e dos serviços de limpeza de interiores com rótulo ecológico da UE. JO L 92 de 30.3.2023, p. 19-26.

European Commission (s/d). *EU Tourism Dashboard*. Retirado de: <https://tourism-dashboard.ec.europa.eu/background-methodology?lng=en>

European Commission. Directorate-General for Communication (2021). *Flash Eurobarometer 499: Attitudes of Europeans towards tourism*. Retirado de: http://data.europa.eu/88u/dataset/S2283_499_ENG

Eurostat (2023). *Tourism Satellite Accounts in Europe/ 2023 edition*. Publications Office of the European Union.

Fennell, D.-A. (2020). *Ecotourism*. Routledge.

Gale, T. & Hill J. (eds.) (2016). *Ecotourism and Environmental Sustainability: Principles and Practice*. Routledge. DOI: 10.4324/9781315578767-2

- Hoerber, T., Weber, G. & Cabras, I. (2020). The Role of Sustainability as Ideology in the Collaborative Governance of the European Union. *International Public Management Review (IPMR)*, 20(2): 25-39.
- Independent Group of Scientists appointed by the Secretary-General (2019). Global Sustainable Development Report 2019: The Future is Now – Science for Achieving Sustainable Development. United Nations.
- ISO (2023). *ISO 14024:2018. Environmental labels and declarations. Type I environmental labelling – Principles and procedures*. Retirado de: <https://www.iso.org/standard/72458.html>
- Košćak, M. & O'Rourke, T. (eds.) (2023). *Ethical and Responsible Tourism. Managing Sustainability in Local Tourism Destinations*. Routledge.
- Leal Filho, W., Azul, A.-M., Brandli, L., Salvia, A.-L., Özuyar, P.-G. & Wall, T. (eds.) (2021). *Reduced Inequalities*. Springer. <https://doi.org/10.1007/978-3-319-95882-8>
- McCool, S.-F. & Bosak, K. (2019). *A Research Agenda for Sustainable Tourism*. Edward Elgar Pub.
- McCright, A., Dunlap, R. & Marquart-Pyatt, S. (2016). Political ideology and views about climate change in the European Union. *Environmental Politics*, 25(2): 338-358. DOI: 10.1080/09644016.2015.1090371
- Purvis, B., Mao, Y. & Robinson, D. (2019). Three pillars of sustainability: in search of conceptual origins. *Sustainability Science*, 14: 681-695. <https://doi.org/10.1007/s11625-018-0627-5>
- Ramos, C. (2021). The green turn: smart cities, SDG, and sustainability in the EU parties' discourse. In A. Visvizi e R. Pérez-del Hoyo (eds.), *Smart Cities and the UN's SDGs* (pp. 125-140). Elsevier. <https://doi.org/10.1016/B978-0-323-85151-0.00009-9>
- Regulamento (CE) 221/2009 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de Novembro de 2009, relativo à participação voluntária de organizações num sistema comunitário de ecogestão e auditoria (EMAS), que revoga o Regulamento (CE) 761/2001 e as Decisões 2001/681/CE e 2006/193/CE da Comissão. JO L 342 de 22.12.2009, p. 1-45.

Turismo sustentável. A doutrina e a sua consecução, na ótica da união europeia

Regulamento (CEE) 1836/93 do Conselho, de 29 de Junho de 1993, que permite a participação voluntária das empresas do sector industrial num sistema comunitário de ecogestão e auditoria. JO L 168 de 10.7.1993, p. 1-18.

Regulamento (UE) 2021/1119 do Parlamento Europeu e do Conselho de 30 de junho de 2021 que cria o regime para alcançar a neutralidade climática e que altera os Regulamentos (CE) 401/2009 e (UE) 2018/1999 («Lei europeia em matéria de clima»). JO L 243 de 9.7.2021, p. 1-17.

Selin, H. & VanDeveer, S. (2015). *European Union and Environmental Governance*. Routledge.

TFUE-Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia. Retirado de: <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:12016E/TXT>

TIES-The International Ecotourism Society (2019). *What is Ecotourism?* Retirado de: <https://ecotourism.org/what-is-ecotourism>

UNEP-United Nations Environment Programme & WTO-World Tourism Organisation (2005). *Making Tourism more Sustainable: A Guide for Policy Makers*. UNEP. Retirado de: <https://wedocs.unep.org/20.500.11822/8741>

UNWTO-United Nations World Tourism Organisation (1992). Global Code of Ethics for Tourism. Resolution A/RES/406(XIII) adopted at WTO General Assembly (Santiago, Chile, 27 September - 1 October 1999).

UNWTO-United Nations World Tourism Organisation (2002). Québec Declaration on Ecotourism. *UNWTO Declarations* 12(2). UNWTO. <https://doi.org/10.18111/unwtodeclarations.2002.12.02>

UNWTO-United Nations World Tourism Organisation (2020). *Framework Convention on Tourism Ethics*. UNWTO. <https://doi.org/10.18111/9789284421671>

WCTE-World Committee on Tourism Ethics (s/d). *Tips for a responsible traveler*. Retirado de: <https://webunwto.s3.eu-west-1.amazonaws.com/s3fs-public/2020-07/Tips-for-Responsible-Traveller-WCTE-EN.pdf>.

VENTOS CRUZADOS EM SUÃO DE ANTUNES DA SILVA

Isabel Ponce de Leão
Universidade Fernando Pessoa
isabelponcedeleao@gmail.com

Resumo

Em *Suão*, de Antunes da Silva, entrecruzam-se preocupações de natureza social, económica, cultural e ambiental que, não raramente, colidem. O despertar para uma vida melhor, rito das narrativas neorrealistas, poderá, algumas vezes, configurar uma crítica ao desrespeito pelo *modus vivendi* de um planeta nem sempre preservado. Tratando-se de um romance de espaço, confere protagonismo à planície alentejana e a uma sociedade rural controversa, mas não inconsciente de certas consequências nefastas que o progresso poderá trazer ao planeta. Maldirro Real, um proprietário, e Simplício Varandas, um rendeiro, configuram essa postura antagónica face à preservação ambiental. Centrando-se na planície alentejana, *Suão* (1960) antecipa as preocupações dos movimentos ambientalistas, e aquilo a que William Rueckert (1978) viria a chamar Ecocrítica, seja o estudo do relacionamento entre meio ambiente e literatura, numa abordagem centrada na terra, enquanto sensibiliza para o ecoturismo respeitador do ambiente e da cultura locais.

Palavras-chave: Ecocrítica; Eco/literaturismo; Neorrealismo; Alentejo

Abstract

In *Suão*, by Antunes da Silva, concerns of a social, economic, cultural, and environmental nature intertwine and often collide. The awakening to a better life, a ritual in neorealist narratives, may at times constitute a critique of the disregard for the *modus vivendi* of a planet not always preserved. As a novel of place, it highlights the Alentejo plain and a controversial rural society, but one not unaware of certain disastrous consequences that progress may bring to the planet. Maldirro Real, an owner, and Simplício Varandas, a tenant, embody this antagonistic stance toward environmental preservation. Focused on the Alentejo plain, *Suão* (1960) anticipates the concerns of environmental movements and what William Rueckert (1978) would later call Ecocriticism – an examination of the relationship between the environment and literature, with a focus on the land—while advocating for environmentally and culturally respectful ecotourism..

Keywords: Ecocriticism; Eco/literaturism; Neorealism; Alentejo

«Está aflita a própria natureza, secam as últimas folhas das
árvores, estão parados os corações das plantas.»
Antunes da Silva

As preocupações sobre o *modus vivendi* do indivíduo e da sociedade são uma constante da produção literária que, nas primeiras décadas do século XX, questionou os regimes totalitários que se iam instalando por toda a Europa como o fascismo em Itália, o nazismo na Alemanha, o franquismo em Espanha e o

Estado Novo em Portugal. Impregnada de ideias socialistas foi titubeante e discrepante na observação dos ideários de Marx e Engels, e na sua proposta de construção de uma nova sociedade, apesar de no *Manifesto do Partido Comunista*, publicado em Londres em 1848, estes terem clarificado o ideário, ao conceptualizarem uma nova sociedade preocupando-se com a história da humanidade envolvida em lutas urbanas e agrárias e com a Revolução Industrial.

Em Portugal, a criação do Partido Comunista Português, a proliferação de revistas progressistas como *Seara Nova*, *Pensamento*, *Gleba*, *Outro Ritmo*, *Ágora* e *Gládio* revela a sensibilidade e a inquietação com os valores da democracia, bem como com o papel que, por ela, é devido à arte em geral e à literatura em particular. Afirma Sérgio Augusto Vieira (1933: 14):

A literatura de hoje tem o perfeito cunho de reformadora. É revolucionária: quer uma moral nova, (...) firmada em princípios humanistas (...). O literato (...) sente a imperiosa necessidade de intervir no mundo de realidade que o cerca. (...) A literatura tem uma missão social a cumprir hoje. Ter interceção no problema social (...)

Estes desígnios vão servir o neorrealismo, corrente estética-literária que emerge de fortes tensões sociais, políticas, ideológicas e literárias. Contestando o socialismo utópico da Geração de 70, o neorrealismo disfarça, eufemisticamente, o realismo socialista e teoriza o marxismo e o materialismo dialético. Trata-se de uma estética imbricada com o povo, de que pretende ser voz, recentrando-o no seu meio social através do real.

De carácter ideológico claramente marxista, há, na produção literária neorrealista, uma militância política ativa, que leva a tomadas de posição sobre a luta de classes e a denúncia de desigualdades sociais; enformando uma verdadeira epopeia do povo trabalhador, configura uma manifestação do materialismo dialético e do espírito do pensamento marxista. Trata-se de um grito de revolta contra a escravização e a exploração, que procura a justiça insurgindo-se contra uma estrutura social passível de fortalecer vontades e valores com base num seguidismo irresponsável e impositivo porque apelante da ambição.

Assim, a literatura deste movimento é

(...) um repositório de depoimentos desiludidos, de iras e de angústias, de sonhos transfigurados e incumpridos, de olhares delongados na distância, mas também, uma literatura de expectativas que abdica de um posicionamento imperecível e isento, contraria as estruturas socioeconómicas, numa perspetiva de mudança e de desalienação das eventualidades históricas (Ponce de Leão, 2009: 95).

Sobressaem o interesse coletivo e o planeamento de uma orgânica social na resolução de problemas económicos e ambientais a partir de soluções técnicas pragmáticas e intencionalmente infalíveis. O escritor neorrealista impõe-se e

toma partido conferindo à sua produção literária uma função socioeducativa; alerta o homem para o domínio da História, de que é ator principal, através da plasticidade da linguagem e do realismo cénico genesíacos de um novo humanismo. Também por isso lhe cabem papéis como o de etnógrafo, ecologista ou médico dos males sociais na imposição de determinadas posturas ideológicas que não escamoteiam responsabilidades sociais, através de uma orientação consertiva.

Vem isto a propósito de *Suão* de Antunes da Silva (1921-1997). O autor, natural de Évora, produziu uma vasta obra de sentido ético e humanista, de que dão conta romances, contos, poesia e artigos na imprensa. O seu herói é o homem comum inserido num momento histórico e num modelo social. Assim, através de uma escrita comprometida com os valores democráticos, catapulta a planície alentejana para um primeiríssimo plano, e dela faz muito mais que um mero palco de personagens populares protagonistas de um mundo de pobreza e trabalhos árduos. Um certo cunho documental, atinente à estética subjacente à época, descobre fragilidades económicas e sociais do tempo, do lugar e do estoicismo das suas gentes, sem nunca obliterar a reinvenção artística do Alentejo. O tempo em que viveu reivindicou-lhe uma intensa militância na luta contra o Estado Novo, também através da palavra escrita, o que lhe valeu, por vezes, a privação da liberdade. Obras como *Gaimirra* (1946), *Alentejo é Sangue* (1966), *Uma Pinga de Chuva* (1972) dão conta da ruralidade alentejana, denunciando conflitos entre rendeiros e proprietários, desumanas condições de vida bem como da revolta do local em si, por vezes violado por um progresso descontrolado.

É, justamente em *Suão*, livro com várias reedições, que me deparo com o retrato mais verosímil da sociedade rural alentejana da segunda metade do século XX, protagonizado pelo homem e pelo lugar aqui representados pelo proprietário Maldirro Real, o reneiro Simplício Varandas, e o vento *Suão* «(...) do Sul, esse vento larápico e selvagem, da cor raivosa dos cardos queimados (...) que cria loucos, poetas e desgraçados (...) que tira a coragem aos homens, suga o sangue das árvores, mata os pássaros nos ninhos» (Silva, 1960: 248), e que é o carrasco de uma planície onde se luta contra as adversidades naturais e sociais. Oriundo de África, o *suão* rouba a água e a esperança a uma natureza rude e minimalista fortemente condicionada por fatores político-económico-sociais pouco favoráveis onde

Os grandes senhores tinham a faca e o queijo na mão. Eram os diretores dos grémios, das caixas agrícolas, e os seus automóveis levavam recados a outros grandes senhores que faziam as leis, sancionavam as rendas, as maquinas, os contratos de trabalho – e desprezavam a vida dos pobres que faziam nascer o pão por toda a banda (Silva, 1960: 235).

Pouco importa se há um Quim ou uma Zabel Barradas, uma Olímpia das Dores ou um Zé Alinho, uma Anastácia ou um Osório Puga, uma Maria Pompina ou um Francisquinho, importa sim «(...) o vento que varria a planície, lá fora. O vento noturno, quente e zunidor, mirrava as espigas, secava os pegos das ribeiras, esmorecia os homens (...)» (Silva, 1960: 78). Mais do que a densidade psicológica de cada um, interessa o coletivo e o lugar das vivências.

Por isso, reativando instrumentos de representação narrativa, a diegese passa a um segundo plano no que, assumidamente, se presentifica como um romance de espaço, onde o lugar se prioriza em detrimento dos outros elementos narratológicos como o são as personagens e a ação. Já o tempo, nas suas multímodas variantes teóricas, anda aqui associado ao espaço porquanto seja seu condicionador. Impregnado de mecanismos ideológicos, sucedem-se quadros sociais onde o ambiente físico é determinante. Se, por um lado, ao leitor está vedado o acesso a um espaço globalizante, por outro, os setores representados agilizam o *continuum* textual também pelo pacto estabelecido com a seleção lexical e a cultura local. Acrescento à nomenclatura romance de espaço a palavra regional posto que se erga como protagonista primeiro o vento Suão, que banha o Alentejo rural, e desnuda os costumes e a cor local. São, pois, a planície e as estações do ano que marcam o ritmo narratológico erigindo-se como protagonistas binários de uma narrativa original, numa terra tão natural quanto humana – Sam Jacinto, espaço metafórico que, concomitantemente, estabelece um pacto com a realidade.

Longe de ser mero cenário, a natureza sofre a violência de um vento inconstante e instável que, polimorficamente, agita desigualdades sociais e denúncias, miserabilismo e riqueza, progresso e preocupações ecocríticas, tendo na terra o seu *axis-mundi*. Por isso aludi a ventos cruzados e ao pendor polissémico de *Suão*, a narrativa aberta, como convém à estética em que se insere, que ultrapassa questões sociais, mesmo que bem presentes, e pondera outras de natureza ecológica.

A obra vive no / do Alentejo – não poderia ser outro o local – um local «(...) que não tem sombra porque tardam em dar-lha! A população aumenta, mecanizam-se os trabalhos agrícolas, o desemprego é crónico... O Alentejo é o filho bastardo de Portugal» (Silva, 1960: 35).

Em *Suão*, Antunes da Silva antecipa as preocupações dos movimentos ambientalistas, e aquilo que William Rueckert viria, em 1978, a chamar ecocrítica, através de uma abordagem centrada na terra em que meio ambiente e literatura se imbricam para, consciente ou inconscientemente, se deterem na irreversibilidade do colapso da vida do planeta, denunciando os perigos que a mão humana o faz correr. Emerge aqui a crítica ambiental enquanto história de

(...) uma evolução do imaginar a vida-em-seu-lugar como deferência às afirmações de ambiente (natural) para uma compreensão da constituição-de-lugar como um processo culturalmente conjugado no

qual a natureza e a cultura devem ser vistos como mutualidade e não domínios separados» (Buell, 2005: 67).

O autor, partindo do local para o universal, questiona cânones científicos e culturais deixando antever desastres ambientais futuros; assim a ecocrítica é vista à luz da globalização, «(...) mutável de cultura e natureza» (Garrard, 2004: 182), e mais vocacionada para a problematização do que para as soluções. Em *Suão* há a preocupação pela justiça ambiental com esguardo por um cauteloso progresso, que também a deve respeitar, enquanto preserva a diversidade biológica da terra e dos seus habitantes.

A omnisciência narrativa encaminha, através de um processo metafórico e animizado, para uma atmosfera que se virá a revelar desconcertante: «Por cima da estrada real, nem a sombra de uma nuvem põe remendo no buraco do céu. O sol abre os grandes olhos de rei, estende os braços fumegantes para os quatro pontos cardeais e arde, enfeitiça o mundo» (Silva, 1960: 9). É subordinado às diatribes de um sol, por momentos tapado por poeiras, que Simplício Varandas – há que notar a conotação do nome de quem se suicidou também por causa de um abandono conjugal – olha as estrumeiras secas onde zumbem mosquitos e desespera com a fraca produtividade de um «(...) chão duro e teimoso» (Silva, 1960: 10), ciente de que «[n]ão há quem faça parar o Mundo por um segundo em cada ano de seca ou de chuva; não há quem seja capaz de ir com uma obra de saneamento até ao fim» (Silva, 1960: 13), não há, acrescento, quem saiba conciliar o progresso – «(...) a televisão, a energia atômica, os metropolitanos, as futuras viagens à lua» (Silva, 1960: 19) – com o respeito pela terra, sobretudo o Dr. Maldirro Real, o patrão, que «[t]inha pela propriedade um alto conceito de posse descomandado e tonto» (Silva, 1960: 17). Simplício Varandas olhava «(...) os bacelos que plantara na horta arripiarem-se de dor» contrastando com a «(...) estrada real, clara e asseada (...) como uma cobra a dormir, volteando aqui, volteando ali, até ao fim da terra» (Silva, 1960: 28). A natureza e o progresso num conflito sugerido pela animização metafórica e pela mão do homem porque «[o]s camponeses (...) infestavam os campos de ratoeiras, e as calhandras, as alvéolas, os pintassilgos e os pardais morriam (...). As terras andavam ruídas de vermes”, enquanto os seareiros se passeavam em “trimbolins, automóveis”» (Silva, 1960: 32). As discrepâncias acentuavam-se na Feira Maior de Sam Jacinto onde os industriais ostentavam a maquinaria do último modelo (Silva, 1960: 36) que «(...) fazia o mesmo serviço que dez ou vinte braços de homens» (Silva, 1960: 34). O seareiro Crispim, que já havia trabalhado com debulhadoras no Monte das Taipas, considera que a «(...) debulha a sangue ou a pé de gado é coisa mais asseada» (Silva, 1960: 36) pois evita a poeirada causada pela maquinaria, «(...) tem a vista das eiras e pouca sucata de máquinas a “gasoil”» (Silva, 1960: 37).

Assim se estabelece um contraste entre o cultivo natural das terras em que o vento era responsável pela distribuição das sementes e a maquinaria que

apenas beneficiava “os ganhões” (Silva, 1960: 38) e gerava desemprego. Sem adiantar soluções, Crispim Barradas desabafa: «As eiras antigas, sem máquinas e sem luz, tinham outro asseio» (Silva, 1960: 39), enquanto Olímpia das Dores renega a «(...) pasmaceira do campo» (Silva, 1960: 82) e sonha com o bulir citadino.

Se o lugar Alentejo é fustigado por extremas oscilações climatéricas geradoras de secas – «(...) veio um suão que mirrou as searas e secou os rios e os chafarizes» (Silva, 1960: 122) – e enxurradas – «(...) ribeiros a transbordar nos leitos, alagando os favais e ameaçando as culturas» (Silva, 1960: 108), «(...) de um minuto para o outro» (*ibid.*: 123), surgem personagens como o pastor Tóino Valentim que, meditando-as e questionando-as, se torna num resistente e dialoga com «(...) a noite abandonada» (Silva, 1960: 157). Por outro lado, a «(...) notícia de que a terra plana ia ser rasgada de barragens» (Silva, 1960: 160) gerando melhor distribuição de água e evitando as secas, não foi consensualmente recebida gerando perplexidades:

Se o chão nascia do sol e dos ventos, da chuva e do orvalho, se o alecrim, a avenca e as estevas nasciam sem ser semeadas, que mistério era esse (...) que vinha agora roubar às charnecas a virgindade dos chãos e a simples natureza das paisagens? (Silva, 1960: 160).

Eram contranatura estes planos que viviam «(...) mais das teorias arrançadas na barafunda dos gabinetes dos doutores das cidades» (Silva, 1960: 163).

De igual modo os migrantes procuraram nesta terra a cortiça, «(...) ouro castanho, mina inesgotável» (Silva, 1960: 171) para patrões, sem preocupações de sustentabilidade, sem perceberem que o chão precisava de descansar «(...) para depois ser semeado à larga, desfazendo-se em tufo de cereal» (Silva, 1960: 176). Os abusos das terras com «(...) carradas de adubo (...) minguavam as colheitas» (Silva, 1960: 231) e esquecendo que «[a] terra é sangue, é sacrifício. A terra é sangue! A terra é um mundo, uma promessa sempre constante» (Silva, 1960: 231), cansavam-na e tolhiam as colheitas. Depois, resta uma terra amarela doente «(...) triste, condenada pelo esquecimento dos homens (...) impregnada agora pela radioactividade das experiências nucleares francesas» (Silva, 1960: 246); o vento cheira a enxofre e a sangue; há «(...) redemoinhos de poeira gigantescos, galopantes», que obstruem a visão das distâncias e as «(...) courelas e herdades assombram-se de desgraça, tornam-se cinzentas, torradas de uma névoa negra que se quebra com gritos» (Silva, 1960: 247). Mas os senhores das herdades insistem em rasgar terrenos com barragens e «(...) querem mais tractores, mais ceifadoras, mecânicas e vão plantar árvores de fruto em terrenos de altitude e experimentar o cânhamo das terras de pão e latifúndio» (Silva, 1960: 257).

Assim se cruzam ventos em *Suão*. O vento suão que «(...) grita e passa como o grifo, como a cobra» (Silva, 1960: 251), mas «(...) foge novamente para a

África» (Silva, 1960: 255) – talvez o mal menor. E outros ventos: o do desprezo: «Vê bem: o Alentejo não tem sombra porque tardam em dar-lha! A população aumenta, mecanizam-se os trabalhos agrícolas, o desemprego é crónico... O Alentejo é o filho bastardo de Portugal» (Silva, 1960: 254); o das desigualdades sociais em que patrões hostilizam os criados e latifundiários os ceifeiros; o das traições fraticidas; e também aquele que, antecipando-se, denuncia o desrespeito pela terra, por metonímia o planeta, sem direito a poiso.

Desrespeito para que Stephen Hawking em *Uma breve história do tempo* (1988), também chamaria a atenção alertando para o facto da humanidade correr o risco e sucumbir aos perigos por ela mesma criada com o desregrado crescimento populacional e subsequente aumento de energia, o mau uso da inteligência artificial, o perigo da engenharia genética, a agressão geradora de uma III Guerra Mundial e, sobretudo, a irreversibilidade do aquecimento global agravada também pela ação de Donald Trump ao renegar, em 2017, o *Acordo Climático de Paris*, assinado em 2015, ainda que, com Joe Biden, os Estados Unidos o voltassem a assinar em 2021. Esta é, segundo o físico, a maior ameaça, abordada por Antunes da Silva nas linhas e, muito particularmente, nas entrelinhas de *Suão*.

Fixo três nomes e três datas que se cruzam: Antunes da Silva – 1960 / William Rueckert – 1978 / Stephen Hawking – 1988. Os objetivos de cada um são, necessariamente, diferentes, mas há linhas que os unem como o respeito que à terra é devido pelos seus habitantes, por forma a que os seus comportamentos deixem de ser invasivos e se evitem cataclismos provocados pela poluição e pelo aquecimento global.

As catástrofes do século XXI são previstas pelos três. Antunes da Silva olhou, antecipada e atempadamente, para os eucaliptos que «(...) sugerem altíssimas e vagabundas espigas de trigo soluçando no espaço» (Silva, 1960: 251), chamando a atenção para o poder corrosivo de algumas, na altura, novas tecnologias. William Rueckert privilegiou a ecocrítica e estabelecendo as relações entre o produto cultural e a natureza numa perspetiva ambientalmente política. Stephen Hawking alerta para o fim do planeta provocado pelo aquecimento global. Os três revelam preocupações ambientais.

Por cá, ainda há tempo para salvar o Alentejo do mau uso das novas tecnologias; ainda há tempo para o visitar sem provocar danos no ambiente e auxiliando as populações locais; ainda se pode salvar as suas vidas animal e vegetal bem como todo o seu património cultural. Há que promover o ecoturismo para que os impactos físicos, naturais e comportamentais sejam minimizados e seja gerada uma forte consciência ambiental e um arreigado respeito à cultura local por quem visita a planície.

Ler *Suão*, de Antunes da Silva, é aprender a criar bases para um turismo sustentável respeitador do mundo natural com uma forte componente educacional, que minimize as consequências negativas da presença do homem

em locais que ainda conservam a beleza natural como o tão maltratado Alentejo – o tal «(...) filho bastardo de Portugal» (Silva, 1960: 254). É olhar também para o turismo cultural que, sendo «(...) vocacionado para o património histórico e cultural» (Ponce de Leão, 2019: 63), conduz a aprendizagens e contatos pessoais. A obra de Antunes da Silva, sendo uma declaração de amor à terra de onde é oriundo, torna-se convocatória do literaturismo, um dos ramos do turismo cultural direcionado para os lugares percorridos por escritores e / ou pelas suas obras. O cruzamento da tríade literatura, turismo e ecologia é um forte alerta para a preservação ambiental e demonstra que *Suão* é uma proposta inequivocamente ecocrítica ainda antes da institucionalização deste campo dos Estudos Literários.

Depois de tudo, Maldirro Real, o patrão, acaba por crer «(...) no mundo dos alqueives, das searas e dos montados» (Silva, 1960: 258), assim alimentando a esperança do respeito pela terra também com o uso cauto da maquinaria. Os ventos cruzados sopram expectantes e conseguirão neutralizar «(...) o suão desgraçado e impiedoso» (Silva, 1960: 247), libertando a natureza e dando vida aos corações das plantas no planeta onde o homem quer permanecer.

Referências

Buell, L. (2005). *The Future of Environmental Criticism*. Blackwell.

Garrard, G. (2004). *Ecocriticism*. Routledge.

Hawking, S. (1988). *Breve História do Tempo: do Big Bang aos Buracos Negros*. Gradiva.

Ponce de Leão, I. (2009). A ideia de homem no neo-realismo português: a literatura racionalista militante. In: AA.VV., *O Pensamento Luso-Galaico-Brasileiro (1850-2000)*. *Actas do I Congresso Internacional* (pp. 91-102). Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

Ponce de Leão, I. (2019). *Pro Litteris*. Fundação Eng. António de Almeida.

Rueckert, W. (1978). Literature and Ecology: An Experiment in Ecocriticism. *Iowa Review* 9(1): 71-86.

Silva, A. (1960). *Suão*. Portugália Editora.

Vieira, S. (1933). Como deve a literatura de hoje encarar o problema social.
Pensamento, 37: 14-17.

CAN ECOCLIMATIC SUSTAINABILITY BE PROMOTED IN VIRTUAL TOURISM WITHOUT COMPROMISING THE TOURIST EXPERIENCE?

João Ribeiro Mendes
Universidade do Minho
jcrmendes@elach.uminho.pt

Abstract

This paper delves into the interconnected concepts of virtual tourism, ecoclimatic sustainability, and the tourist experience, illuminating their alignment with the UN Sustainable Development Goals. It scrutinizes the contemporary tourist experience, virtual tourism, and associated platforms, offering a succinct glimpse into climate change's repercussions on tourism. The central focus revolves around elucidating how virtual tourism can be a force for positive ecoclimatic sustainability, tackling hurdles like energy consumption, e-waste, and economic implications. The conclusion underscores the importance of a balanced strategy that integrates technology to elevate sustainability while safeguarding the cultural and economic essence integral to traditional tourism.

Keywords: Ecoclimatic Sustainability; Tourist Experience; Virtual Tourism; Climate Change; Sustainable Development Goals.

Resumo

Este artigo explora os conceitos interligados de turismo virtual, sustentabilidade ecoclimática e experiência turística, realçando a sua consonância com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU. Nele se examina a experiência turística contemporânea, o turismo virtual e as plataformas associadas, oferecendo uma visão sucinta das repercussões das mudanças climáticas no turismo. O foco central gira em torno da elucidação de como o turismo virtual pode ser uma força para a sustentabilidade ecoclimática positiva, abordando obstáculos como o consumo de energia, o lixo eletrónico e as implicações económicas. Na conclusão destaca-se a importância de uma estratégia equilibrada que integre a tecnologia para aumentar a sustentabilidade, ao mesmo tempo que preserve a essência cultural e económica fundamental para o turismo tradicional.

Palavras-chave: Sustentabilidade Ecoclimática; Experiência Turística; Turismo Virtual; Mudanças Climáticas; Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

A puzzle question

In this paper, my objective is to delve into the potential of virtual tourism to promote ecoclimatic sustainability – a pivotal challenge in our contemporary

Anthropocene epoch¹. I am particularly intrigued by the prospect of maintaining the integral tourist experience, widely acknowledged as a crucial component in the global tourism industry, while concurrently working towards the attainment of ecoclimatic sustainability goals. Put more plainly, the central question revolves around whether virtual tourism can contribute to ecoclimatic sustainability without entirely displacing the traditional phenomenological tourist experience.

To address this inquiry, the paper will initiate with a succinct exploration of three interconnected concepts: ecoclimatic sustainability, tourist experience, and virtual tourism. Subsequently, the second part will scrutinize both the positive and negative impacts that virtual tourism may exert on ecoclimatic sustainability. In the third part, I will strive for a reflective equilibrium, exploring how the considered concepts can harmonize with each other in a way that allows for a coherent response to the posed question.

1. Conceptual potpourri.

1.1. Ecoclimatic sustainability.

Consider the concept of ecoclimatic sustainability on a global scale, examining it within the broader context of the Earth System. On this level, it pertains to the Earth's natural systems' ability to maintain equilibrium and resilience amidst human-induced activities, notably climate change. Achieving ecoclimatic sustainability involves understanding and managing the intricate interactions among Earth's climate, oceans, land, atmosphere, and biosphere to foster ecological and climatic stability on a global scale. This endeavor is pivotal for both the prolonged well-being of humanity and the overall health of our planet (Brundtland, 1987; Rockström et al., 2009; Folke, 2011).

In practice, ecoclimatic sustainability encompasses a diverse array of activities aimed at mitigating environmental impact. This includes endeavors to reduce greenhouse gas emissions, conserve biodiversity, advocate for sustainable land use practices, and fortify infrastructure and communities. Concrete examples of such actions range from reforestation initiatives to enhancing soil health and championing alternative energy sources.

In essence, ecoclimatic sustainability emerges as a crucial concept in addressing the interconnected challenges of climate change and environmental degradation. Through the promotion of sustainable practices and the cultivation of resilience in both natural and human systems, we can actively contribute to the pursuit of a more sustainable and equitable future for all.

¹ About the concept of the Anthropocene see Crutzen & Stoermer (2000) and Mendes (2020).

Ecoclimatic sustainability is intricately connected to several of the 17 UN Sustainable Development Goals (SDGs), given its encompassing nature of environmental and climate considerations. The SDGs offer a comprehensive framework with specific goals and targets focused on environmental sustainability, a key component in realizing ecoclimatic sustainability (UN General Assembly, 2015). Notably, Clean Water and Sanitation (SDG 6), Affordable and Clean Energy (SDG 7), Sustainable Cities and Communities (SDG 11), Responsible Consumption and Production (SDG 12), Climate Action (SDG 13), Life Below Water (SDG 14), and Life on Land (SDG 15), all contribute to the broader agenda of ecoclimatic sustainability. The interplay among these goals underscores the interconnected nature of environmental and climate-related challenges, emphasizing the need for holistic and collaborative approaches to address them.

The Stockholm Resilience Centre has crafted a hierarchical framework depicting the 17 SDGs, underscoring that the operation and vitality of society, the economy, and, notably, the tourist experience and virtual tourism facilitated by technology, are contingent on the stable, secure, and robust preservation of the biosphere (figure 1).



Figure 1. SDG hierarchical framework

Source: <https://www.stockholmresilience.org/research/research-news/2017-02-28-contributions-to-agenda-2030.html>

1.2. Tourist experience.

In accordance with Larsen's (2007: 15) definition, the "tourist experience" is characterized as a significant, personal travel-related event that has left a lasting imprint in long-term memory. This term encompasses the cumulative impact of a traveler's emotions, memories, and impressions, all shaped during their visit to a destination. This multifaceted encounter is intricately woven by a tapestry of diverse elements, including the environment, local culture, attitudes and behaviors of residents, quality of services, amenities, and the myriad of activities and experiences available.

These components collaboratively converge, acting as sculptors that create the overall tourism experience. In doing so, they wield a profound influence on the level of satisfaction and enjoyment derived by tourists throughout their journey. In essence, the tourist experience emerges as a dynamic interplay of these various elements, each contributing to the richness and depth of the traveler's engagement with the destination.

Larsen (2017) offers an in-depth perspective on the tourist experience, dividing it into three distinct phases: expectations (pre-trip), perceptions (on-trip), and memory (post-trip). Each phase possesses unique characteristics that collectively play a pivotal role in shaping the nuanced overall experience.

During the pre-trip phase, tourists formulate expectations about their destination and meticulously plan their itinerary, significantly influencing their perception and eventual experience. Notably, insights are drawn from various sources, including guidebooks, travel agencies, and recommendations from friends and family who have previously visited the destination.

The on-trip phase involves the actual experience of the tourist while in the destination. This encompasses sensory experiences such as sightseeing, trying local cuisine, and interacting with locals. Unforeseen situations, such as language barriers, cultural differences, and safety concerns, can impact the tourist's experience and perception of the destination.

In the post-trip phase, tourists reflect on their experiences after returning home. Activities such as sharing experiences with others, creating photo albums, or posting reviews online become crucial. This phase significantly influences the tourist's decision to revisit the destination or recommend it to others.

Vergopoulos (2016) outlines three significant trends in defining the modern tourist experience. The first views it as analogous to "the tourist life," shaping how tourists perceive their journey. The second, with a narrower focus, takes a process-oriented approach, emphasizing learning within the tourist experience. This involves embodying the world by transforming its resources into knowledge. Finally, the third, more specific, sees the tourist experience strictly within a commercial dimension: it arises when tourism is considered a market, evaluating products and services based on "customer satisfaction."

There are several reasons to seek tourist experiences, with the following being particularly noteworthy (Pine & Gilmore, 1999; Scarles & Lester, 2013). The essence of the tourism experience ultimately lies in its ability to motivate people to travel. Travelers aspire to encounter unique experiences, engage in special activities, and broaden their knowledge and perspectives. The promise of a rewarding and fulfilling tourism experience is what inspires individuals to invest the time and money required for a trip. Without the prospect of an enjoyable and meaningful travel experience, there would be little incentive for people to undertake the challenges and costs associated with travel.

The significance of the tourism experience lies in its power to shape people's perceptions of a destination. A positive and satisfying tourism experience can leave a lasting impression, motivating individuals to revisit the destination, recommend it to others, and speak positively about it to friends and family. Conversely, a negative tourism experience can create a lasting impression that discourages people from revisiting the destination, or even worse, can lead to negative feedback and word-of-mouth that harms the destination's reputation.

Finally, the tourism experience holds significant economic importance. A positive tourism experience not only prompts tourists to spend more during their current visit but also influences their spending on future trips. This increased expenditure serves as a catalyst for the creation of new tourism products and services, tailored to meet the evolving needs and preferences of travelers. Consequently, this cycle of positive experiences and expanded offerings contributes to job creation, fosters business development, and fuels overall economic growth.

Tourists actively seek authentic experiences that forge a meaningful connection with the local culture and way of life.² To enhance the overall tourist experience, destinations can offer a variety of region-specific activities and unique experiences, providing opportunities for tourists to engage with locals and gain insights into their customs and traditions (Selwyn, 1996). Achieving this begins with prioritizing authenticity. Travelers are particularly drawn to genuine experiences that facilitate a profound connection with the local culture and lifestyle. Destinations can enhance the tourism experience by providing activities and experiences unique to their region, fostering opportunities for tourists to interact with locals and learn about their customs and traditions.

Moreover, there is a need for investment in infrastructure. The quality of infrastructure, spanning transportation, accommodation, and public facilities, significantly influences the tourism experience. Destinations that invest in contemporary, well-maintained infrastructure are better positioned to generate positive tourism experiences that align with the needs and expectations of travelers.

Additionally, it is crucial to develop distinct tourism products. Tailoring unique tourism products to the needs and desires of travelers can result in unforgettable experiences. This involves offering activities such as adventure sports, cultural tours, and wellness retreats.

Finally, fostering a positive local culture is indispensable. The behavior and attitudes of locals play a pivotal role in shaping the tourism experience. Destinations that nurture a positive local culture, characterized by friendly,

² I draw upon the influential phenomenological theory of tourist experience developed by tourism sociologist Erik Cohen (see Cohen, 1979, 1984, 1988, 2002, 2010). Also relevant to this context is Čomić & Kalmić (2015).

welcoming, and knowledgeable residents, are more likely to create positive tourism experiences for visitors.

1.3. Virtual tourism.

In their 2017 article, Mura, Tavakoli, and Pahlevan Sharif conduct a literature review on the concept of “virtual tourism” in Section 2.1. They conclude that a broad consensus on its definition has not yet been reached. Simultaneously, they reject one with «(...) a narrow focus on technology-based devices (...)» (147), in favor of another that «(...) acknowledges that forms of travel not involving physical movement can be propelled by human fantasy and imagination without the use of technological devices (...)» (147).

Formally, the definition they propose, which appears appropriate to me, aligns with their intention to maintain a relatively broad scope and is as follows:

Virtual tourism is (...) the exploration of alternative realities or worlds, encompassing both digital and non-digital domains, wherein individuals can engage in travel experiences without the necessity of physical movement» (148).

Our third concept, “virtual tourism,” therefore, enables users to experience and interact with various destinations and cultural sites without physically traveling to those locations. It is also referred to as “digital tourism” (Happ & Zsuzsa, 2018), or “armchair tourism” (Baxter & Pieszek, 2011). However, the latter term seems to have a more narrow scope as it strictly involves the use of digital platforms such as the internet, virtual reality, and augmented reality to explore travel destinations and tourist attractions.

Additionally, “virtual tourism” and “remote tourism” are often used interchangeably, but they have some distinctions (Carson, Carson & Tremblay, 2010). While both remote and virtual tourism largely leverage technology to provide alternative ways of experiencing destinations and attractions, remote tourism places a stronger emphasis on real-time interactions and experiences. In contrast, virtual tourism is more focused on creating immersive and interactive digital environments.

The main virtual tourism platforms currently available in the market include: (a) Samibeli³, notable for its immersive global tours featuring real-time guides, interactive elements, and cultural experiences; noteworthy is its strong emphasis on community engagement, encouraging interaction and sharing among virtual travelers; (b) Google Arts & Culture,⁴ which distinguishes itself through extensive virtual tours of museums, cultural landmarks, and historical

³ See: <https://samibeli.com>.

⁴ See: <https://artsandculture.google.com>.

sites worldwide, offering high-resolution images and interactive exhibits; and (c) AirPano,⁵ specializing in aerial virtual tours that present breathtaking panoramic views captured by drones or helicopters, accompanied by immersive 360-degree videos and photos.

Guttentag (2020: 1905-1906) talks about how virtual tourism is great because it solves problems with regular travel, like money, time, planning, and safety. It lets you visit places you might not go to otherwise, especially if you have money or health issues. You can instantly and for free see places like the Louvre or Machu Picchu without going there. Virtual tourism also gives more than just a copy of real experiences – you can feel like you`re really in famous places. It also helps with environmental and social issues linked to regular tourism, like damage to nature and pollution. Virtual tourism respects different cultures and lets you visit sensitive places without causing problems. It`s a different and helpful way to visit, dealing with worries about keeping places nice and preserving cultures.

While virtual tourism has its advantages, concerns remain about its potential to replace traditional tourism, as Guttentag (2020: 1906-1907) notes. Uncertainties about accurately replicating real experiences, especially touch, persist despite potential advancements in the next 50 years. There`s uncertainty about whether people will fully embrace virtual experiences or continue to prefer real-world encounters, although tourists often accept artificial elements. As virtual reality technology progresses, people`s perceptions of what is considered “real” may change. Despite tourism being social, mainstream devices typically offer solitary experiences. Lastly, virtual reality is better for shorter durations and may be uncomfortable for extended use, making it more suitable for brief encounters than extended vacations.

According to Guttentag (2020: 1907-1908), the potential for virtual tourism to replace traditional tourism remains uncertain, given the varying opinions among scholars and industry experts. Some studies indicate that virtual tourism may not completely replace real tourism, while others suggest it offers comparable experiences. Guttentag argues against simplifying the discussion into an all-or-nothing scenario, proposing that virtual tourism could serve as a substitute for specific activities or individuals. Successful examples of virtual tourism indicate a middle ground where it complements traditional tourism.

2. Climate change as an inducer of virtual tourism.

In chapter 80 of the *Handbook of e-Tourism*, Sam Lanfranco discussed the potential impacts of climate change on the tourism industry and vice versa. He envisions a scenario where climate change could profoundly affect tourism in the

⁵ See <https://www.airpano.com>.

coming years. Lanfranco emphasizes the reciprocal relationship between climate change and tourism, illustrating how each influences the other. This includes the impact of tourism on issues like greenhouse gas emissions, waste pollution, and socioeconomic ecosystems. He underscores the importance of using the United Nations Sustainable Development Goals (SDGs) as a framework to assess how tourism technology affects both society and the environment (Lanfranco, 2020: 1926).

Additionally, Lanfranco delves into the specific challenge of tourism-related greenhouse gas emissions, particularly focusing on emissions from transportation. He points out the alarming growth of the global carbon footprint of tourism and discusses the obstacles in transitioning to renewable energy sources. Notably, he expresses concerns about the anticipated tripling of air travel emissions by 2050, potentially comprising a substantial portion of global emissions (Lanfranco, 2020: 1926-1927).

Lanfranco suggests strategic transportation solutions to address emissions, pollution, and congestion, emphasizing the importance of maintaining equity in the treatment of tourism. He also explores the role of virtual reality and artificial intelligence in the tourism experience, viewing them as tools for marketing, education, information, and real-time communication before and during travel. According to him, there is potential for virtual tourism to either complement or substitute real experiences, offering access to otherwise limited or fragile locations, such as the underground city of Derinkuyu in Turkey (Lanfranco, 2020: 1927).

3. Virtual tourism as a contributor to ecoclimatic sustainability.

Considering the discussion, let's explore how virtual tourism can contribute to ecoclimatic sustainability. I'll begin by examining its potential positive impact. There are at least five suggested ways for that. Firstly, virtual tourism helps cut down on the carbon footprint by significantly reducing the need for physical travel, thereby lowering carbon emissions and the environmental impacts of transportation (De-la-Cruz-Diaz et al., 2022). Secondly, it aids in resource conservation by eliminating the need for physical infrastructure and resource-intensive facilities, preserving natural resources like land, water, and energy. Thirdly, virtual tourism minimizes disruptions to fragile ecosystems and sensitive habitats, helping maintain their undisturbed state and conserve biodiversity (Caciora et al, 2021). Fourthly, it assists in pollution mitigation by reducing transportation-related pollution, such as vehicle emissions, noise, and waste generation commonly associated with the tourism industry (Yang & Xue, 2022). Lastly, virtual tourism offers alternative experiences and destinations,

helping alleviate overcrowding in popular tourist areas and reducing the strain on local infrastructure and natural resources (Harding, 2021).

Nevertheless, it is crucial to recognize that virtual tourism can yield adverse effects on the preservation of ecoclimatic sustainability, often downplayed due to the predominant focus of technological development on progress and positive outcomes. To illustrate, virtual tourism heavily depends on technology and digital infrastructure, resulting in heightened energy consumption, especially when utilizing non-renewable or unsustainable energy sources. Additionally, the manufacturing and disposal of electronic devices essential for virtual tourism contribute to the accumulation of e-waste, posing environmental and health hazards if not managed appropriately. Furthermore, virtual tourism holds the potential to redirect tourist expenditures away from local communities and enterprises, detrimentally impacting their economic sustainability and livelihoods. Another concern arises if virtual tourism is perceived as a substitute for physical visits, potentially diminishing financial support for conservation initiatives aimed at safeguarding natural and cultural heritage sites. Finally, an overreliance on virtual tourism as an environmental solution may divert attention from addressing broader systemic issues related to sustainability, potentially impeding the development of comprehensive and enduring solutions.

Arriving at a decisive judgment on the overall effect of virtual tourism on ecoclimatic sustainability is a challenging task. Consequently, it becomes difficult to determine whether to allocate more or less investment towards its development. Realizing this is a matter of concern because the prevailing sense of ecoclimatic urgency we are confronted with – evident through the ongoing expansion of the human ecological footprint (Rees, 2017), the increasingly premature Earth Overshoot Day (Catton, 1982), the exceeding of multiple planetary boundaries (Rockström et al., 2009), and various other measurable indicators of the anthropogenic impact on the Earth System – necessitates swift and resolute action.

4. Ecoclimatic sustainability may sacrifice the tourist experience.

We cannot ignore the possibility that the progress of virtual tourism might potentially result in the collapse of the tourism industry.

As it seem predictable, virtual tourism may not provide the same level of direct socio-economic benefits to local communities as traditional tourism, such as job creation, income generation, and infrastructure development.

Virtual tourism may impact certain aspects of the traditional tourism business. For example, it can affect demand for accommodations, transportation, and other tourism-related services. It may also lead to shifts in

visitor preferences and behavior, as some individuals may choose virtual experiences over physical travel.

In my speculation, the most significant factor that could lead to the decline of tourism is the loss of authentic experiences. Virtual tourism, despite its convenience, cannot fully replicate the genuine encounters that come with physically visiting a destination. As a result, it has the potential to devalue local cultures, traditions, and tangible heritage. Moreover, virtual tourism also contributes to the erosion of human interaction as it lacks face-to-face engagement and personal connections with local communities. This limitation hinders meaningful cultural exchange and understanding, thereby reducing opportunities for genuine cultural immersion.

Virtual tourism offers alternative ways of experiencing destinations and attractions, it does not completely replace the traditional physical tourist experience. Rather, it provides an additional option for individuals who may not be able to travel physically or prefer virtual exploration.

Nonetheless, it is crucial to recognize that virtual tourism cannot fully replicate the sensory and immersive aspects of the traditional tourist experience, such as interacting with local cultures, tasting local cuisines, and experiencing the ambiance and atmosphere of a place. Many individuals still value the authenticity and tangible experiences that physical travel offers (Mura et al., 2017).

Ultimately, the traditional tourism industry can adapt and evolve in response to the growing presence of virtual tourism (Li et al., 2022). It can incorporate virtual elements into their offerings, leverage technology to enhance visitor experiences, and find ways to differentiate themselves from virtual alternatives. This way, the traditional tourism sector can coexist with virtual tourism and continue to thrive as a unique and valuable business area. A good example is Expedia Virtual Tours,⁶ a popular travel booking website, that has incorporated virtual tours into its platform. Users can explore hotels, resorts, and other accommodations through interactive 360-degree images and videos.

A reflexive equilibrium.

In conclusion, virtual tourism holds promise for promoting ecoclimatic sustainability without compromising the overall tourist experience. Despite positive aspects, like reducing carbon footprints, concerns exist regarding potential adverse effects on local economies and cultural interactions. Achieving a balance between the advantages of virtual tourism and the authentic elements of traditional travel is essential for fostering sustainability in the tourism industry.

⁶ See: <https://www.expedia.com/lp/things-to-do-from-home>.

The future calls for a nuanced integration of technological innovations to enhance sustainability while safeguarding the authentic cultural exchange and economic contributions inherent in traditional tourism.

References

- Baxter, A. & Pieszek, L. (2011). Armchair tourism. In A. Papathanassis, ed., *The Long Tail of Tourism* (pp. 171-183). Gabler.
- Brundtland, G. (1987). Our Common Future (The Brundtland Report). In *World Commission on environment and Development*; University Press: Oxford, UK.
- Caciora, T., Herman, G. V., Ilieș, A., Baias, Ștefan, Ilieș, D. C., Josan, I., & Hodor, N. (2021). The Use of Virtual Reality to Promote Sustainable Tourism: A Case Study of Wooden Churches Historical Monuments from Romania. *Remote Sensing*, 13(9), 1758. MDPI AG. <https://www.mdpi.com/2072-4292/13/9/1758>
- Carson, D., Carson, D. & Tremblay, P. (2010). The Economic Geography of Remote Tourism: The Problem of Connection Seeking. *Tourism Analysis*, 15: 125-137.
- Catton, W. (1982). *Overshoot: The Ecological Basis of Revolutionary Change*. University of Illinois Press.
- Cohen, E. (1979). A phenomenology of tourist experiences. *Journal of British Sociological Association*, 13(2):179-201.
- Cohen, E. (1984). The sociology of tourism: approaches, issues and findings. *Annual review of sociology*, (10): 373-392.
- Cohen, E. (1988). Authenticity and commoditization in tourism. *Annals of tourism research*, 15: 371-386.
- Cohen, E. (2002). Authenticity, equity and sustainability in tourism. *Journal of sustainable tourism*, 10(4): 267-276.
- Cohen, S. (2010). Searching for escape, authenticity and identity: experience of "lifestyle travelers". (In Morgan, M., Lugosi, P. & Ritchie, J.R.B., eds., *The tourism and leisure experience: consumer and managerial perspectives* (pp. 27-42). Channel View Publications.

- Čomić, Đ. & Kalmić, L. (2015). Phenomenology of tourist experience. *Quaestus* 6: 56-71
- De-la-Cruz-Diaz, M., Alvarez-Risco, A., Jaramillo-Arévalo, M., Lenti-Dulong, M., Calle-Nole, M., Anderson-Seminario, M. & Del-Aguila-Arcentales, S. (2022). Virtual Tourism, Carbon Footprint, and Circularity. In: A. Alvarez-Risco., S. Muthu, S. Del-Aguila-Arcentales, eds., *Circular Economy. Environmental Footprints and Eco-design of Products and Processes* (pp. 245-263). Springer.
- Folke C, Jansson Å, Rockström J, Olsson P, Carpenter SR, Chapin FS, III, Crépin A-S, Daily G, et al. (2011). Reconnecting to the Biosphere. *Ambio* 40: 719-738.
- Guttentag, D. (2020). Virtual Reality and the End of Tourism? A Substitution Acceptance Model. In Zheng Xiang, Matthias Fuchs, Ulrike Gretzel & Wolfram Höpken, eds., *Handbook of e-Tourism* (pp. 1901-1919). Springer Cham.
- Happ, E. & Zsuzsa, I. (2018). Digital tourism is the challenge of future – a new approach to tourism. *Knowledge Horizons – Economics*, 10: 9-16.
- Harding, B. (2021, January 19). Is virtual tourism the answer to the problem of overtourism? <https://virtual-visits.co.uk/is-virtual-tourism-the-answer-to-the-problem-of-overtourism>
- Lanfranco, S. (2020). A Futuristic Look at Tourism in the Era of the Internet Ecosystem. In Zheng Xiang, Matthias Fuchs, Ulrike Gretzel & Wolfram Höpken, eds., *Handbook of e-Tourism* (pp. 1921-1942). Springer Cham.
- Larsen, Svein. (2007). Aspects of a Psychology of the Tourist Experience. *Scandinavian Journal of Hospitality and Tourism*, 7: 7-18.
- Li, Y., Liang, J., Huang, J., Yang, M., Li, R., & Bai, H. (2022). Would You Accept Virtual Tourism? The Impact of COVID-19 Risk Perception on Technology Acceptance from a Comparative Perspective. *Sustainability*, 14(19), 12693. <https://www.mdpi.com/2071-1050/14/19/12693>
- Mendes, J. (2020). The Anthropocene: scientific meaning and philosophical significance. *Anthropocena. Revista de Estudos do Antropoceno e Ecocrítica* 1: 71-89.

- Mura, P., Tavakoli, R. & Pahlevan Sharif, S. (2017). "Authentic but not too much": exploring perceptions of authenticity of virtual tourism. *Information Technology & Tourism* 17(2): 145-159
- Pine, B.J. & Gilmore, J.H. (1999). *The Experience Economy: Work Is Theatre & Every Business a Stage*. Harvard Business School Press.
- Rees, W. (2017). Ecological Footprints and Appropriated Carrying Capacity: What Urban Economics Leaves Out. *Urbanisation*. 2(1): 66-77.
- Rockström, J., Steffen, W., Noone, K., Persson, Å., Chapin, F. S., Lambin, E. F., Lenton, T. M., Scheffer, M., Folke, C., Schellnhuber, H. J., Nykvist, B., De Wit, C. A., Hughes, T., Van Der Leeuw, S., Rodhe, H., Sörlin, S., Snyder, P. K., Costanza, R., Svedin, U., ... Foley, J. A. (2009). A safe operating space for humanity. *Nature*, 461(7263): 472-475.
- Scarles, C. & Lester, J.-A. (2013). Mediating the tourist experience: From brochures to virtual encounters. In C. Scarles & J.-A. Lester, eds., *Mediating the Tourist Experience: From Brochures to Virtual Encounters* (pp. 1-11). Routledge.
- Selwyn, T., ed. (1996). *The tourist image: myths and myth making in tourism*. John Wiley & Sons Ltd, Chichester.
- UN General Assembly (2015, October 21). *Transforming Our World: the 2030 Agenda for Sustainable Development* (A/RES/70/1). <https://www.refworld.org/docid/57b6e3e44.html>
- Vergopoulos, H. (2016). L'expérience touristique: une expérience des cadres de l'expérience touristique? *Via* [online], 10 <https://doi.org/10.4000/viatourism.1347>
- Yang, C. & Xue, Y. (2022, May 24). Flow Experiences and Virtual Tourism. In *Encyclopedia*. <https://encyclopedia.pub/entry/23263>

DIGITAL NOMADISM IN THE ANTHROPOCENE: PHILOSOPHICAL-ANTHROPOLOGICAL ANALYSIS OF THE CONTRADICTIONS AND LIMITS OF THIS PHENOMENON.

Katarína Podušelová

Institute of Philosophy SAS v. v. i. in Bratislava, Slovak Republic
katarina.poduselova@savba.sk

Abstract

The article focuses on the phenomenon of digital nomadism in the context of the Anthropocene. Digital nomadism is a phenomenon characterized by the ability of people to travel the world voluntarily and with the help of technology and to change their place of work on a regular basis. It is often referred to as either a new form of lifestyle or a working life. Despite this general description, digital nomadism is a phenomenon without a clear definition. Interest in digital nomadism has been sparked by its exponential growth, especially after the COVID-19 pandemic. The aim of this paper is to show that although studies estimate its future growth in the context of the Anthropocene epoch, its limits and boundaries are becoming apparent. Furthermore, the paper points out that from a philosophical anthropological perspective, the phenomenon exhibits several contradictions that should be explored. On the one hand, the phenomenon is a recognition of the technological advancement of information flows within the global infrastructure and the anthropological phenomenon of human adaptability. On the other hand, in addition to contradicting the requirements of sustainability in the Anthropocene, it also puts pressure on society and the environment both locally and globally.

Keywords: Anthropocene; Digital Nomadism; Digital Work; Climatic Change; Sustainability.

Resumo

O artigo centra-se no fenómeno do nomadismo digital no contexto do Antropoceno. O nomadismo digital é um fenómeno caracterizado pela capacidade das pessoas de viajarem pelo mundo voluntariamente e com a ajuda da tecnologia e de mudarem regularmente de local de trabalho. É frequentemente referido como uma nova forma de estilo de vida ou de vida ativa. Apesar desta descrição geral, o nomadismo digital é um fenómeno sem uma definição clara. O interesse pelo nomadismo digital foi despertado pelo seu crescimento exponencial, especialmente após a pandemia de COVID 19. O objetivo deste artigo é mostrar que, embora os estudos estimem o seu crescimento futuro no contexto da época do Antropoceno, os seus limites e fronteiras estão a tornar-se evidentes. Além disso, o artigo salienta que, de uma perspectiva antropológica filosófica, o fenómeno apresenta várias contradições que devem ser exploradas. Por um lado, o fenómeno é um reconhecimento do avanço tecnológico dos fluxos de informação na infraestrutura global e do fenómeno antropológico da adaptabilidade humana. Por outro lado, para além de contradizer os requisitos de sustentabilidade no Antropoceno, também exerce pressão sobre a sociedade e o ambiente, tanto a nível local como global.

Palavras-chave: Antropoceno; Nomadismo Digital; Trabalho Digital; Alterações Climáticas; Sustentabilidade.

Introduction

Digital nomadism is a phenomenon that combines different forms of nomadic life with adaptation to the information age. It is often presented as a form of independent living for individuals who freely choose how to organise their work, travel, and leisure. Cook states that «[d]igital nomads have become known as individuals who utilise digital technologies to blend work, leisure, and travel» (Cook, 2022, p. 305). While the former description emphasizes freedom, Cook's emphasizes technology. Comparing these two simple descriptions right at the outset shows that digital nomadism can be understood from different perspectives. In addition to the above, it can be analysed in terms of work, leisure, lifestyle, and more. At the same time, the fragmented view of this phenomenon makes it difficult to establish a single definition.

The increase in scholars' interest in this phenomenon has been caused by the recent surge in the number of digital nomads, especially after the COVID-19 pandemic when lock-in caused a push for remote working (Cook, 2023; Cottam, 2023). The MBO Partners State of Independence (SOI) research program that examines the impact of COVID-19 on the growth of digital nomadism in the U.S. states that:

In 2020, the number of traditional workers working as digital nomads grew 96 percent, from 3.2 million to 6.3 million» (MBO Partners, 2020, p. 2). Another report from 2022 already states that «16.9 million American workers currently describe themselves as digital nomads, increasing 9% from 2021 and a staggering 131% from the pre-pandemic year 2019 (MBO Partners, 2022: 3).

Although precise data regarding the total number of digital nomads at a global level is not available, it is possible to conclude that digital nomads are having a significant impact on the economic, socio-political, and environmental conditions in the countries they visit or originate from.

The aim of the paper is to highlight that the phenomenon of digital nomadism contains certain contradictions and limits if the environmental aspect is highlighted and at the same time it is situated in the context of the Anthropocene epoch. In my opinion, many aspects of digital nomadism are mainstream and presented without a deeper understanding of the complexity of the current and predicted challenges that humanity faces on a global and, from an Anthropocene perspective, planetary scale.

The first part describes the basic issues involved in the analysis of digital nomadism. Although more and more authors are beginning to address this phenomenon it still raises more questions than it answers.

The second part of the thesis focuses on the analysis of the concepts of digital nomadism and digital nomad in order to point out their ambiguity and selected contradictions. From a philosophical-anthropological perspective,

digital nomadism is an interesting phenomenon and should receive more attention from academics.

The last third part of the thesis points out the basic contradictions and limits that become apparent when the phenomenon is analysed in the context of the Anthropocene. Although many statistics point to its increase the further development of this phenomenon is unclear. From my point of view, two scenarios can occur. The first scenario, which seems very likely, is that there will be a limitation of the growth of digital nomadism as it is understood today. The legislative measures of the host or home countries will play a major role here. In particular, taxation and measures relating to ensuring environmental sustainability and the response of localities to the disasters associated with climate change. The second scenario is that digital nomadism will persist as a hybrid life form of adaptation of individuals to the climate crisis and the associated socio-economic and political changes.

1. Problems in the analysis of digital nomadism

Digital nomadism, despite the reported increase in individuals claiming it, is still under-researched academically. Several authors point to the lack of information and adequate or comprehensive literature, which makes it difficult to research. Equally, this lack of information and empirical research affects the analysis of this phenomenon from multiple perspectives (Hannonen 2020; Mancinelli, 2020; Hensellek & Puchala, 2021; Dreher & Triandafyllidou, 2023). A significant problem is that there is no underlying consensus from which academics can draw. Although there are already a number of articles on the topic I can say that they are so far characterized by significantly different interpretations, analyses, and perspectives on the phenomenon. The lack of consensus in the literature is partly compensated for by statistics on which researchers can rely. However, these statistics are also insufficient in some respects. Academics should take the following into account when working with them: the statistics contain only a limited number of respondents;¹ they focus on one country or continent; most of the time respondents self-identify subjectively as digital nomads. Apart from statistics, most information is contained in blogs and vlogs by digital nomads themselves or in various travel blogs, vlogs, and social networks. The researcher needs to be able to decipher the information from these platforms, for example, to separate advertising content from

¹ The 2022 MBO Partners study states, «For the 2022 study, Emergent Research and Rockbridge Associates surveyed 6,488 residents of the U.S. (aged 18 and older) including 901 current digital nomads» (2022, p. 19). In an earlier study from 2020, the MBO Partners states: «This survey had responses from 3,457 U.S. citizens or those with U.S. residency status (aged 18 and older)» (2020: 10).

informative content. The research is also hampered by the fact that there are as yet no universally accepted criteria by which to clearly identify who is a digital nomad.

Authors who have begun to address this phenomenon have encountered the above problems and have therefore so far focused on systematizing the issues in order to allow for easier conceptual analysis and understanding, rather than a deeper analysis of the problems associated with it (Hannonen, 2020; Dreher & Triandafyllidou, 2023). The most common questions include: What is digital nomadism? By what criteria do we define a digital nomad? What implications does digital nomadism have on traditional understandings of work? What impact does it have on working relationships? What implications does digital nomadism have for the social contract between the nation-state and the citizen? What is the motivation to start living the life of a digital nomad? Does digital nomadism meet the conditions to be identified as a movement? If so, through which ideas will this movement be conceptualized? Is digital nomadism a consequence of a move away from materialism and nationalism? What is the interrelationship between digital nomads and local communities? Are there ways in which digital nomadism can be legitimized? Is digital nomadism just a particular phase of an individual's life? (Hannonen 2020, Cook, 2023; Dreher & Triandafyllidou, 2023).

From my point of view, environmental issues are very under-represented in discussions about digital nomadism. What is missing is a greater emphasis on issues that reflect the current change in the Earth's climatic and geological conditions and the associated environmental crisis or climate emergency. The authors should also focus more on the questions: What is the relationship of digital nomadism to the environment? Or What is the impact of the growth of digital nomadism on the Earth System? The first question is mentioned only marginally in works that address this issue. More information on this topic as I mentioned above is on the blogs or vlogs of the digital nomads themselves. The second issue is so far completely absent in academic works.

2. The Ambiguities and Contradictions of Digital Nomadism

The first contradictions in this phenomenon occur when its analysis, framing, or conceptualisation does not highlight from which perspective nomadism itself is viewed. From my perspective, it appears that in digital nomadism the reference to nomad/nomadism is closer to its metaphorical²

² For more on metaphorical thinking in relation to mobility and nomadism see: (Urry, 2000: 21-48).

representation than to traditional ethnological, anthropological, or sociological definitions.

General dictionary definitions state that a nomad is «a member of group of people who move from one place to another, rather than living in one place all of the time» (*Nomad*, 2023) and Nomadism is: «way of life of peoples who do not live continually in the same place but move cyclically or periodically. It is distinguished from migration, which is noncyclic and involves a total change of habitat» (The Editors of Encyclopaedia Britannica, 1998). The basic question is: Can digital nomadism be understood within the intentions of these definitions in the epoch of the Anthropocene? I suggest that, as with the Anthropocene, traditional forms of explanation are no longer sufficient for this phenomenon.

Further, there is no mention of threat or freedom in these definitions, which is often highlighted in the context of nomadism and even its digital form. Rather, these two aspects of meaning were brought in by poets, scholars, and philosophers who were fascinated by the striking incongruity of nomadism with sedentary life, since «the image of nomadic life has exercised the strong attraction of opposites» (Khazanov, 1994: 1). As a result, nomadism has become synonymous with freedom, whether real or imagined, and political independence (Khazanov, 1994). If from a historical and anthropological point of view, nomadism represented a threat to the sedentary way of life (Khazanov, 1994; Mancinelli, 2020) from a philosophical point of view it represents a metaphor of threat in the form of resistance to the state, a questioning of the system or the social order (Mancinelli, 2020). The paradox is that digital nomadism no longer constitutes an explicit threat in either sense. It oscillates at the border, it is and is not a threat. It depends on the perspective from which it is viewed. On the one hand, for many host countries, digital nomads are so far more a vision of economic benefit. On the other hand, from an environmental perspective, its carbon footprint poses a significant threat as digital nomads mainly use air transport to move around.

The theoretical generalization of nomadism may also lead to its stereotypical understanding (Khazanov, 1994). In addition to obscuring the complexity of the phenomenon of nomadism and its basic cultural, economic, social, and political parameters, or its interrelationships with the outside world (Khazanov, 1994), the stereotypical view also brings with it many contradictions (Khazanov, 1994). Added to this realization is the understanding of the Anthropocene, which is a new epoch in Earth's history that humanity has no experience with, and the same is true for digital nomadism. It is a new phenomenon that should be interpreted in a new context. It is important to recognize that the Anthropocene is a new epoch in the history of the Earth that humanity has no experience with, and the same is true for digital nomadism. It is a new phenomenon that should be interpreted in a new context. As Kazanov states, «That which is true of nomads today may not apply to the nomads of

ancient time or of the Middle Ages» (Kazanov 1994: 4). For this reason, it is always necessary to take into account the historical context when interpreting nomadism.

2.1 Digital nomad and digital nomadism

Digital nomadism in terms of the history of nomadism, which is primarily related to the domestication of animals between approximately 8000 and 2500 BCE, is a very recent phenomenon. In this case, domestication of flora and fauna (training, breeding to serve man) has been replaced by technology. The emergence of a new so-called digital form of nomadism (around the 1980s) was made possible by the development and democratization of digital technology, the digital revolution, globalization and individualization. To the above can be added other socio-political factors such as creased international experiences and mobility, ease of movement, wireless communication technologies and advancement in transportation systems, the digitalization of real estate, flexibility of working lives and increases in global relative wealth. These factors also have an impact on the growth of digital nomadism (Hannonen, 2020).

The origin of the term digital nomadism is associated with the book *Digital Nomad* (1997) by Tsugio Makimoto and David Manners. However, digital nomadism itself is a phenomenon without a clear definition. According to Hannonen, many definitions are even often contradictory (Hannonen, 2020). The ambiguity is caused on the one hand by the understanding of the term nomad/nomadism itself³, and on the other hand by the plurality in the theoretical framing of the phenomenon. As an example, digital nomadism can then be understood as: creative tourism, a type of leisure activity, a novel type of location independent work force, a new economic activity, a cultural phenomenon, a new technology-enabled form of working and organising, a new economic model (Wang, 2018; Hannonen, 2020). These determinations depend on what the authors emphasize in their conceptualization. Emphasis may be placed on location-independent work, technology, lifestyle, freedom, responsibility, socio-economic conditions, individuals` psychological motives and values, and more.

According to Hannonen, two perspectives are most commonly used in conceptualization: work life and lifestyle. In this sense, he sees a difference in the terms digital nomad and digital nomadism. As he states:

³ The terms nomad/nomadism have a long history. In the etymology of the term nomad we find a reference to Ancient Greek and the term νομάς (nomás) – roaming, roving, wandering (from place to place to find pasture for their flocks or herds) (Nomad, n.d.). From a philosophical-anthropological point of view, the long history of the term is also pointed out by Khazanov, according to whom: «The myth of the nomad may be even older than the myth of the “noble savage”» (Khazanov, 1994: 1).

Thus, the term “digital nomad” describes a category of mobile professionals, who perform their work remotely from anywhere in the world, utilizing digital technologies, while “digital nomadism” refers to the lifestyle that is developed by these highly mobile location independent professionals (Hannonen 2020: 336).

From her perspective, then, digital nomadism can be understood as lifestyle mobilities and as a social phenomenon (Hannonen, 2020). In Hannonen’s definition, the focus is on the individual’s motivations, preferences and adherence to the conditions that enable them to lead a mobile lifestyle.

Like Hannonen, Mancinelli also leans towards a lifestyle approach in defining digital nomadism, with an emphasis on individualisation and motivation. Among the motivational aspects he includes: flexibility of online work, cultural and personal travel experience, a deeper sense of self, resistance to the social system, work-life balance, self-actualization, and freedom (Mancinelli, 2020). In her view, the self-actualisation of digital nomads coupled with economic purpose makes digital nomadism more of an adaptive strategy to the global inequalities of the capitalist system and neoliberalism (Mancinelli, 2020). Mancinelli sees adaptation mainly in terms of socio-economic adaptation.

A different way of defining digital nomadism is presented by Cook, who proposes a taxonomy of the phenomenon as follows: “autonomy over mobility; homebase practices; domestic vs. transnational travel; legal legitimacy; work-life balance and coworking space use” (Cook, 2023: 1). Cook’s taxonomy is developed with an emphasis on work, asking the question «should “crossborder” remote work be classified as “remote working” or as “digital nomadism”?» (Cook, 2023: 2). The basic definition that Cook draws on is:

Digital nomads use digital technologies to work remotely, they have the ability to work and travel simultaneously, have autonomy over frequency and choice of location, and visit at least three locations a year that are not their own or a friend's or family home (Cook, 2023: 4).

From his point of view, the academic literature is mostly only interested in independent digital nomads. Although, according to him, there are at least five types of digital nomads: digital nomad freelancers; digital nomad business owners; salaried digital nomads; experimental digital nomads and armchair digital nomads (Cook 2023: 12). Cook’s proposed taxonomy of digital nomadism and identification of types of digital nomads above demonstrates the complexity of this phenomenon.

2.2 Contradiction in term labour/work in digital nomadism

In formulating the definition, Cook emphasized the term digital. As he states: «The “digital” in digital nomadism is also central to any definition of the term» (Cook 2023: 5). This brings me to the first contradiction inherent in digital nomadism, where, like Cook, I assume that the term digital in this connection conveys a focus on work as digital labour/work associated with the use of digital technology and communication networks.

The contradiction here arises from a lack of clarity in the meaning and use of the term work. The English language makes it possible to emphasise more clearly the multiple meanings at this level by understanding work as work or labour. The philosophical approach to work and labour has its origins in ancient Greece in connection with necessity or freedom. This issue has been developed later in history by many thinkers, among whom Marx (Wang, 2018) or Arendt are still accentuated in this topic. Given the vastness of the work/labor issue, I will highlight only one contradictory aspect. This is the contradiction of whether digital labour is generally understood as a necessity or as a free choice. According to definitions of digital nomadism, the digital nomad is on the one hand autonomous (Cook, 2023) i.e. freely choosing whether to work at all, and on the other hand a mobile professional (Hannonen, 2020), which in turn refers to being employed and thus having to work. This contradiction could be clarified by identifying the difference between digital labourer and digital worker.

According to the dictionary definition, a laborer is «a person who labors; esp., a wage-earning worker whose work is largely hard physical labor» or «an unskilled or semiskilled worker who brings materials to, and does preparatory work for, skilled workers in a trade» (*Laborer*, n.d.). Does this dictionary definition also describe a digital laborer? What attributes then define digital labor? Does this term characterize the part of digital nomads who are not so independent and work as employees of multinational corporations? Is such a nomad just the animal laborer that Arendt describes?

In a sense, Wang focuses on this aspect. He understands digital nomadism as an economic, cultural and technological phenomenon. According to him, «digital nomadism is emerging as a growing segment of the digital workforce» (Wang, 2018: 2). In considering digital nomadism as an economic phenomenon, he argues that it is important to first «establish a clear definition of digital labour» (Wang, 2018: 4). In line with Smith and Marx, he defines labour through the factors or means of production as:

(...) labour (the human effort expended on work); the object (the material to which labour is applied, alternatively known as 'land' or simply “objects”); and the tools (the reusable means that aid human labour on the object) (Wang, 2018: 4).

In this sense, in my view, the digital nomad as digital labourer is locked in a production process «in which digital technology has transformed factors of

production» (Wang, 2018: 4) and in a dichotomy of production and consumption (Wang, 2018: 5). The question is whether such an understanding of the concept of labour as labour is still sufficient to explain digital labour and digital labourer.

If I have indicated that the clarification of the contradiction could be achieved by determining the meaning of laborer/worker, this task will not be easy with the term worker. The meaning of digital worker may no longer be related to human labour at all. In this case, there has been a significant change in the understanding of who or what is being identified here in conjunction with work. The digital worker ceases to be personified by a physical human being and is gradually being fully replaced by AI:

In the past, the term “digital worker” described a human employee with digital skills, but more recently, the market has defined it as a category of software robots, which are trained to perform specific tasks or processes in partnership with their human colleagues (IMB, 2023: para 2).

In addition to the above, on this plane it will be difficult to clarify that there has been a «blurring of the boundaries between personal and professional life» (Mancinelli, 2020: 421) and «blurs the borders of old dichotomies such as production-or-consumption and customer-or-citizen» (Wang, 2018: 3). I suggest that a more in-depth analysis of the labour/work distinction of meaning could lead to further substantive findings on the issue of digital nomadism in the future.

3. Digital nomadism in the context of the Anthropocene

Digital nomadism can be considered a phenomenon of the Anthropocene epoch. It is the accumulation of many factors that have influenced the emergence of digital nomadism that are also considered to be aspects present in the emergence of the Anthropocene epoch. In the context of the knowledge contained in the concepts of the Anthropocene⁴, digital nomadism is characterized by several contradictions and limits.

Anthropocene concepts⁵ describe an altered state of geological and climatic conditions on Earth that are closely related to humanity and the marked

⁴ The notion of the Anthropocene is polysemic, which is also reflected in its conceptualisation. In the natural sciences, there are two main concepts of the Anthropocene. Their basic distinction is that they describe the ways in which humankind impacts planet Earth on two levels. Either is the human influence on the Earth's climate feedback system where humans/humanity are seen as a factor that accelerates and amplifies positive feedback processes (Steffen et al., 2005; Ehlers & Krafft, 2006; Lenton, 2016; Steffen et al., 2020 and others). Here we discuss the concept of the Anthropocene in Earth System Science. In the second concept, the so-called geological concept, humans/humanity are seen as the main agent of change in key processes in the Earth's various systems (Zalasiewicz et al., 2008; Williams et al., 2015; Waters et al., 2016 and others).

⁵ In this thesis, the concept of the Anthropocene is understood in terms of the humanities and social sciences, using insights from concepts of the Anthropocene in the natural sciences. The

acceleration of its evolution, development, and population explosion. The speed with which humanity has progressed over the last 300 years is unprecedented in the evolution of the species. In a very short time, it has literally become a geobiophysical force comparable to the forces of nature (Steffen et al., 2020), while at the same time becoming more vulnerable to itself and the forces of nature. Humanity is suddenly faced with many paradoxes, contradictions and conflicts to deal with, many of which it has not experienced in its history so far. From climate change, scarcity of natural resources, social unrest and wars to the paradox of the coexistence of enormous obesity and malnutrition or food insecurity⁶. All of the above points to one important aspect, which is the threat not only to the survival of the species *Homo sapiens*, but above all to the preservation of its civilised form of existence.

From an anthropological perspective, the Anthropocene epoch challenges humanity to rethink its basic survival strategies, from adaptation to a changed natural environment, to ways of acquiring resources to meet needs, to mobility, to humane retreat to areas that will remain habitable. In other words, the human species must now adapt⁷ to the conditions of the Anthropocene epoch, which expresses the collision of the human and non-human worlds.

To bring digital nomadism more into the context of the Anthropocene epoch requires a few more brief remarks. The definition of the Anthropocene epoch is based, among other factors, on a comparison of current parameters of, for example, carbon dioxide with its parameters in the Holocene epoch (the preceding geochronological time period in the Earth's history).

The focus on CO₂ concentration in relation to global warming is also important in terms of digital nomadism. As Steffen states:

The increase in atmospheric CO₂ concentration provides a useful measure with which to evaluate the rate and magnitude of human-

conceptualization of the concept of the Anthropocene in the humanities and social sciences is oriented more towards humans (but not in an anthropocentric way), the systems created by them (economic, political, social, cultural and others) and the analysis of the interrelations and interactions within these systems, between them and the Earth System.

⁶ According to the WHO report: «More than 1 billion people worldwide are obese – 650 million adults, 340 million adolescents and 39 million children. This number is still increasing. WHO estimates that by 2025, approximately 167 million people – adults and children - will become less healthy because they are overweight or obese» (WHO, 2022: para 1). Further, the World Obesity Federation report states «that over 4 billion people may be affected by 2035, compared with over 2.6 billion in 2020. This reflects an increase from 38% of the world's population in 2020 to over 50% by 2035» (World Obesity Federation: Global Obesity Observatory: 10). According to a report by The Food and Agriculture Organization (FAO) states, «It is estimated that between 691 and 783 million people in the world faced hunger in 2022. Considering the midrange (about 735 million), 122 million more people faced hunger in 2022 than in 2019, before that global pandemic» (Hmoumen, 2023: 4). The above statistics show a significant disparity between circumcision and famine. The paradox is that the above does not refer to the ratio between well-being and poverty, but to poverty, the unequal distribution of resources, and the failure to balance human energy intake and expenditure.

⁷ Adaptation means not only the evolutionary adaptation process of a living organism to its environment, but also cultural adaptation and man-made adaptation to the environment.

driven change compared to natural variability. The human imprint on CO₂ is unmistakable (2004: 18).

According to the Paris Agreement, it is important to maintain: «the increase in the global average temperature to well below 2°C above pre-industrial levels» and «to limit the temperature increase to 1.5°C above pre-industrial levels» (UNFCCC, 2016, p. 4). As Bruckner et al. state: «To limit global warming to 1.5°C or 2.0°C, per capita carbon footprints need to be in a global target range of about 1.6-2.8 t CO₂» (Bruckner et al., 2022: 312). There is as yet no statistic that provides an average carbon footprint per digital nomad. It is estimated that the average carbon footprint is 8 tons of CO₂ per year (Bender, 2019; Gaynor, 2022). From this perspective, digital nomadism should be included among the factors influencing climate change. However, the focus should not be on just this one aspect of the overall environmental impact of digital nomadism.

Humanity today is still using adaptation strategies that originated in the relatively stable Holocene period. Humanity's adaptation to climatic conditions has been so successful that humanity has been able to globalise the world and expand its population from 600 million in 1700 to 8 billion in 2023. At the same time, the complexity of global society has necessitated adaptation to the artificial world in addition to adaptation to the natural world. The geological and climatic conditions of the Anthropocene are disrupting and breaking down the adaptation strategies that worked in the Holocene. The manifestations of climate change are intensifying and becoming less predictable. Humanity and its systems (social, cultural, economic, political, and others) are becoming vulnerable or dysfunctional, for example, this is most evident in agricultural and food production systems. Droughts, floods, temperature fluctuations, hailstorms, frosts, and overall severe weather changes threaten food production worldwide. The collapse of this system affects all other systems of the human world. This undermines the freedom of the digital nomad, because its autonomy is dependent on natural and human systems, albeit in different ways. According to Khazanov:

Most importantly, nomads could never exist on their own without the outside world and its non-nomadic societies, with their different economic systems. Indeed, a nomadic society could only function while the outside world not only existed but also allowed for those reactions from it – reactions which were economic, social, political, cultural, in a word, a multi-faceted response - which ensured that the nomads remained nomads (1994: 3).

In a different way, Khazanov's statement is corroborated by the IPCC report, which states:

Almost all the world's non-urban population and its provisioning ecosystems are impacted by urban systems through connecting

infrastructure and family and kinship ties, remittances and trade arrangements that influence flows of water, food, fibre, energy, waste and people (...) Many rural places are so deeply connected to urban systems that risks are observed to cascade from one to the other (Dodman et al., 2022: 912).

Whatever location digital nomads prefer, whether rural or urban, these locations are interconnected and dependent on the overall condition of the natural and artificial world.

Although as reported by Schools and Schlee, «However, according to current ethnoarchaeological and sociogeographical research nomadism should be considered a rather sophisticated, economically successful, and sustainable way of life» (2015: 838). The question arises: To what extent does digital nomadism fit into a sustainable way of life? In definitions of the phenomenon, there is not yet a clause stating that the digital nomad acts with future generations in mind in relation to the environment. From this perspective, I would lean towards Mancinelli's claim that digital nomadism is rather an «opportunistic adaptation to the conditions created by the impacts of the neoliberal ideology of entrepreneurial freedom» (Mancinelli, 2020: 418). In other words, the digital nomad is so far adapting to the socio-economic system rather than to the changing climatic conditions. However, such a view of the problem would be an oversimplification. There is a reciprocal relationship between changed climatic-geological conditions and socio-economic or political problems (Stáhel, 2021). From this perspective, digital nomadism is not only an economic, cultural, and technological phenomenon but also an environmental phenomenon.

3.1 The limits of digital nomadism

As I have noted, recent studies of digital nomadism point to its explosive growth and agree in their assumption that the number of digital nomads will continue to increase (Lopez, 2022; Cook, 2023). In this context, the question should be asked: Can changes in the Earth`s climatic and geological conditions reverse the increase in digital nomadism? In light of this question, I argue that the rise of the digital nomadism phenomenon is temporary and limited. The limitations will stem from changes in the Earth`s geological-climatic conditions, for example, which will force humanity to transform its systems to adapt to unstable and less predictable climatic phenomena. For digital nomads, this will mean that their favourite destinations⁸ will change, adapt and be characterised

⁸ Thailand (Bangkok, Chiang Mai), Thai Isles (Koh Samui, Koh Tao, and Koh Phangan), Vietnam (Hanoi, Da Nang), Indonesia (Bali), Portugal (Lisbon, Peniche, Madeira, and Porto), New Zealand, India, Estonia and many others.

by efforts to mitigate the impact of climate change (changing infrastructure, spatial policies and more). Changing geological and climatic conditions on Earth are further affecting air transport⁹, which is the most common mode of transport used by digital nomads. Other conditions that have a limiting influence on digital nomadism include access to education, socio-economic conditions or the geopolitical position of the nomad's home country (strong passport)¹⁰ and the demand for digital nomad services (the growing influence of AI). Furthermore, the ontogenesis of the digital nomad as a human individual and the impact of frequent travel on their physical and mental health (e.g. burnout) is also a limitation.

In my view, once the conditions that make digital nomadism possible disappear or change, the phenomenon will either stagnate, transform into another form of nomadism, or disappear.

3.2.1 Education as a limiting aspect of digital nomadism in the context of the Anthropocene

All of these factors that point to limits to the growth of digital nomadism are challenging to process in scope and content. For this reason, I have selected one that has received almost no attention from my perspective. Rather, I focus here on the anthropological perspective of nomadism and draw on Hannonen's definition of the digital nomad as a professional. According to this, a person who wants to become a digital nomad or is a digital nomad should undergo or has undergone a certain educational process (not necessarily institutional). Also for such a person there must be sufficient cultural, social and economic conditions that allow access to education or access to technology.

Despite the efforts of global organisations¹¹ to increase education, the impact of climate change is having the opposite effect. In the past, institutional education was predominantly determined by social, political and economic conditions. These conditions are now being compounded by climate change. According to the UNESCO report: «The catastrophic effects of climate change

⁹ In discussions about digital nomadism, we are often mainly confronted with the argument that frequent flying and the associated increase in CO₂ emissions have a major impact on climate change. What is no longer being said is that climate change is also having a huge impact on air travel. As Williams states «Climate change may have important consequences for aviation, because the meteorological characteristics of the atmosphere influence airport operations, flight routes, journey times, and the safety and comfort of passengers and crew» (2017: 576). Williams points to the increase in the many risks to aviation that arise from changing climate conditions. For example, rising sea levels and storm surges threaten coastal airports, hot air affects aircraft take-off, flights are threatened by an increase in turbulence, and more (Williams, 2017).

¹⁰ On the problem of strong passports, see: (Thomson, 2018).

¹¹ The Association for Childhood Education International (ACEI); The Global Partnership for Education (GPE); Plan International; Save the Children; The United Nations Education, Scientific and Cultural Organization (UNESCO).

are no longer isolated emergencies but have become the new global norm – a reality that is only intensifying each year» (2022a: 3). Access to education is made impossible by disasters that force people to leave their homes. UNESCO further states that: «Climate-displaced people face similar barriers to education as do refugees. Yet, unlike refugees, they have no specific right under international law to residency and the explicit right to education» (2022b: para 3). These reports rely on data from the Internal Displacement Monitoring Centre (IDMC). According to the GRID 2023 Report:¹²

(...) 71.1 million people were living in internal displacement worldwide at the end of 2022, a 20 percent increase in a year and the highest number ever recorded. 60.9 million internal displacements, or movements, were recorded during the year, 60 percent more than in 2021 and also the highest figure ever (2023: 6).

Displacement is caused by conflict, violence, war and disasters. This report further states that up to 32.6 million people were internally displaced by disasters in 2022 (GRID, 2023: 14). I want to bring another paradox or contrast to attention by presenting these figures. The UNESCO and GRID reports point to forced displacement, which means that people are forced by external circumstances to move and leave their homes. Digital nomadism, as a phenomenon of voluntary and arbitrary movement, comes into conflict with forced movement. It would be appropriate to ask the following questions in relation to the need to leave one's place of residence: Could research on digital nomadism help with mitigating the problem of forced displacement? Could some of the insights of digital nomads about life on the move be used to help such people? For example, according to IPCC reports, we already know where displacement will occur. Would it be possible to create learning and co-working spaces for at least some of these people in advance?

Statista states that «According to a March 2022 analysis, nine in ten surveyed digital nomads worldwide had a higher education, with around 54 percent holding a bachelor's degree» (Statista, 2023). It is worth considering whether the high educational attainment of digital nomads does not rather suggest limits to the growth of this form of nomadism when placed in the context of increasing levels of educational inaccessibility.

Conclusion

¹² IDMC's Global Report on Internal Displacement (GRID) «is the world's leading source of data and analysis on internal displacement. This year's edition includes a special focus on the complex relationships between disasters, conflict and violence, food security and internal displacement» (IDMC, 2023: para 1).

In my paper I pointed out that digital nomadism as a phenomenon of the Anthropocene epoch contains a number of ambiguities, contradictions and limits. I highlighted the problems that make it difficult to analyze, conceptualize and systematically research. I consider the most fundamental ones to be that there is as yet no single definition of it, and academics disagree on what exactly should be emphasized in this phenomenon.

Further, digital nomadism is characterized by ambivalence in the context of the Anthropocene in that, on the one hand, it is a phenomenon that has a significant impact on the environment, socio-economic and cultural conditions of host localities, but at the same time, it contains the potential to address some of the problems of migration and forced mobility. For this reason, the phenomenon should also be more fully explored from a philosophical-anthropological perspective due to the absence of a demarcation of the boundaries between its metaphorical interpretation and the anthropological level of meaning.

Acknowledgements

I would like to express my sincere gratitude to the conference organisers, especially to João Ribiero Mendes, for their kind invitation to this remarkable event, which truly exceeded my expectations. In addition, I would like to express my appreciation to Carmen Diego Gonçalves for her thought-provoking questions regarding my presentation.

References

- Bender, S. (2023, September 10). The Digital Nomad Lifestyle is a Problem for the Planet. *The Cobot Blog*. <https://blog.cobot.me/the-digital-nomad-lifestyle-is-a-problem-for-the-planet>
- Bruckner, B., Hubacek, K., Shan, Y., Zhong, H. & Feng, K. (2022). Impacts of poverty alleviation on national and global carbon emissions. *Nature Sustainability*, 5(4): 311-320. <https://doi.org/10.1038/s41893-021-00842-z> - stiahnuté súbory
- Cook, D. (2022). Breaking the Contract: Digital Nomads and the State. *Critique of Anthropology*, 42(3): 304-323. <https://doi.org/10.1177/0308275X221120172>
- Cook, D. (2023). What is a digital nomad? Definition and taxonomy in the era of mainstream remote work. *World Leisure Journal*, 65(2): 256-275. <https://doi.org/10.1080/16078055.2023.2190608>

- Cottam, B. (2023, June 26). The rise of the digital nomad. *Geographical*.
<https://geographical.co.uk/culture/the-rise-of-the-digital-nomad>
- Dreher, N. & Triandafyllidou, A. (2023). Digital Nomads: Toward a Future Research Agenda. (Toronto Metropolitan Centre for Immigration and Settlement (TMCIS) and the CERC in Migration and Integration Working Paper No. 2023/04). <https://www.torontomu.ca/content/dam/centre-for-immigration-and-settlement/tmcis/publications/workingpapers/2023-04-WP-Dreher-Triandafyllidou.pdf>
- Dodman, D., Hayward, B., Pelling, M., Castan Broto, V., Chow, W., Chu, E., Dawson, R., Khirfan, L. McPhearson, T., Prakash, A., Zheng, Y. & Ziervogel, G. (2022). Cities, Settlements and Key Infrastructure. In: *Climate Change 2022: Impacts, Adaptation, and Vulnerability* (pp. 907-1040). Contribution of Working Group II to the Sixth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change [H.-O. Pörtner, D.C. Roberts, M. Tignor, E.S. Poloczanska, K. Mintenbeck, A. Alegría, M. Craig, S. Langsdorf, S. Löschke, V. Möller, A. Okem, B. Rama (eds.)]. Cambridge University Press. DOI:10.1017/9781009325844.008.
- Ehlers, E. & Krafft, T., eds. (2006). *Earth System Science in the Anthropocene: Emerging Issues and Problems*. Springer Science & Business Media.
- Gaynor, G. (2022, November 20). The digital slomad: Why this could be the future. *Myjournalcourier*. <https://www.myjournalcourier.com/news/article/home-slomads-17587338.php>
- GRID 2023 (2023). *In Internal-displacement*. Retrieved from: <https://www.internal-displacement.org/global-report/grid2023/#:~:text=Internal%20displacements%20in%202022,million%20with%20conflict%20and%20violence>
- IDMC (2023). *Global Report on Internal Displacement (GRID 2023)* <https://www.internal-displacement.org/global-report/grid2023/#:~:text=Internal%20displacements%20in%202022,million%20with%20conflict%20and%20violence>
- Hannonen, O. (2020). In search of a digital nomad: defining the phenomenon. *Information Technology & Tourism*, 22(3), 335-353. <https://doi.org/10.1007/s40558-020-00177-z>

- Hensellek, S., & Puchala, N. (2021). The Emergence of the Digital Nomad: A review and analysis of the opportunities and risks of digital nomadism. In *Human resource management* (pp. 195-214). Springer International Publishing. https://doi.org/10.1007/978-3-030-62167-4_11
- Hmoumen. (2023, July 12). *State of Food Security and Nutrition in the World (SOFI) 2023 - UNICEF DATA*. UNICEF DATA. <https://data.unicef.org/resources/sofi-2023>
- IBM (n.d.). *What is a digital worker?* Retrieved from: <https://www.ibm.com/topics/digital-worker>
- Khazanov, A. M. (1994). *Nomads and the Outside World*. The University of Wisconsin Press
- laborer. (n.d.) In *Collinsdictionary.com*. Retrieved from: <https://www.collinsdictionary.com/dictionary/english/laborer>
- Lenton, T. M. (2016). *Earth System Science: A Very Short Introduction*. Oxford University Press. <https://doi.org/10.1093/actrade/9780198718871.001.0001>
- Lopéz A. M. (2022, October 21). *Number of U.S. digital nomads 2019-2022*. <https://www.statista.com/statistics/1298313/number-digital-nomads-united-states>
- Mancinelli, F. (2020). Digital nomads: freedom, responsibility and the neoliberal order. *Information Technology & Tourism*, 22(3), 417–437. <https://doi.org/10.1007/s40558-020-00174-2>
- MBO Partners (2020). Excerpted from the 2020 State of Independence in America Report: COVID-19 and the Rise of the Digital Nomad. <https://s29814.pcdn.co/wp-content/uploads/2021/05/MBO-Partners-Digital-Nomad-Report-2020.pdf>
- MBO Partners (2022, September). *Working from the Road: The Aspirations and Reality for Digital Nomads*. https://info.mbopartners.com/rs/mbo/images/2022_Digital_Nomads_Report.pdf
- nomad. (2023). In *Cambridge Dictionary*. Retrieved from: <https://dictionary.cambridge.org/dictionary/english/nomad>

- nomad*. (n.d.) In *Online Etymology Dictionary*. Retrieved from: <https://www.etymonline.com/word/nomad>
- Scholz, F., & Schlee, G. (2015). Nomads and nomadism in history. In *Elsevier eBooks* (pp. 838–843). <https://doi.org/10.1016/b978-0-08-097086-8.62018-4>
- Statista. (2023, March 27). *Education level of digital nomads worldwide 2023*. <https://www.statista.com/statistics/1298859/digital-nomads-by-education-level-worldwide/#:~:text=According%20to%20a%20March%202022,percent%20holding%20a%20bachelor's%20degree>
- Steffen, W. L. (2004). *Global change and the Earth system: A Planet Under Pressure: Executive Summary*. http://www.igbp.net/download/18.1b8ae20512db692f2a680007761/1376383137895/IGBP_ExecSummary_eng.pdf
- Steffen, W., Sanderson, A., Tyson, P. D., Jäger, J., Matson, P. A., Moore III, B., Oldfield, F., Richardson, K., Schellnhuber, H. J., Turner II, B. L. & Wasson, R. J. (2005). *Global Change and the Earth System: A Planet under Pressure*. Springer Berlin.
- Steffen, W., Richardson, K., Rockström, J., Schellnhuber, H. J., Dube, O. P., Dutreuil, S., Lenton, T. M., & Lubchenco, J. (2020). The emergence and evolution of Earth System Science. *Nature Reviews Earth & Environment*, 1(1), 54 – 63. <https://doi.org/10.1038/s43017-019-0005-6>
- Stáhel, R. (2021). The Roots of Slovak Critical Environmentalism. In *Pragmatism Today*, 12(1), 73-89. <http://www.pragmatismtoday.eu/summer2021/The-pragmatic-Roots-of-Slovak-Critical-Environmentalism-Richard-Stahel.pdf>
- The Editors of Encyclopaedia Britannica. (1998, July 20). Nomadism | History, Culture & Benefits. *Encyclopedia Britannica*. <https://www.britannica.com/topic/nomadism>
- Thompson, B. Y. (2018). Digital Nomads: Employment in the online Gig economy. *Glocalism: Journal of Culture, Politics and Innovation*, 1. <https://doi.org/10.12893/gjcp.2018.1.11> 14GM
- UNESCO. (2022a). The impact of climate change and displacement on the right to education (programme and meeting document ED-2022/WS/32). <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000383586>

- UNESCO. (2022b). How climate change and displacement affect the right to education. *UNESCO*. <https://www.unesco.org/en/right-education/climate-change-displacement>
- United Nations Framework Convention on Climate Change (UNFCCC). (2016). *Paris Agreement* 2016. https://unfccc.int/sites/default/files/resource/parisagreement_publication.pdf
- Urry, J. (2000). *Sociology Beyond Societies: Mobilities for the Twenty-First Century*. Routledge.
- Wang, B. (2018). *Digital Work and High-Tech Wanderers: Three Theoretical Framings and A Research Agenda for Digital Nomadism*. AIS Electronic Library (AISeL). <https://aisel.aisnet.org/acis2018/55>
- Waters, C. N., Zalasiewicz, J., Summerhayes, C., Barnosky, A. D., Poirier, C., Gałuszka, A., Cearreta, A., Edgeworth, M., Ellis, E. C., Ellis, M. A., Jeandel, C., Leinfelder, R., McNeill, J. H., Richter, D., Steffen, W., Syvitski, J. P. M., Vidas, D., Wagleich, M., Williams, M., Zhisheng, A., Grinevald, J., Odada, E., Oreskes, N. & Wolfe, A. P. (2016). The Anthropocene is functionally and stratigraphically distinct from the Holocene. *Science*, 351(6269). <https://doi.org/10.1126/science.aad2622>.
- Williams, P. D. (2017). Increased light, moderate, and severe clear-air turbulence in response to climate change. *Advances in Atmospheric Sciences*, 34(5), 576-586. <https://doi.org/10.1007/s00376-017-6268-2>
- World Health Organization: WHO. (2022, March 4). *World Obesity Day 2022 – Accelerating action to stop obesity*. <https://www.who.int/news/item/04-03-2022-world-obesity-day-2022-accelerating-action-to-stop-obesity>
- World Obesity Federation: Global Obesity Observatory. (2023). *Obesity Atlas 2023*. <https://data.worldobesity.org/publications/?cat=19>
- Zalasiewicz, J., Williams, M., Smith, A. D., Barry, T. L., Coe, A. L., Bown, P. R., Brenchley, P. J., Cantrill, D. J., Gale, A. W., Gibbard, P. L., Gregory, F. J., Hounslow, M. W., Kerr, A., Pearson, P. N., Knox, R., Powell, J., Waters, C. N., Marshall, J., Oates, M., Rawson, P. & Stone, P. R. (2008). Are we now living in the Anthropocene. *GSA TODAY*, 18(2), 4. <https://doi.org/10.1130/gsat01802a.1>

This article is part of VEGA project 2/0072/21 *Tasks of Political Philosophy in the Context of Anthropocene*.

“A PERFEIÇÃO DO UNIVERSO”: UMA ECOVIAGEM

Maria do Carmo Mendes
Universidade do Minho
mcpinheiro@elach.uminho.pt

Resumo

O ensaio tem como propósitos centrais: 1) Explicitar que, no conjunto de textos que integram uma obra literária recentemente publicada – *Onde*, de José Luís Peixoto –, espaço (protagonista), tempo e ser humano interagem numa vivência plena e harmoniosa; 2) Analisar a perspetiva do escritor, de acordo com a qual a força telúrica é o impulso primordial para a ação humana; 3) Identificar os processos através dos quais os textos rompem fronteiras humano/não humano, humano e humano-vegetal; 4) Demonstrar que as propostas de preservação paisagística e de respeito pela panóplia vegetal e faunística exibem um compromisso ético que define a essência da Ecocrítica; 5) Revelar que a busca da “perfeição do universo” (expressão de Luís Peixoto) supõe a manifestação de um sentimento des-antropocêntrico; 6) Sublinhar o valor de *Onde* para o aprofundamento das questões ecológicas na literatura portuguesa, onde tais problemáticas não têm merecido ainda um necessário aprofundamento.

Palavras-chave: Ecocrítica; Peixoto (José Luís); Ecoviagens

Abstract

The essay serves several overarching purposes, delineated as follows: 1) To explicate how, within the corpus of texts constituting the recently published literary work *Onde* by José Luís Peixoto, the interplay among space (embodied by the protagonist), time, and the human experience manifests in a holistic and harmonious manner; 2) To scrutinize the author’s viewpoint, positing that the telluric force stands as the fundamental impetus steering human actions; 3) To pinpoint the mechanisms by which the texts transcend boundaries, blurring distinctions between the human and non-human realms, as well as the human and vegetal domains; 4) To demonstrate that the propositions advocating landscape preservation and the reverence for the diversity of plant and animal life exemplify an ethical commitment that defines the very essence of Ecocriticism; 5) To unveil the notion that the pursuit of “universe perfection,” as articulated by Peixoto, necessitates the emergence of a de-anthropocentric sentiment; 6) To underscore the significance of *Onde* in deepening the discourse on ecological concerns within Portuguese literature, where such issues have hitherto not received adequate exploration.

Keywords: Ecocriticism; Peixoto (José Luís); Eco-travels

1. Ecoviagens na era da globalização

Os conceitos de ecoviagem e ecoturismo definem a era da globalização – o momento histórico que vivemos. A indústria turística global e a explosão das ecoviagens têm procurado, nos últimos anos, redefinir o próprio conceito de Turismo, entendendo-o como atividade ligada à Terra – na verdade, todo o turismo é sobre a Terra em que vivemos – e, sobretudo, como um conjunto de

atividades que tem impacto no ambiente. Esta evidência – por vezes tomada como jargão para agências turísticas vocacionadas para o Ecoturismo e as Ecoviagens – tem uma implicação que, na recomendação de Deborah McLaren (2003: xiii), deve ir muito além do lugar-comum: «What we need is an overview of tourism that acknowledges that “green” travel, or ecotravel, is a mere part of the larger impact of the industry and (...) we urgently need to look at the broad issues related to tourism’s impacts upon the earth».

A literatura não se alheia, em momento algum, do tempo e do espaço em que é produzida. Como outras manifestações artísticas, reflete as mentalidades, as realidades culturais, políticas, sociais e económicas (ainda que numa visão muitas vezes ficcionalizada) que definem um determinado momento e tempo históricos.

Numerosos textos literários das últimas três décadas mostram-se preocupados num alinhamento com a agenda de problemas que define a contemporaneidade. Não será por acaso que a Ecocrítica – uma área fulcral dos Estudos Literários e Culturais – tenha sido academicamente consagrada na década de 1990 e nos Estados Unidos da América (um país cuja História revela várias perturbações do equilíbrio dos ecossistemas, ora em atentados a comunidades indígenas, ora numa industrialização por vezes selvagem, situação que, naturalmente, não foi/é exclusiva dos EUA). Antecipando em quase uma década a proclamada Era do Antropoceno (Paul Crutzen), a Ecocrítica assinala o contributo da Literatura para o debate sobre questões ambientais, de tal modo que podemos hoje realizar abordagens ecocríticas de textos literários: nos contextos hispano-americano e asiático, escritores como Luis Sepúlveda e Amitav Ghosh são nomes relevantes para uma hermenêutica ecocrítica. Géneros literários recentes como «eco-narrativas», «ecopoemas», e romances eco catastróficos representam uma inquietação crescente de escritores acerca do impacto humano nos ecossistemas, do qual as ecoviagens e o ecoturismo participam ativamente.

Num contexto planetário de crises ambientais, de perda da biodiversidade e de alterações climáticas, assim como da convicção de que na era em que vivemos – o Antropoceno – se assiste a uma interferência humana sem precedentes nos ecossistemas terrestres, o contributo das literaturas lusófonas tem sido dado por diversos escritores: os angolanos *Pepetela* (em narrativas como *O Quase Fim do Mundo* e *A Montanha da Água Lilás*) e José Eduardo Agualusa (designadamente em *A Vida no Céu* e *Os Vivos e os Outros*) e os moçambicanos Mia Couto (nos *Contos do Nascer da Terra*, no romance *Terra Sonâmbula*, e em textos ensaísticos como *O Universo Num Grão de Areia* e *E se Obama fosse africano?*) e João Paulo Borges Coelho (em *Água. Uma novela rural*).

Comparada com literaturas de outras geografias, a literatura portuguesa dá os primeiros passos nessa dimensão ecológica da viagem. É claro que

podemos pensar num escritor como Camilo Castelo Branco que, na segunda metade de Oitocentos, descreve a repulsa que o recém-chegado a Lisboa, Calisto Elói, sente perante a sujidade, os maus cheiros, em suma, um panorama da capital que surpreende muito negativamente o viajante; podemos igualmente considerar as reflexões de Saramago sobre questões ambientais explanadas nos *Cadernos de Lanzarote* e sobre a crítica corrosiva a um turismo desenfreado ou até sobre uma demarcação entre espaço artificial e espaço natural em *A Caverna*.

Todavia, reflexões esparsas que não constituem *topoi* de obras literárias portuguesas não nos permitem afirmar que, no momento presente, dispomos de uma literatura vocacionada para as problemáticas da Ecocrítica – que não se esgotam na denúncia da nossa interferência negativa nos ecossistemas – aqui encaradas como inquietações e propostas sobre uma relação de mutualidade/reciprocidade entre o Humano e o Não Humano.

É neste ponto que uma obra *Onde* (2022) de José Luís Peixoto suscita reflexões enquadradas nestas premissas: Ecocrítica e Ecoviagens.

Uma reflexão profunda sobre a necessidade de substituição de uma perspetiva antropocêntrica por uma visão ecocêntrica encontra na obra um notável exemplo de potencialidades ecocríticas associadas à viagem. É uma viagem por lugares da infância, da memória e da nostalgia que o escritor realiza, observando um meio ambiente cujo valor se sobrepõe a ação humana e, quando esta existe, uma atividade que não abala os ecossistemas.

2. *Onde* – o protagonismo do(s) lugar(es)

2.1. De onde olhar

O título assinala cataforicamente uma viagem realizada e apresentada em 62 breves textos que integram um percurso por lugares do Ribatejo – Sardoal, Abrantes e Constância – que o autor quer partilhar com o leitor, razão pela qual o modo imperativo domina o texto, ora no singular, ora no plural coletivo. Ao mesmo tempo, um título que é apenas um advérbio de lugar e que é acompanhado pelo subtítulo “O exemplo de Abrantes, Constância e Sardoal” releva, de imediato, o protagonismo textual: lugares da memória trazidos para o presente e projetados no futuro, como adiante se verá. O leitor é apresentado como personagem de destaque, capaz de cumprir tal função se anuir ao convite para este itinerário; mas o protagonista é o espaço físico. De facto, observa-se desde o primeiro texto – “Praça da República” (referindo-se ao Sardoal) – a preocupação do viajante em: por um lado, sublinhar que as quatro categorias da narrativa – personagens, tempo (cronológico), ação (movimento físico, mas sobretudo mental) e lugar – estão presentes na obra; por outro, determinar que

tudo é organizado a partir do lugar. Dito de outra forma, o título do primeiro texto funciona como um guia de orientação do leitor ao qual se anuncia que o que começa a fazer é uma viagem espaciotemporal:

(...) o centro do Sardoal é o centro do mundo. Essa é a grandeza desta Praça da República, olha em volta. A partir daqui, começa um livro. O tempo da ação são os minutos, horas e dias depois deste instante. O espaço da ação são as ruas do Sardoal, todos os caminhos que começam exatamente aqui. A personagem principal és tu. (...). Cada passo que dês a partir daqui, cada palavra que digas ou penses pertencerá a este livro (Peixoto, 2022: 9).

O primeiro texto privilegia uma impressão sensorial: a visão. Assim acontece ao longo de todo o itinerário: olhar significa ao mesmo tempo observação e imaginação da paisagem, como se percebe no texto imediato: “Miradouro do Cristo Rei, Matagosa (Abrantes)”:

Imaginamos o que vemos, imaginamos a paisagem que temos à nossa frente. O nosso olhar cobre largas extensões de verde, acreditamos possuí-las por momentos e, no entanto, cada planta tem um nome. Há tanta vida que ignoramos entre um e outro ramo, entre uma a outra folha. Lá ao fundo (...), como debaixo do nosso olhar, a albufeira. Quanta vida submersa existe no interior dessa superfície brilhante? (...). Imaginamos o que vemos porque a realidade é imensa, bastante maior do que conseguimos ver e, por isso, mesmo quando vemos muito, até num miradouro, precisamos de imaginá-la (Peixoto, 2022: 11).

Pontos elevados de observação são também entendidos nesta obra como um convite à humildade: olhando do Alto de Santo António para a cidade de Abrantes, afirma o viajante: «A cidade estende-se sobre o território, obedece às manias do relevo. (...) Afinal, a cidade não existe contra a natureza» (Peixoto, 2022: 33). Em «Castelo de Abrantes – Abrantes», afirma: «Do alto da torre, podes ver tudo, podes distinguir o humano e natureza. (...). Lá de cima, podes ver toda a história» (Peixoto, 2022: 40).

Este é um aspeto de grande relevância em leitura ecocrítica: o artificial (isto é, a construção humana de um espaço como a cidade) e o natural («as manias do relevo», numa evidente antropomorfização da natureza) harmonizam-se numa relação de reciprocidade e não de antagonismo. Os textos literários suscetíveis de uma análise ecocrítica propõem este equilíbrio Natureza-Homem. Propõem também que o ser humano matize o seu lugar no mundo, ou seja, que o ser humano encare a natureza de um modo em que deixa de ser seu senhor e possuidor para se tornar apenas um elemento ínfimo de uma realidade muito mais ampla, muito anterior a si e que, em última instância, lhe sobreviverá.

Olhar/ver é, em sentido muito proustiano, idealizar a realidade. A partir do fragmento citado, não será irrelevante pensar sobre estes dois tópicos: o que

olhar e de onde olhar. Começando pelo segundo, predominam no texto pontos de observação elevados – miradouros e torres. Ambos simbolizam vigilância e ascensão, posições a partir das quais o observador tem uma imagem ampla da realidade, mas também a ficcionaliza.

Outros dois lugares que integram a ideia de onde olhar são as praças e as fontes. Se as primeiras representam em qualquer cultura o centro de um lugar (ponto de encontro humano; referência a partir da qual se organizam aldeias, vilas e cidades), as segundas simbolizam «o perpétuo rejuvenescimento» (Chevalier & Gheerbrant, 1982: 334). Em muitas culturas, as fontes são sacralizadas, pois simbolizam «água viva (...). Através delas, dá-se a primeira manifestação, no plano das realidades humanas, da matéria cósmica fundamental, sem a qual não poderiam ser garantidas a fecundação e o crescimento das espécies» (Chevalier & Gheerbrant, 1982: 335).

A questão que se coloca, no texto de José Luís Peixoto, é o que importa observar a partir de largos/praças e fontes: é aqui que um outro sentido se alia à sensorialidade do olhar: nos largos (refiro, a título de exemplo, o texto «Antigo Largo do Ensaio da Música», a propósito do Sardoal), visão e audição confundem-se: o apelo feito ao companheiro de viagem não é para a observação e a escuta do que em geral domina o ponto central de um lugar (atividades humanas, movimento e agitação), mas para realidades não humanas e escuta do silêncio: «As pedras deste chão, cada uma, são como as notas do repertório da banda. Escuta o intervalo entre as pedras deste chão. Escuta o silêncio entre cada nota da música ou da memória da música» (Peixoto, 2022: 19).

Nas fontes, assomam múltiplas impressões: a simbologia da fonte como origem de vida e de revitalização do passado sobressai no texto «Réplica da Fonte Nova»:

Esta fonte é filha de outra fonte. (...) Esta fonte (...) é a demonstração inequívoca da presença de outros momentos. (...) Também nós somos fontes, tínhamos pais que matavam a sede, lembranças agora. Éramos fontes novas, transformámo-nos em fontes velhas (Peixoto, 2022: 26).

A fonte é aqui uma metáfora da própria vida humana, porque representa o curso desta: é nascente (nascimento) e desenvolvimento (curso da vida). A mesma imagem é construída no texto seguinte: “Fonte Férrea – Sardoal”:

As bicas da Fonte são uma continuação direta da nascente. Na natureza profunda, há um lugar puro, secreto, onde a água brota com a mesma força que jorra desta bica. De lá até aqui, a água desenha passagens insuspeitas e subterrâneas (...). Há uma linha entre a nascente e as bicas da fonte (Peixoto, 2022: 27).

As imagens de fontes e nascentes são, por consequências, heraclitianas (muito pessoas, acrescento, tomando os cursos de águas como metáfora da

transitoriedade da condição humana). Por isso mesmo, importa sublinhar a importância que os rios – também cursos de água com uma nascente, tal como as fontes – assumem nesta obra. Mais do que o significado de rios específicos que cruzam a paisagem ribatejana – o Tejo e o Zêzere – importam as dimensões de Vida, Imortalidade e Energia transmitidas pelos rios. Um dos textos mais representativos destas imagens simbólicas é o que se intitula “Cais de Acostagem, Rio de Moinhos – Abrantes”:

Podemos comparar este rio com este dia. Ambos são únicos, ambos avançam à sua própria velocidade. Enquanto aqui estamos, esta água é tempo líquido, passa por nós e deixa-nos mais velhos. A água que passou há pouco é agora uma memória. (...) A água corre pelo leito do Tejo como o sangue corre pelas nossas veias (Peixoto, 2022: 46-47).

Em imagens que parecem evocar a *Clepsidra* de Camilo Pessanha e as odes de Ricardo Reis, os rios simbolizam nesta obra curso da vida e caminho para a morte, porque a sua presença é uma lembrança da contingência do humano. O rio que flui em direção a mares, lagos ou albufeiras simboliza a existência humana e o seu fluxo: como um rio, sucedem-se em nós desejos, emoções, variedades de sentimentos e mudanças de cursos/trajetos de vida, ou seja, o que é sintetizado na metáfora «o tempo é a água» (Peixoto, 2022: 29).

Outras metáforas textuais simbolizam a união Homem-Natureza: as árvores e os insetos (muito especificamente, as borboletas).

2.2. O que olhar

Em *Onde* sobressai o convite para “o que olhar” e não “para quem olhar”. Tal significa que elementos concretos da paisagem e não seres humanos que a habitam são privilegiados: pedras, jardins, árvores e insetos. Esta primazia convoca o repto da Ecocrítica de permuta do Homocentrismo pelo Ecocentrismo, razão pela qual *Onde* é uma ecoviagem. Tal substituição é claramente expressa na obra:

Não somos o centro do universo, sabemos-lo desde Copérnico. A paisagem não nos deve nada. (...). Somos uma gota de rio, um grão de pedra, um ponto de ar. A imperfeição fica aqui provada. A perfeição também. (...)

Existimos. E temos a arrogância, ignorância de nos considerarmos mais importantes do que um pinheiro. Como se a seiva de cada uma destas árvores não fosse sangue, como se os ramos não fossem braços estendidos ao mundo, como se as agulhas dos pinheiros não tivessem a força de palavras, pensamentos. (...). Agora, deixemos a natureza falar (Peixoto, 2022: 101 e 118).

As pedras estimulam o tato em “Praça Alexandre Herculano – Constância”: «Podemos (...) encostar as mãos à pedra, sentir as estrias da sua rugosidade» (Peixoto, 2022: 13).

A pedra é também símbolo de eternidade; desempenha um papel muito significativo nas «relações entre o céu e a terra» (Chevalier & Gheerbrant, 1982, p. 510). Na tradição bíblica, a pedra metaforiza a sabedoria, pelo seu carácter imutável, e é frequentemente associada à água. Esta dupla simbologia encontra-se no relato “Igreja da Misericórdia – Sardoal”:

Era uma pedra da natureza. (...) Num dia do século XVI, esculpiram-lhe esta forma e passou a ser um dos anjos no topo deste portal. Dedicada toda a atenção a Nossa Senhora da Misericórdia, também ela de pedra, de rosto erguido aos céus.

Como um rio invisível, todos os sardoalenses passaram debaixo deste portal. A pedra a falar-lhes de eternidade, a erosão da pedra a falar-lhes de misericórdia (Peixoto, 2022: 53).

Os jardins são poeticamente descritos. Veja-se o caso do “Jardim-Horto de Camões – Constância” onde se afirma que, tal como os poemas, os jardins são criações humanas:

É muito fácil comparar um jardim a um poema: as plantas ordenadas em canteiros, os versos ordenados em estrofes. (...)

É muito fácil comparar uma vida a um jardim ou a um poema: os anos a sucederem-se, as décadas que as ninfas do Tejo e do Zêzere souberam inspirar. (...). Os pequenos detalhes da botânica são comparáveis a palavras: o tronco destas árvores como substantivos, o pólen pulverizado na ponta dos estames como adjetivos, este olhar e dedicação como um verbo (Peixoto, 2022: 17-18).

As árvores são uma das mais poderosas metáforas da existência humana, e um dos temas simbólicos «mais ricos e mais difundidos. (...) Símbolo de vida em perpétua evolução, em ascensão para o céu, a árvore evoca todo o simbolismo da verticalidade» e põe em comunicação «os três níveis do cosmos: o subterrâneo, com as suas raízes abrindo caminho nas profundezas onde penetram; a superfície da terra, com o tronco e os primeiros ramos; as alturas, com os seus ramos superiores e o seu ponto mais alto, atraído pela luz do céu» (Chevalier & Gheerbrant, 1982: 88-89).

O texto que de seguida analiso – “Sobreiro de Montalvo – Constância” – recupera o simbolismo da árvore tal como é apresentado no *Dicionário de Símbolos*:

As árvores são uma das grandes metáforas. Oferecem-nos uma estrutura para entender a constituição do mundo: raízes, tronco e ramos. (...) Todos os gestos podem ser comparados com árvores: causas são raízes, atos são troncos, consequências são ramos. Todos os caminhos podem ser comparados com árvores: partiram das raízes, estão no tronco, dirigem-se aos ramos. (...)

A vida é este sobreiro. As melhores metáforas são concretas e orgânicas, não são exemplos ou artifícios, maquetes de retórica. Por isso, as raízes da metáfora estão envoltas em terra, com humidade e cheiro a terra. Para tocarmos nas raízes, precisamos de dispor-nos a sujar as unhas. (...) o significado das árvores, desta árvore, não prescinde do significado do céu, da terra e de tudo o resto (Peixoto, 2022: 57).

O texto parte de uma observação genérica sobre a comparação entre a árvore e o que de mais essencial define o ser humano – causas, ações e consequências – para uma particularização numa árvore de longa História: o sobreiro. Com uma existência que terá mais de 60 milhões de anos, o sobreiro simbolizava na Grécia antiga Honra e Liberdade. A sua relevância económica, social e ambiental em Portugal e o seu longo tempo de vida (cerca de 200 anos) fazem dele um símbolo de leitura ecocrítica: representa o universo de comunicação invisível¹ e visível, assim como a dependência humana do seu produto (a cortiça). Se neste primeiro texto dedicado ao sobreiro, o autor simboliza a essência do humano, no texto seguinte – “Sobreiro de D. Maria – Sardoal” – o sobreiro é uma metáfora do próprio ato criativo de escrita, entendido não como labor individual, mas como atividade que faz parte das árvores:

Estas palavras pertencem à árvore. As frases são como ramos, as letras são como folhas. Nas frases, a pontuação que as molda, vírgulas e não só (...), são comparáveis á forma imprevista dos ramos. Cada frase corresponde a um ramo e, assim, o intrincado desta mancha escrita é semelhante à sua copa. As letras (...) têm um tamanho mais ou menos uniforme, como as folhas. Podemos dete-nos em cada letra e apreciá-la, da mesma maneira que podemos reparar em cada folha e fixarmos os detalhes do seu recorte. (...) Estas palavras nascem do sobreiro, expandem-se a partir dele e, assim, dependem da sua idade e deste lugar preciso (Peixoto, 2022: 57).

Ao longo da História, a criação poética sido traduzida por inúmeras metáforas; todavia, a metáfora orgânica ou vegetal é mais rara e representa nesta obra uma interdependência ou uma estrutura de reciprocidade Humano-Vegetal. Interpreto-a também como um exercício de humildade do viajante, defendendo que a linguagem é insuficiente para representar a Natureza e que a mais trivial vegetação se sobrepõe à palavra:

O milagre de uma pequena erva a rebentar a terra é suficiente para transcender os sucessos de um substantivo. Considere-se uma pequena erva, sem nome, a rebentar a terra, a aperceber-se do céu pela primeira vez, a tentar compreendê-lo. Como podem as palavras

¹ No ensaio *A Vida Secreta das Árvores*, originalmente publicado em 2015, Peter Wohlleben analisa as redes de comunicação e a importância ecológica das árvores.

descrever esse entendimento? (...) A natureza transcende a nossa compreensão da forma mais singela (Peixoto, 2022: 76).

Onde inclui outras árvores. Pela sua significância simbólica, refiro ainda: o eucalipto, em «Eucalipto Grosso – Sardoal», metaforizando a eternidade e apontando para convites sensoriais: a audição do som do vento que atravessa os eucaliptos e o aroma da árvore. Tal como acontece na representação dos rios (não meros cursos de água, mas fontes de vida), também a seiva do eucalipto encerra um simbolismo vital; a oliveira, educadora de uma lição de humildade em “Oliveira do Mouchão, Mouriscas – Abrantes”, árvore secular que merece ser apreciada como elemento vegetal que acentua a fragilidade e a efemeridade da condição humana:

Uma árvore de séculos já foi muitas árvores. (...). Para nós, que somos breves, parece-nos que essa seiva demora a correr. (...). Uma árvore de séculos olha para os nossos rostos da maneira como seguramos uma folha entre os dedos. Sente o nosso olhar, sabe que estamos aqui, mas também sabe que a terra à sua volta engoliu milhões de folhas como nós (Peixoto, 2022: 62-63).

No conjunto dos insetos, destaca-se a borboleta, cuja descrição remete, novamente, para o imaginário simbólico. De acordo com o *Dicionário de Símbolos*, «as borboletas são espíritos viajantes» (Chevalier & Gheerbrant, 1982: 126). Elas simbolizam leveza, subtileza e graciosidade (emblema da mulher, na cultura japonesa); simbolizam também a metamorfose e a ressurreição. O *Borboletário Tropical*, situado numa zona rural de Constância, dá título a um dos textos onde a borboleta metaforiza suavidade, encanto, fragilidade e efemeridade da existência humana:

Precisamos das borboletas para falar de delicadeza. (...). Capazes de equilíbrio sobre a ponta da última folha, as borboletas dizem-nos que somos e seremos. O seu exemplo é um alerta em tempos bons e um consolo em e um consolo em tempos maus. (...). As borboletas são flores que voam. Pertencem à grande natureza, ocupam um lugar próprio, completam a perfeição do universo (Peixoto, 2022: 83-84).

3. Observações conclusivas

Aproximo-me do termo desta viagem de José Luís Peixoto (ele próprio um escritor de literatura de viagens; eg. *Dentro do Segredo. Uma viagem na Coreia do Norte*) destacando três aspetos que possibilitam qualificar *Onde* como ecoviagem.

Primeiro aspeto: *Onde* elabora uma sobreposição de paisagens reais e paisagens sentidas.

A primazia de três sentidos – visão, audição e olfato – reconstrói lugares e percursos: do narrador e da personagem que qualifica como principal: o leitor. Esta primazia sensorial não é irrelevante; pelo contrário, a base sensorial de cada um dos textos é fundamental para a criação de relações felizes e afetivas entre os indivíduos e os lugares. Por isso, é possível afirmar que o texto desenvolve o significado do termo “sensescape” – paisagens sensoriais.

O “espírito do lugar” está omnipresente nesta obra. Em sentido baudelairiano, o das «correspondências universais» Homem-Natureza, os processos sinestésicos abundam em expressões como «aroma verde, fresco» de um buxo ou «voo de cores limpas» das borboletas (Peixoto, 2022: 71 e 84). O convite mais importante será porventura este: apurar os sentidos, em especial a visão e a audição.

Onde constrói-se sob o amparo do sensorial e esta parece ser uma tendência que orienta várias obras de José Luís Peixoto. Pense-se, como exemplo, no romance *Galveias* e nas aproximações que permite com *Onde*: no plano estritamente geográfico, tanto o romance como esta coleção de impressões de um viajante pelo Ribatejo (confinante com o lugar de origem do autor, o Alto Alentejo) exploram sítios que definem uma mitologia territorial particular: montes, praças, jardins, fontes, igrejas, mosteiros e bibliotecas. A expressão “geografia íntima”, utilizada por Castro (2021: 121) a respeito do romance *Galveias*, é aplicável ao conjunto dos textos que compõem *Onde*: a memória de lugares referenciais em *Galveias* e no território que o circunda está igualmente presente em *Onde*.

A paisagem destas memórias de um viajante é unificadora: integra o Homem e a Natureza, o espaço natural e o que é construído pelo humano, o sagrado e o profano (o primeiro representado em convites para visitas a mosteiros, igrejas e conventos); o segundo sugerido nas histórias individuais e coletivas que os bancos de jardins guardam (namoros, conversas dolorosas, desejo de abandono solitário ao espaço envolvente, «revoluções, assinaturas de tratados, quedas de impérios» – Peixoto, 2022: 41).

Portanto, Literatura e Geografia unem-se nestas narrativas. A Ecocrítica propõe trânsitos e diálogos interdisciplinares que *Onde* realiza nos trilhos geográficos e ecocríticos.

Segundo aspeto: o conceito de Topofilia está igualmente presente na aceção em que Tuan a caracterizou: significa relações afetivas, laços entre o presente e a memória, importância das sensações e das emoções para construir a imagem de um lugar. De facto, muito mais do que atribuir ao ser humano a habilidade técnica de desenhar e redesenhar a paisagem, o texto prefere acentuar que a paisagem define o Humano, demonstrando a presença dos pressupostos centrais da Topofilia: o amor a lugares; a relação emocional que o ser humano cria com espaços específicos (não como abstração ou generalização de empatia por todo e qualquer território ou pelo amor à

humanidade). Esta aproximação Humano-Natureza tem um sentido de tal modo robusto que se torna explícito em dois motivos onde convivem muitas formas de vida inacessíveis ao olhar mais superficial:

- Primeiro motivo: a indistinção Humano-Natureza. Saliento a este propósito que em momento algum de *Onde* se descrevem atividades humanas que interfiram (ou interferiram) negativamente sobre os ecossistemas; as ações merecedoras de atenção são esforços humanos, na geografia portuguesa, de harmonização do Humano-Não Humano: construção de miradouros, restauro de mosteiros, descrição de igrejas como lugares de «escuta do silêncio». É-me difícil separar esta obra do romance *O Senhor Palomar* do escritor cubano (que mais tarde assumiria a nacionalidade italiana) Italo Calvino. Escutar os lugares é dedicar tempo e cuidado aos silêncios que eles nos propõem: um mosteiro ou um convento, uma biblioteca ou um museu, uma igreja ou o cume de uma montanha são locais de tranquilidades fecundas, porque estimulam sensações, desencadeiam emoções e sugerem uma proximidade do Humano com o Transcendente. Não por acaso o céu aparece tão frequentemente na obra de Peixoto.

A Natureza pode exercer um efeito de metamorfose humana, pela simples contemplação, como se lê em «Miradouro de Fontes – Abrantes»: «Afinal, o olhar é um voo que nos leva. Ao fixarmos a paisagem, transformamo-nos nestes montes, nesta albufeira, nestes campos que, como deuses, existem lá longe, ou mesmo aqui, dentro da nossa voz» (Peixoto, 2022: 43).

- Segundo motivo: o ser humano não é excluído da paisagem nem o texto tem um propósito explicitamente didático de lhe sugerir formas de proteger o espaço que integra. A intenção autoral enquadra-se num dos desígnios da Ecocrítica: a sustentação de uma relação harmoniosa Homem-Natureza. Poder-se-á contestar este propósito julgando-o algo inocente e ingénuo (por exemplo, pensando em catástrofes naturais nas quais a ação antropogénica não tem qualquer intervenção); prefiro, em alternativa, considerá-lo prudente e eticamente comprometido, porque relativiza a centralidade humana: afinal, como diz o narrador, a paisagem resiste ao próprio Homem: Não é a paisagem que se perde da vista, é a vista que se perde da paisagem. Tal como existirá o dia após a nossa partida, manhã sem nós, tarde sem nós, a paisagem continua onde o nosso olhar já não chega. (...). Aceitar que não vemos tudo é condição para vermos um pouco mais. (...) Existirá o tempo após a nossa partida, existirá esta paisagem (Peixoto, 2022: 73-74).

Terceiro aspeto: num local como aquele em que se realizou o Congresso Internacional *Green Marble* (2023) – um mosteiro, – os participantes olham a paisagem nos exatos termos em que um escritor/um pintor poderá observá-la e encontram um centro cultural, que revigora o passado e preserva a paisagem; num região da minha memória, exprimo neste ensaio gratidão e homenagem ao ser humano a quem dedico este ensaio: a minha mãe, que aqui viveu e nasceu, e que me auxiliou na escrita do primeiro texto académico completo que consegui elaborar após a sua partida.

Referências

- Bunkše, E. V. (2021). Sensescapes: or a paradigm shift from words and images to all human senses in creating feelings of home in landscapes. *Proceedings of the Latvia University of Agriculture – Landscape, Architecture and Art*, 1(1): 10-15.
- Castro, F. V. de (2021). A paisagem alentejana na escrita de José Luís Peixoto. Geografia das “sensescapes” no romance *Galveias* (2014). In A.C. Carvalho e A. Raposo (Eds.), *Alentejo(s). Imagens do Ambiente Natural e Humano na Literatura de Ficção* (pp. 115-129). Colibri.
- Chevalier, J. & Gheerbrant, A. (1982). *Dicionário de Símbolos*. Teorema.
- McLaren, D. (2003). *Rethinking Tourism and Ecotravel*. Kumarian Press, INC.
- Peixoto, J. L (2022). *Onde. O exemplo de Abrantes, Constância e Sardoal*. Quetzal.
- Tuan, Y.-F. (1980). *Topofilia. Um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente*. Difel [1974].
- Wohlleben, Peter (2020). *A Vida Secreta das Árvores*. Bertrand [2015].

IS ECOTOURISM ENVIRONMENTALLY AND SOCIALLY ACCEPTABLE IN THE CLIMATE, DEMOGRAPHIC, AND POLITICAL REGIME OF THE ANTHROPOCENE?

Richard Stáhel

Institute of Philosophy SAS v. v. i. in Bratislava, Slovak Republic
richard.stahel@savba.sk

Abstract

Tourism is one of the socio-economic trends that significantly contributes to the shift of the planetary system into the Anthropocene regime. At the same time, it is also a socio-cultural practice characteristic of the imperial mode of living, or consumerism. Thus, it is a form of commodification of nature, also a way of deepening social inequalities between a privileged minority of the global population and an exploited majority providing services to those whose socio-economic status allows them to travel for fun and commoditised “experience”. This is not an inevitable activity, an activity in which environmental costs (carbon footprint, water footprint, energy consumption, and waste production) are necessary to ensure the basic resources of life. Tourism is therefore a form of luxury consumption. For any tourism model to be, not only, environmentally sustainable but also socially just, or at least acceptable, it would have to be accessible to all people. Ecotourism should also have to meet the criterion of a solidarity mode of living referred to as sufficiency. This is hardly conceivable in the climatic, demographic, and political regime of the Anthropocene. The latter is likely to be characterized by, among other things, mass migration of climate or environmental refugees on the one hand and climate apartheid of the states of the global North on the other. Ecotourism, accessible to an even smaller proportion of the world’s population than the current mass tourism, will thus be more likely to accentuate the social and environmental inequalities of which it is already a significant manifestation. Therefore, the question is whether the concept of ecotourism is not just another manifestation of greenwashing, i.e. an attempt to legitimize economic, social, and cultural activities that devastate the social and environmental environment.

Keywords: Anthropocene, Environmental Political Philosophy, Imperial Mode of Living, Solidarity Mode of Living, Greenwashing

Resumo

O turismo é uma das tendências socioeconômicas que contribuem significativamente para a transição do sistema planetário para o regime do Antropoceno. Ao mesmo tempo, é também uma prática sociocultural característica do modo imperial de viver, ou consumismo. Assim, é uma forma de mercantilização da natureza, também uma maneira de aprofundar as desigualdades sociais entre uma minoria privilegiada da população global e uma maioria explorada que fornece serviços àqueles cujo status socioeconômico lhes permite viajar por diversão e experiências mercantilizadas. Esta não é uma atividade inevitável, uma atividade na qual os custos ambientais (pegada de carbono, pegada hídrica, consumo de energia e produção de resíduos) são necessários para garantir os recursos básicos da vida. O turismo é, portanto, uma forma de consumo de luxo. Para que qualquer modelo de turismo seja, não apenas ambientalmente sustentável, mas também socialmente justo, ou pelo menos aceitável, teria que ser acessível a todas as pessoas. O ecoturismo também teria que atender ao critério de um modo de vida solidário referido como suficiência. Isso é difícil de conceber no regime climático, demográfico e político do Antropoceno. Este último provavelmente será caracterizado, entre outras coisas, pela migração em massa de refugiados climáticos ou ambientais de um lado e

pelo apartheid climático dos estados do Norte global por outro. O ecoturismo, acessível a uma proporção ainda menor da população mundial do que o atual turismo em massa, terá assim mais probabilidade de acentuar as desigualdades sociais e ambientais das quais já é uma manifestação significativa. Portanto, a questão é se o conceito de ecoturismo não é apenas mais uma manifestação de “greenwashing”, ou seja, uma tentativa de legitimar atividades econômicas, sociais e culturais que devastam o ambiente social e ambiental.

Palavras-chave: Antropoceno; Filosofia Política Ambiental; Modo de vida imperial; Modo de vida solidário; Lavagem verde

Introduction

The concept of the Anthropocene¹ is based on the knowledge of the extent of humanity's influence on the geological, evolutionary and climatic processes of the planetary system. Although it originated in geology and Earth System Sciences, it has also stimulated a very wide range of philosophical research in the last two decades. However, this concept can also be understood as a paradigmatic change, which is necessary to grasp the extremely complex relationships forming the system of the planet Earth, enabling the emergence and survival of humans as animal species. This paradigmatic change is largely related to the fact that the concept of the Anthropocene is, purposefully, trying to overcome the fragmentation of science into several specializations that hardly cooperate with each other. It is precisely this state of science that contributed significantly to the fact that, from the amount of knowledge of individual sciences, it was not possible to create an overall picture of the functioning of the system of planet Earth, its fragility and the ambiguity of its state in the last 12 thousand years or so, enabling the emergence of civilization. This has also contributed to the failure to recognize the severity of human-initiated, mostly devastating changes to this system. The transdisciplinary approach, emphasized by the concept of the Anthropocene, then to a large extent enabled the understanding of the complex changes taking place on the planet and how these

¹ The term Anthropocene refers to a new geological-climatic epoch in the history of the Earth, in which man became the dominant force affecting all components of the system of the planet Earth (biosphere, hydrosphere, atmosphere, cryosphere, geosphere and technosphere or man-made anthroposphere), or humanity. The term is composed of the Greek words *anthropos* (man) and *kainos* (new), which indicates that humanity as a collective subject has become a geophysical or biogeophysical force, i.e. a force that rivals natural geological forces in its consequences. The author of the term Anthropocene is considered to be the ecologist Eugene F. Stoermer, but the atmospheric chemist and Nobel Prize winner Paul J. Crutzen contributed significantly to its popularization at the turn of the 20th and 21st centuries. For the origin and development of the concept of the Anthropocene, see (Steffen et al., 2005); (Zalasiewicz, Williams, Steffen & Crutzen, 2010); (Zalasiewicz, Williams, Haywood & Ellis, 2011).

Is ecotourism environmentally and socially acceptable in the climate...

processes threaten the basic prerequisites necessary for the survival of mankind.²

With the claim that since the end of the last ice age, the activities of humanity with its growing numbers and increased, per capita, consumption escalated until it became a significant geological and morphological force of the planet, Crutzen and Stoermer came already in 2000 (Crutzen & Stoermer, 2000). Considering that humanity will remain one of the main geological forces during the next millennia and the consequences of its activities will be identifiable in sediments all over the planet after millions of years, it is no longer appropriate to refer to the current geological epoch with the term Pleistocene. They consider the term “Anthropocene” more appropriate. This enables them «to emphasize the central role of mankind in geology and ecology» (Crutzen & Stoermer, 2000: 17) of the planet.

Already in 2002, however, Crutzen emphasized that «these effects have largely been caused by only 25% of the world population» (Crutzen, 2002: 23). He thus pointed to the fact that humanity, as a planetary biogeophysical force, is socially very significantly differentiated. The share of all nations and individuals in the global environmental devastation is therefore not the same, and even the ongoing changes in the climate and other planetary systems do not affect all people equally. At the beginning of the discussion on the Anthropocene, Crutzen also indirectly addressed the issue of environmental, or more precisely, social-environmental (in)justice, or inequality. However, these questions have resonated in social and political ecology for several decades.³ Research initiated by the main theses of the Anthropocene concept have contributed to the quantification of social-environmental injustices and deepening inequality⁴.

One of the most visible manifestations of this inequality is tourism. It is an activity that is directly linked to socio-economic status, which means that it is available only to a small part of the world's population – the global middle and upper class. At the same time, tourism is a significant source of greenhouse gas emissions and many other forms of pollution or direct environmental devastation.

Climate extremes as a new normal

Recent years have been rich in the occurrence of climatic extremes. At the beginning of the year 2022, a several-week heat wave with air temperatures of

² For a brief overview of the concept of the Anthropocene, its origins and consequences for humanity, see Elis (2018). Changes in the key cycles of the planetary system caused by human activities also change the starting points of philosophical anthropology. For that see Podušelová (2022).

³ See, for example, Gorz (1980) or Bookchin (2005) and Bookchin (2006).

⁴ See Hickel (2020) and Hickel at al. (2022).

around 50 °C hit India and Pakistan. Umair Haque described the consequences of this wave as they could be observed in the streets of Indian cities:

My friends in the Indian Subcontinent tell me stories, these days, that seem like science fiction. The heatwave there is pushing the boundaries of survivability. My other sister says that in the old, beautiful city of artists and poets, eagles are falling dead from the sky. They are just dropping dead and landing on houses, monuments, shops. *They can't fly anymore.*

The streets, she says, are lined with dead things. Dogs. Cats. Cows. Animals of all kinds are just there, *dead*. They've perished in the killing heat. *They can't survive.*

People, too, try to flee. They run indoors, spend all day in canals and rivers and lakes, and those who can't, too, line the streets, passed out, pushed to the edge. They're poor countries. We won't know how many this heatwave has killed for some time to come. Many won't even be counted. (Haque, 2022)

During this wave, the limits of survival were exceeded in many places.

Subsequently, a heat wave hit China. The longest and worst heat wave ever recorded in Chinese history lasted from August to October 2022. For more than 70 days, temperatures in the most densely populated areas of China exceeded 40 °C. Many factories were shut down due to heat and power outages. Many rivers, including the largest, have practically dried up, which has limited shipping, electricity generation, field irrigation, and water supply to industry, agriculture and the population. All this happened in a situation where the increase in global temperature compared to the pre-industrial era did not even reach the level of 1,3 °C.

India and China are not only the most populous countries in the world, but also sought-after tourist destinations visited by a large part of the global middle and upper class. They are thus an example of mass tourism in areas where, as a result of climatic extremes, the local population faces not only the lack of the basic resources of life, but also its acute threat, due to high temperatures incompatible with human life. The risk of frequent occurrence of long-term heat waves due to climate change in these areas of the world was already pointed out by a study published in 2017 (Im et al., 2017). However, this study also proved to be too optimistic. Such heat waves were supposed to occur in South Asia later in this century. The year 2022 can therefore also be understood as a preview or a sample of what the climate and demographic regime of the Anthropocene could look like.

However, there are many indications that the process of climate change is accelerating. Since March 2023 the global oceans have been running at record high levels of average temperatures. (Flis, 2023) During the summer of 2023, the

Is ecotourism environmentally and socially acceptable in the climate...

warmest period since the beginning of measurements was recorded, and not only the air temperatures were record high, but also the global sea surface temperatures were unprecedentedly high (WMO, 2023). Mark Maslin, professor of Earth system science at University College London, for the *The Guardian* said:

Climate scientists were shocked by the extreme weather events in 2021. Many hoped this was just an extreme year. But they continued into 2022 and now they are occurring in 2023. It seems we have moved to a warmer climate system with frequent extreme climate events and record-breaking temperatures that are the new normal. It is difficult to see how anyone can deny climate change is happening and having devastating effects around the world.» (Harvey, 2023)

At the same time, fossil fuel consumption is not decreasing, nor are greenhouse gas emissions. It is therefore more than likely that climate extremes as a result of accelerating anthropogenic change in the planetary system (not only climate) are becoming the new normal. So, the Anthropocene regime will be very probably characterized by, among other things, mass migration of climate or environmental refugees on the one hand and climate apartheid of the states of the global North on the other. The result will also be an increase in social, political and armed conflicts over access to the basic resources of life.

Tourism as a socio-economic trend and the socio-cultural practice

How can we talk about tourism in this situation? Countries that are not only the most populated and densely populated, but also popular tourist destinations were affected by heat waves. It is very likely that such heat waves will be repeated, perhaps even every year, and that they will be longer than before. However, if in these and many other countries climate change brings heat waves or other climatic extremes that threaten the lives of people and animals living there, is it still reasonable to consider them as tourist destinations? Is it even moral?

Maybe it will help to start with the question, what is tourism from the perspective of the Anthropocene concept. Steffen et al. (2015) consider tourism as one of the twelve socio-economic trends, that significantly contributes to the shift of the planetary system into the Anthropocene regime. Moreover, it is an activity that is not necessary, an activity in which environmental costs (carbon footprint, water footprint, energy consumption, and waste production) are not necessary to ensure the basic resources or preconditions of life. Tourism is therefore a form of luxury consumption; it is thus one of the most visible manifestations of consumerism.

The carbon footprint of global tourism is not negligible. According to Lenzen et al. (2018) is the tourism industry responsible for up to 8% of global greenhouse gas emissions. In addition, the tourism industry is the sector of the global economy with the fastest-growing greenhouse gas emissions. It is also associated with various forms of environmental devastation and often a social disruption in areas that have become a destination for mass tourism. Thus, it is a form of commodification of nature, also a way of deepening social inequalities between a privileged minority of the global population and an exploited majority providing services to those whose socio-economic status allows them to travel for fun and experience. It means, that it presupposes and at the same time deepens social inequality.

The basic parameters of this structure, as well as the idea of tourism itself, originated in the colonial era⁵ and is an integral part of the system of relationships and everyday practices that Brand and Wissen refer to as the imperial mode of living. According to Brand and Wissen: «The mode of living of the global North is 'imperial' inasmuch it is based on a principally unlimited appropriation of resources, space, labour capacity, and sinks⁶ elsewhere—secured politically, legally, and/or by means of violence.» (Brand & Wissen, 2012: 550) Part of this mode of living is therefore the assumption that the socially higher-ranking part of the population can have a much higher carbon or overall environmental footprint than members of the lower classes. The economic-political premise of the imperial mode of living is that commodity availability is organized through the world market, supported by military force, and/or asymmetric power relations formalized in international institutions. But the specific production conditions are mostly "invisible". All these characteristics are fully applicable to the socio-cultural practice of tourism.

According to Brand and Wissen, the imperial mode of living, the dominant modes of production, distribution, and consumption (and the resulting notions of society and self-identity) are deeply embedded in the daily routines of the middle and upper classes of societies in the global North. These daily routines cause a series of crises phenomena that affect (so far) primarily the countries of the global South, but, at the same time, they are globally attractive (and promoted). So, the imperial mode of living, as well as the daily routines and consumption patterns associated with it, is adopted by the growing middle class of the countries of the global South (Brand & Wissen, 2021).

An integral part of the imperial mode of living is the availability of cheap labour at home, but above all abroad, especially in former colonies or in countries

⁵ Travel for sightseeing and pleasure was long the privilege of the nobility, later the bourgeoisie and colonial officials and officers. Only after the Second World War was this practice made available to the middle class and was part of the post-war class or Fordist compromise.

⁶ A sink refers to an ecosystem that is capable of absorbing emissions, such as forests or oceans in the case of CO₂.

on the periphery. For example, in Slovakia, working in services connected with the tourist industry is one of the lowest-paid job positions. However, the price of these services is so high that it is practically unaffordable for the Slovak middle class. The prosperity of the tourism industry in Slovakia is thus dependent primarily on wealthier clients from Western Europe or the Middle East.

Tourism is a form of status display; it can even be considered a determining criterion of social status. With the expansion of the middle class in the countries of the global South, which adopts the practices of the imperial mode of living, the interest in tourism as a leisure but also a status activity is growing. It can even be argued that tourism is one of the most visible activities associated with the imperial mode of living. Even in the relatively rich countries of the global North, tourism-related services are available only to the upper middle class. So even so-called mass tourism is only available to a small part of the world's population. Also, ecotourism is thus a part and at the same time a manifestation of the sociocultural practice of the imperial mode of living.

Is ecotourism even possible?

So, what is, or, more precisely, what should, ecotourism, be? Theoretically, ecotourism could be defined as an environmentally sustainable and socially just model of tourism. If tourism, especially ecotourism, is not to remain a privilege, it must be available to all people. This means that ecotourism as a socio-cultural practice would have to be available to practically the entire human population. The consequence would be a huge increase in people traveling the world and using the services of the tourism industry. Even if they only used ecological modes of transport such as cycling or rail transport⁷, which is unlikely⁸, it would mean a huge increase in the burden on ecosystems, but also on the existing transport or urban infrastructure. However, the reality is that any model of tourism increases the demand for resources and services, often even those that are unavailable to the local population. Therefore, even ecotourism cannot be separated from the basic structure of relations of inequality, or socio-economic

⁷ Tourism relates to travel, but current transport technologies, especially over long distances, are a significant source of greenhouse gas emissions, but also of other pollution, not least noise. An essential aspect of ecotourism there would have to be traveling only for short distances, by means with minimal environmental impact. Transport by bicycle or train can be considered environmentally sustainable, or their combination.

⁸ Limiting tourism connected with air transport would significantly contribute to reducing the production of greenhouse gases and also the direct heating of the atmosphere by the exhaust gases of aircraft engines. Trends in air transport – orders for the purchase of hundreds of new commercial aircraft, as well as the still high support of the aviation industry and air transport from public sources – at least indicate that a reduction in mass air travel of tourists cannot be expected.

superiority of the tourist to the country and the population that provides him with services.

Therefore, if tourism should be ecological, meaning, environmentally and socially, sustainable, and not part of the process of socio-environmental destruction as in the current situation, it should meet the criterion of a solidary mode of living. A solidary mode of living can be, according to Brand and Wissen, understood as the goal of socio-ecological transformation or, at least, as a normative horizon, a positive visualization of an environmentally, and socially, sustainable society. In this context, the term “solidarity” means «not to live at the cost of others and at the cost of nature, that is, to overcome a mode of production that essentially rests on the exploitation of human labour power and the destruction of the bio-physical foundation of life on Earth» (Brand, 2022: 31). The solidary mode of living can be characterized by five principles – democratization, communing, re-production, dependency, and sufficiency. In general, it should be about such a set of relations within society and relations with nature that will enable the satisfaction of the basic needs of the whole population.

In the context of tourism, the principle of sufficiency is crucial, demanding enough for everyone instead of more for the few, or in other words a “good life for all within planetary boundaries⁹”. However, at least some planetary boundaries have been crossed for several years¹⁰ and a good life can only be talked about in connection with a small part of the world's population that does not suffer from a lack of water, food, energy or at least satisfactory housing. Most of the world's population lives in a situation of potential, or acute, lack of one or more of these basic prerequisites for a good life. This situation can be described by two opposing trends that are related to the deepening of socio-environmental inequality. On the one hand, the number of people threatened by the consequences of crossing planetary boundaries is growing, on the other hand, the consumption expectations of the growing global middle and upper class are growing too. One of these expectations is the ability to travel virtually anywhere. Traveling, mostly by air, to distant tourist destinations is one of the main manifestations of the imperial mode of living and the self-affirmation of the middle class, whose members often save for the whole year, or even take out a loan to be able to take such a vacation at least once a year. In the countries of

⁹ The concept of planetary boundaries was formulated in an extremely influential paper published in 2009 (Rockström et al., 2009). This paper identified nine planetary boundaries – the parameters of the subsystems of the planetary system necessary for the preservation of the environmental prerequisites for the existence of complex human societies – with the understanding that crossing one or more planetary boundaries can have catastrophic consequences. This is because it can trigger non-linear, leap changes in continental to planetary scale systems. However, the concept points out that planetary boundaries are interdependent, so that crossing one, or even more, can change the extent of safe operation within other boundaries or cause them to be crossed.

¹⁰ See Steffen et al. (2015), Rockström et al. (2023) and Richardson et al. (2023).

Is ecotourism environmentally and socially acceptable in the climate...

the former Eastern bloc, the possibility of such travel is even one of the pillars of the legitimacy of the so-called post-socialist, but, actually, neoliberal, regimes.

However, if “my freedom ends where the freedom of another begins” should apply, then the freedom to travel for fun and experience should be limited by environmental limits so that it is not realized at the expense of others.¹¹ The principle of freedom would thus come into balance with the principle of equality. This means that personal consumer freedom (including the freedom to travel, consume goods and services, or do business) must respect the fact of the finiteness of natural resources and the ability of the planetary system to absorb pollution. I consider this approach not only a prerequisite for real ecotourism, but also for environmental democracy¹² preferring the imperative of sustainability¹³ over the imperative of growth.

Ecotourism in the age of mass climate migration?

However, exactly the opposite trends can be observed in, the economic and political, reality. Climate change and other consequences of environmental devastation affect more and more people and many regions of the world become uninhabitable for at least part of the year. Even in the best-case scenario of a 1.5°C temperature increase by 2100, extreme temperatures in many regions will leave disadvantaged populations food insecure, with fewer incomes and worsening health. The current acceleration of climate change will very likely mean that the average global temperature will rise by 1.5°C compared to the pre-industrial era average much earlier than in 2100.¹⁴

According to the report of the World Meteorological Organization (WMO), in 2018, up to 2.8 billion people lived under water stress and 3.6 billion did not have adequate access to water, while by 2050 they will be in such a situation up to 5 billion people (WMO 2021, 5). Water is a basic source of life and its lack is

¹¹ On the need to reduce the space for personal freedoms due to the growing world population and the need to take into account the basic human needs of all the inhabitants of the planet, see Stáhel (2016). For the related concept of environmental citizenship, see Mravcová (2023).

¹² The concept of environmental democracy Stáhel (2023) is part of environmental political philosophy Horyna (2022). It follows the concepts of authors like A. Gorz (1980), M. Bookchin (2005 and 2005) and R. Morrison (1995).

¹³ I formulate the imperative of sustainability as one of the basic prerequisites of environmental democracy as follows: «Act so that your overall ecological footprint becomes a universally applicable standard, i.e. so that your total material, water and carbon footprint (consumption of all kinds of resources and production of all kinds of waste, not just personal waste), produced by each individual as part of territorially defined political units (states) and their administrative and power apparatuses (consumption and emissions of public administrations and armed forces), can become a standard that every person on the planet can follow – without compromising the stability of the planetary system.» (Stáhel, 2023: 124)

¹⁴ The year 2023 even has a 55% chance that the warming threshold of 1.5 °C will be exceeded (Richardson et al., 2023).

already causing several armed conflicts, mainly in the countries of the Global South. UNICEF (2021) in turn states that, in connection with the consequences of climate change and environmental pollution, up to a billion children are already exposed to an “extraordinarily high risk”. In diplomatic language, the report says that many of these children do not have a chance to live to adulthood. In turn, the Intergovernmental Panel on Climate Change report states, that level of warming rapidly increases the odds of widespread droughts that could wipe out food production in key global crop areas at the same time, as well as severe water shortages and fierce heat waves that would displace millions of people. The combined physical and social impacts would destabilize some regions and possibly stir up conflicts over food and water supplies. (IPCC, 2023).

The study “Future of the human climate niche” (Xu et al., 2020) published in 2020 outlines an even worse scenario. Unless there is a significant reduction in greenhouse gas emissions soon, it is very likely that by 2070 the climatic conditions that have allowed agriculture and civilization to emerge over the last 6,000 years may change in a large part of the currently inhabited areas. More than 3 billion people would be exposed to climatic conditions that do not allow food production or even directly endanger human life. Considering the regions which are most at risk from such developments are still among the poorest and the possibility of mitigating the negative effects of climate change in these areas through technological measures is very unlikely. Migration is thus practically the only way for the population from these regions to react to the loss of their habitability. (Xu et al., 2020) However, the migration of several billion people would likely disrupt the system of political and economic relations that allow for the existence of a global industrial civilization. However, the governments of the countries of the Global North focus more on building border fences than on helping environmental refugees. UN Special Rapporteur on extreme poverty and human rights Philip Alston warned against this kind of policy already in 2019, when expressed concern that the current approach of the countries of the Global North to environmental refugees leads to «(...) risk a “climate apartheid” scenario where the wealthy pay to escape overheating, hunger and conflict while the rest of the world is left to suffer.» (UN, 2019) However, this risk affects not only the majority of the population of the Global South, but also the expanding underclass of the Global North. This class is also affected not only by its social decline or direct exclusion, but more and more often by the consequences of climatic extremes such as heat waves, large-scale fires or hurricanes and floods. The mere effort to eliminate poverty will mean a further increase in the production of greenhouse gases (Bruckner et al., 2022), if it is not accompanied by a radical reduction in the consumption of the current global middle and upper class. The idea of maintaining the current scale of the tourist industry or even expanding it in this situation is as absurd as it is cynical.

Is ecotourism environmentally and socially acceptable in the climate...

Such a description of the situation and the resulting prediction of the highly probable development of the planetary system and the socio-economic, demographic and political system of the global industrial civilization determined by it may raise the objection of alarmism or catastrophism. I would like to respond to this objection in advance with the metaphor of a doctor, for example a traumatologist or an oncologist, who, after establishing a diagnosis and considering the available treatment options, states that the affected organ or limb cannot be saved. If the patient is to survive, the doctor must proceed with extraction or amputation. However, a doctor who makes such a diagnosis and proposes the mentioned solution, which means a significant limitation of the quality of life, is rarely labelled as an alarmist or a catastrophist. And not even in those cases when the doctor states that the patient is in the terminal stage of the disease, or that the injuries are so extensive and devastating that only palliative treatment is possible. It is also not appropriate to describe as alarmists or catastrophists climatologists and ecologists, but also social scientists or philosophers, who, after considering all available knowledge about the state of the planetary system and the available technological, organizational and political tools of humanity, state a serious threat to the prospects of global industrial civilization for survival, at least in its territorial extent or the amount of consumption of all goods and services, i.e. the resources necessary to meet the consumption expectations of the world population, but primarily of its privileged minority. It should also not be forgotten that the purpose of a negative prognosis – both in medicine and in climatology or ecology – is not to cause fear, but to identify risks that must be faced. Only in this way is it possible to determine the correct therapy or formulate appropriate policies that would at least help mitigate the predictable consequences. Messengers of bad news were and sometimes still are punished, or at least verbally attacked and at least questioned. They may be wrong, but they often give their community time to prepare, thereby allowing the threat to be averted, if not completely, at least to minimize loss of life and damage to property and infrastructure. Although it may mean the necessity of leaving a certain way of life, some practice, or even the territory.

To give up tourism as a socio-economic trend, one of the branches of global industry and, at the same time, a culturally, and politically, conditioned practice would be a relatively small loss, for increasing humanity's prospects of preserving the environmental and social conditions necessary for the survival of organized human civilisation. Just as a person after a serious injury or diagnosis of a serious illness has to give up many of his activities and consumption habits, knowing that this is the price he has to pay for extending his life. Ecotourism in this situation, accessible to an even smaller proportion of the world's population than the current mass tourism, would be more likely to accentuate the social and environmental inequalities of which it is already a significant manifestation.

Conclusion

It is difficult to imagine a model of tourism that would in the climate and demographic regime of the Anthropocene meet a normative horizon satisfying the solidary mode of living. The current forms of tourism are in conflict, not only, with the imperative of sustainability, but also with the right to a clean, healthy and sustainable environment, which was declared as a basic human right by the resolution of the UN General Assembly in 2022 (UN, 2022). Many activities associated with tourism directly damage the environment, while the devastation caused in this way mostly damages those who are not involved in these activities in any way. Mass tourism, as well as ecotourism, additionally increases the consumption of resources, including basic ones such as water, food or shelter, often even in areas where these resources are not enough even for the local population. In essence, tourism is therefore a practice associated with several privileges, the realization of which is possible only at the expense of the non-privileged majority population. Therefore, if tourism were to fulfill the requirement of the principle of sufficiency – i.e. its availability for everyone at least to a limited extent – it would have devastating consequences for the planetary system.

In a situation where an increasingly large part of the world's population faces climate risks, which, may, turn them into climate, or environmental, refugees, traveling for fun or just to confirm social status hardly becomes an acceptable activity. This should result in an effort to limit tourism as a leisure and status activity, or in a state of, *de facto*, global climate emergency, its complete limitation. However, not only, investments in new transport, accommodation and catering capacities designed for the needs of the tourism industry, but also extensive marketing activities promoting both individual tourist destinations and a lifestyle that considers tourism as a matter of course, are continuing. It is therefore appropriate to ask whether the concept of ecotourism is not just another manifestation of greenwashing, an attempt to legitimize economic, social, and cultural relations and activities that devastate the social and natural environment.

References

- Bookchin, M. (2005). *The Ecology of Freedom: The Emergence and Dissolution of Hierarchy*. AK Press.
- Bookchin, M. (2006). *Social Ecology and Communalism*. AK Press.
- Brand, U. (2022). The Global Political Economy of the imperial mode of living. In

Is ecotourism environmentally and socially acceptable in the climate...

Global Political Economy, 1(1): 26-37, DOI: 10.1332/PEIR2693.

Brand, U. & Wissen, M. (2012). Global Environmental Politics and the Imperial Mode of Living: Articulations of State–Capital Relations in the Multiple Crisis, *Globalizations*, 9(4): 547-560. Retrieved from: <http://dx.doi.org/10.1080/14747731.2012.699928>

Brand, U. & Wissen, M. (2021). *The Imperial mode of Living: Every Day Life and the Ecological Crisis of Capitalism*. Verso.

Bruckner, B., Hubacek, K., Shan, Y., Zhong, H. & Feng, K. (2022). Impacts of poverty alleviation on national and global carbon emissions. *Nature Sustainability*, 5: 311-320. Retrieved from: <https://doi.org/10.1038/s41893-021-00842-z>

Crutzen, P. J. & Stoermer, E. F. (2000). The “Anthropocene”. *Global Change News Letter*, no. 41, 17–18. Retrieved from: <http://www.igbp.net/publications/globalchangemagazine/globalchangemagazine/globalchangenewslettersno4159.5.5831d9ad13275d51c098000309.html>

Crutzen, P. J. (2002). Geology of mankind. *Nature*, 415: 23. DOI: <https://doi.org/10.1038/415023a>

Elis, E. C. (2018). *Anthropocene: A Very Short Introduction*. Oxford University Press.

Flis, A. (2023, May 23). Unusual Ocean Anomalies are being detected in the North Atlantic, impacting the Atlantic storm systems as we head into the Summer season. *Severe Weather Europe*. Retrieved from: <https://www.severe-weather.eu/global-weather/unusual-ocean-anomaly-el-nino-north-atlantic-pressure-system-impact-united-states-europe-fa>

Gorz, A. (1980). *Ecology as Politics*. South end Press.

Haque, U. (2022, May 21). The Age of Extinction is Here – Some of Us Just Don't Know it yet. *Eudaimonia and Co*. Retrieved from: <https://eand.co/the-age-of-extinction-is-here-some-of-us-just-dont-know-it-yet-7001f5e0c79a>

Harvey, F. (2023, April 26). Record ocean temperatures put Earth in ‘uncharted territory’, say scientists. *The Guardian*. Retrieved from: <https://www.theguardian.com/environment/2023/apr/26/accelerating->

ocean-warming-earth-temperatures-climate-crisis

Hickel, J. (2020). Quantifying national responsibility for climate breakdown: an equality-based attribution approach for carbon dioxide emissions in excess of the planetary boundary. *The Lancet Planetary Health*, 4(9): e399-e404. [https://doi.org/10.1016/S2542-5196\(20\)30196-0](https://doi.org/10.1016/S2542-5196(20)30196-0)

Hickel, J., Dorninger, Ch., Wieland, H. & Suwandi, I. (2022). Imperialist appropriation in the world economy: Drain from the global South unequal exchange, 1990–2015. *Global Environmental Change*, 73, 102467. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.gloenvcha.2022.102467>.

Horyna, B. (2022). The Political Philosophy of Environmental Loss and Power. *Pro-Fil: an internet journal of philosophy*, 23(2): 1-14. Retrieved from: <https://doi.org/10.5817/pf22-2-30953>

Im, E.-S., Pal, J. & Elthair, E. (2017). Deadly heat waves projected in the densely populated agricultural regions of South Asia. *Science Advances*, 3(8): 1-7. DOI: 10.1126/sciadv.1603322.

IPPC (2023). *Synthesis Report of the IPCC Sixth Assessment Report*. Retrieved from: https://report.ipcc.ch/ar6syr/pdf/IPCC_AR6_SYR_LongerReport.pdf

Lenzen, M., Sun, Y.-Y., Faturay, F., Yaung-Pen, T., Geschke, A. & Malik, A. (2018). The carbon footprint of global tourism. *Nature Climate Change*, 8: 522–528. DOI: 10.1038/s41558-018-0141-x.

Morrison, R. (1995). *Ecological democracy*. South End Press.

Mravcová, A. (2023). The Potential of Environmental Citizenship in Facing Environmental Challenges and the Limits of Individual Environmental Responsibility. In Sťahel, R., Dědečková, E. (eds.): *Current Challenges of Environmental Philosophy* (pp.173–207). Brill. DOI:10.1163/9789004679955_008.

Podušelová, K. (2022). Man and the Anthropocene. In: João Ribeiro Mendes, Isabel Ponce de Leão, Orfeu Bertolami, Maria do Carmo Mendes, Rui Paes Mendes, Carmen Diego Gonçalves (Eds.), *Green Marble 2022: estudos sobre o Antropoceno e Ecocrítica / Studies on the Anthropocene and Ecocriticism* (pp. 121-135). INfAST-Institute for Anthropocene Studies, 2022. Retrieved from: <https://doi.org/10.21814/1822.81362>

Is ecotourism environmentally and socially acceptable in the climate...

Richardson, K. et al. (2023). Earth beyond six of nine planetary boundaries. *Science Advances*, 9, eadh2458. DOI:10.1126/sciadv.adh2458

Rockström, J., Steffen, W., Noone, K., Persson, Å., Chapin, F. S., Lambin, E., Lenton, T. M., Scheffer, M., Folke, C., Schellnhuber, H. J., Nykvist, B., de Wit, C. A., Hughes, T., van der Leeuw, S., Rodhe, H., Sörlin, S., Snyder, P. K., Costanza, R., Svedin, U., Falkenmark, M., Karlberg, L., Corell, R. W., Fabry, V. J., Hansen, J., Walker, B., Liverman, D., Richardson, K., Crutzen, P. & Foley, J. (2009). Planetary Boundaries: Exploring the Safe Operating Space for Humanity. *Ecology and Society* 14(2): 32. Retrieved from: <http://www.ecologyandsociety.org/vol14/iss2/art32>

Rockström, J., Gupta, J., Qin, D., Lade, S. J., Abrams, J. F., Andersen, L. S., Armstrong McKay, D. I., Bai, X., Bala, G., Bunn, S. E., Ciobanu, D., DeClerck, F., Ebi, K., Gifford, L., Gordon, C., Hasan, S., Kanie, N., Lenton, T. M., Loriani, S., ... Zhang, X. (2023). Safe and just Earth system boundaries. *Nature*, 619: 102-111. Retrieved from: <https://doi.org/10.1038/s41586-023-06083-8>

Steffen, W., Sanderson, A., Tyson, P., Jäger, J., Matson, P., Moore III, B., Oldfield, F., Richardson, K., Schellnhuber, J., Turner II, B. & Wasson, R. (2004). *Global Change and the Earth System: A Planet Under Pressure*. The IGBP Book Series. Springer Verlag.

Steffen, W., Richardson, K., Rockström, J., Cornell, S. E., Fetzer, I., Bennett, E., Biggs, R., & de Vries, W. (2015). Planetary boundaries: Guiding human development on a changing planet. In: *Science* 347(6223). DOI: 10.1126/science.1259855

Stahel, R. (2016). Environmental Limits of Personal Freedom. *Philosophica Critica*, 2(1): 3-21, DOI: 10.17846/PC.2019.2.1.3-21.

Stahel, R. (2023). Industrial and Environmental Democracies as Models of a Politically Organized Relationship Between Society and Nature. *Studia Philosophiae Christianae*, 59(1): 111-130. Retrieved from: <https://doi.org/10.21697/spch.2023.59.A.06>

UN NEWS. (2019, June 25). *World faces “climate apartheid” risk, 120 more million in poverty: UN expert*. Retrieved from: <https://news.un.org/en/story/2019/06/1041261>

UN. (2022). *The human right to a clean, healthy, and sustainable environment*. Retrieved from: <https://digitalibrary.un.org/record/3982508?ln=en>

UNICEF. (2021). *The Climate Crisis is a Child Rights Crisis: Introducing the Children's Climate Risk Index*. United Nations Children's Fund.

WMO. (2021). *2021 State of Climate Services: Water*. World Meteorological Organization.

WMO. (2023, September 6). *Earth had hottest three-month period on record, with unprecedented sea surface temperatures and much extreme weather*. Retrieved from: <https://public.wmo.int/en/media/press-release/earth-had-hottest-three-month-period-record-unprecedented-sea-surface>

Xu, C., Kohler, T. A., Lenton, T. M., Svenning, J. C., & Scheffer, M. (2020). Future of the human climate niche. In: *PNAS*, 117(21): 11350–11355. Retrieved from: <https://doi.org/10.1073/pnas.1910114117>

Zalasiewicz, J., Williams, M., Steffen, W. & Crutzen, P. (2010). The New World of the Anthropocene. *Environmental Science & Technology Viewpoint*, 44(7): 2228-2231. DOI: 10.1021/es903118j.

Zalasiewicz, J., Williams, M., Haywood, A. & Ellis, M. (2011). The Anthropocene: a new epoch of geological time? *Philosophical Transactions of The Royal Society A: Mathematical Physical and Engineering Sciences*, 369(1938): 835-841. DOI: 10.1098/rsta.2010.0339.

This article is part of VEGA project 2/0072/21: *Tasks of Political Philosophy in the Context of Anthropocene*.

O ENVOLVIMENTO DA COMUNIDADE LOCAL EM PROJETOS DE ECOTURISMO À LUZ DA RESPONSABILIDADE SOCIAL

Rui Sousa Basto
Investigador Independente
ruibasto@oxys.pt

Resumo

O atual modelo de turismo ambientalmente responsável, socialmente justo e economicamente viável, designado por turismo sustentável, ganhou uma relevância particular quando passou a ser aplicado a projetos de ecoturismo. Na sequência disso, a produção de referenciais normativos para a atividade turística tem-se multiplicado geometricamente nas últimas décadas, mas nenhum desses referenciais parece tratar adequadamente o envolvimento da comunidade local com os operadores turísticos, os gestores de áreas protegidas e os turistas em projetos de ecoturismo. Partindo dessa premissa, o presente trabalho de investigação procurou indagar se esse envolvimento está devidamente acautelado na Norma NP ISO 26000:2011 – Linhas de orientação da responsabilidade social – cujos princípios orientadores são considerados um contributo essencial das organizações (seja qual for a sua natureza) para se alcançar a sustentabilidade como um todo e para o planeta.

Palavras-chave: Ecoturismo; Responsabilidade social; Sustentabilidade; Certificação.

Abstract

The current model of environmentally responsible, socially fair and economically viable tourism, called sustainable tourism, gained particular relevance when it started to be applied to ecotourism projects. Following this, the production of normative references for tourism activity has multiplied geometrically in the last decades, but none of these references seems to adequately address the involvement of the local community with tour operators, protected area managers and tourists in ecotourism projects. Based on this premise, the present research sought to investigate whether this involvement is properly taken care of in the NP ISO 26000:2011 Standard – Guidance on social responsibility - whose guiding principles are considered an essential contribution of organizations (whatever their nature) to achieve sustainability as a whole and for the planet.

Keywords: Ecotourism; Social responsibility; Sustainability; Certification.

1. Desenvolvimento sustentável e ecoturismo: a insustentabilidade dos conceitos

No ensaio *Pequeno Tratado do Decrescimento Sereno*, o professor emérito de Economia da Faculdade de Direito, Economia e Gestão Jean Monnet da Universidade de Paris XI, Serge Latouche, interroga-se em tom dramático: «Para onde vamos? Diretamente contra a parede. Estamos dentro de um bólido sem

condutor, sem marcha atrás e sem travões que vai despedaçar-se contra os limites do planeta.» (Latouche, 2012: 12). Se este prognóstico é para levar a sério, como parece indiciar o atual conhecimento científico e as evidências climáticas que estão à vista do cidadão comum, será conveniente encontrar soluções que permitam diminuir tanto quanto possível a velocidade do bólido, não só para adiar o choque resultante da profecia, mas também para abrandar a magnitude da sua violência. Em circunstâncias assim, o instrumento de que dispomos para nos auxiliar a alcançar esse objetivo parece ser o desenvolvimento sustentável (Basto, 2022).

O conceito de desenvolvimento sustentável nasceu no seio da União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN, na sigla inglesa), mas como se focava apenas na sustentabilidade ecológica, só viria a ganhar consistência em 1987 nos moldes abstratos e normativos em que é descrito no relatório Brundtland, e mais tarde, ainda nessa versão, a conquistar popularidade em 1992 por efeito da Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente e Desenvolvimento, no Rio de Janeiro, tornando-se ao longo do tempo na definição mais conhecida (Simão, 2017). A recetividade global do conceito descrito no Relatório Brundtland terá sido o resultado de a sua formulação ter permitido reconciliar objetivos sociais conflitantes, como é o caso da possibilidade simultânea de crescimento económico e de proteção ambiental; de existir, à época, uma sensibilidade “à flor da pele” para as questões relacionadas com a poluição ambiental; e de advogar uma solução que inclui a melhoria das condições de vida das populações dos países em desenvolvimento (Baker, 2006).

Na letra do relatório, o conceito de desenvolvimento sustentável tem pelo menos três problemas: o de ser antropocêntrico, na medida em que a natureza desempenha somente um papel instrumental em benefício da humanidade; de ser otimista, pois crê na capacidade coletiva humana de se organizar para enfrentar os desafios que o documento anuncia; e de ter fé na tecnologia, confiando no desenvolvimento tecnológico para a produção de uma resposta adequada a esses mesmos desafios (Simão, 2017).

Há ainda um quarto problema resultante da aceitação global do conceito de desenvolvimento sustentável, tal como descrito no Relatório Brundtland: a sua universalidade é uma força, mas também uma fraqueza porque está sujeita a diversas interpretações (Lele, 2013).

Para Latouche e os decrescentistas, o desenvolvimento sustentável é apolítico e tecnocrático porque transforma os problemas ambientais em problemas técnicos, conseguindo, dessa maneira, obter um elevado consenso despolitizante (Kallis et al., 2014). Mas essa proclamada unanimidade conceptual não evita olhares múltiplos em todo o espectro político, na medida em que o desenvolvimento sustentável é interpretado de forma diversa pelas diferentes ideologias, desde os neoliberais de direita, apostados nas virtudes do

crescimento económico e da geoengenharia, até aos radicais de esquerda, opositores do capitalismo e patronos da reestruturação da sociedade em moldes naturalistas – passando pelos social-democratas, posicionados a meia-distância, adeptos do mercado livre e da iniciativa privada, mas disponíveis para reformas estruturais num contexto sociopolítico onde a conceção de “crescimento” é substituída pela ideia de “desenvolvimento” (Davidson, 2011).

Existem diferenças substanciais entre crescimento e desenvolvimento. Para Georgescu-Roegen (2012), pioneiro da economia ecológica e da bioeconomia, o crescimento verifica-se apenas quando aumenta a produção *per capita* dos bens correntes, enquanto o desenvolvimento significa a introdução de inovações na economia. Na opinião do economista romeno, não existe uma conexão indispensável entre crescimento e desenvolvimento, o que significa que se poderá conceber desenvolvimento sem crescimento.

Latouche, também refratário à ideia de crescimento económico, acusa todas as ideologias políticas pela aceitação acrítica do produtivismo, condição essencial para o crescimento da economia:

O crescimento atual só é rentável na condição de fazer recair o seu peso e o seu preço sobre a natureza, as gerações futuras, a saúde dos consumidores, as condições de trabalho dos assalariados e, ainda mais, sobre os países do sul. É por isso que se torna necessária uma rutura. Todos os regimes modernos foram produtivistas: repúblicas, ditaduras e sistemas totalitários, quer os seus governos fossem de direita ou de esquerda, liberais, socialistas, populistas, sociais-liberais, sociais-democratas, centristas, radicais ou comunistas. Todos consideraram o crescimento uma pedra angular do seu sistema inquestionável. (Latouche, 2012: 48).

O conceito de Ecoturismo sofre dos mesmos males de vaga concetualização que afeta o desenvolvimento sustentável, apesar da definição normativa que lhe é dada pela Sociedade Internacional de Ecoturismo (TIES, na sigla inglesa):

O ecoturismo é a realização de uma viagem responsável para áreas naturais nas quais se preserva o meio ambiente e promove o bem-estar da localidade visitada (The International Ecotourism Society, 2019).

Esta definição, todavia, apesar de parecer objetiva e até cirúrgica, não subtrai a multiplicidade de entendimentos que é emprestada ao ecoturismo, servindo os diferentes grupos de interesse que usam esse conceito em seu proveito, como é o caso dos operadores turísticos, dos governos e organismos oficiais ligados ao turismo, das ONG, das populações residentes nos destinos turísticos, do público turista e dos investigadores do meio académico, tendo cada um destes grupos uma noção muito própria do conceito (Pires, 1998).

Conclui-se, assim, que tanto a definição oficial de desenvolvimento sustentável quanto a de ecoturismo não colhe a aceitação de todas as partes interessadas, o que se traduz num obstáculo a ultrapassar para qualquer medida que ambicione a normalização da indústria do turismo sustentável e do ecoturismo por via da certificação.

Apesar disso, a literatura identifica que o turismo merecedor do rótulo “eco” deverá observar pelo menos os seguintes critérios: (1) a sustentabilidade ambiental, social, cultural e económica, (2) o aspeto educativo e (3) a participação da comunidade local (Pires, 1998), sendo este último critério o que de facto nos interessa no âmbito desta investigação.

2. O envolvimento da comunidade local

A exigência da participação da comunidade local em projetos de ecoturismo decorre da mudança de paradigma da atividade turística cujo modelo de desenvolvimento passou a ser moldado com exigências de sustentabilidade ambiental e responsabilidade social (Santos, 2009). Esta mudança de paradigma não trouxe consigo apenas benefícios, mas também desvantagens, como alguns investigadores assinalam:

Como outras indústrias, o turismo pode trazer mudanças para as comunidades, como uma perturbação geral na vida dos residentes devido ao aumento da população durante a temporada turística, aumento da criminalidade, deslocamento de moradores como consequência da instalação de novos empreendimentos, conflitos de valores e impactos na cultura local (McCool, 1994).

Esta realidade, comum a qualquer tipologia de turismo, será especialmente crítica se vier a suceder em empreendimentos de ecoturismo, porque é nesses locais que os impactos negativos da atividade turística se fazem sentir com maior intensidade.

Como é do conhecimento comum, a prática tradicional dos investimentos turísticos em áreas naturais preservadas de intervenção humana – ou, pelo menos, de uma intervenção que não tenha transformado a essência natural dos locais – caracterizou-se, durante anos a fio, pela construção de um sem-número de infraestruturas que descaracterizaram a paisagem, degradaram recursos naturais e criaram, em alguns casos, sentimentos hostis da população local em relação à indústria turística e aos próprios visitantes. Por essa razão ganha especial relevância, para o sucesso do empreendimento ecoturístico, o dever de a indústria turística envolver a população local nos processos de decisão.

3. O ponto de vista da Organização Mundial do Turismo

Para a Organização Mundial do Turismo (OMT), o turismo sustentável é aquele que reconhece os impactos económicos, sociais e ambientais da atividade turística e responde às necessidades dos visitantes, da indústria, do ambiente e das comunidades de acolhimento.¹ A OMT considera que os princípios e a prática da sustentabilidade são aplicáveis a todos os tipos de destino e a qualquer forma de turismo, incluindo o turismo de massas. Trata-se, afinal, de uma perspetiva que «(...) procura modificar as empresas do turismo e as questões do desenvolvimento do turismo de massa através de uma abordagem compreensiva, sistemática e orientada para a comunidade (...)» (Godfrey, 1999 apud Marujo, 2010).

Além da utilização eficiente dos recursos, do respeito pela autenticidade sociocultural das comunidades locais e da necessidade de proporcionar benefícios socioeconómicos aos residentes dos destinos turísticos, a OMT acrescenta aos requisitos do turismo sustentável a necessidade de garantir um elevado nível de satisfação dos turistas, a monitorização permanente dos impactos (e a conseqüente adoção de medidas preventivas e corretivas), a exigência da participação informada das partes interessadas e a existência de uma liderança política que promova uma participação alargada e a criação de consensos (OMT, 2003).

Nestas declarações da OMT interessa-nos destacar a sensibilidade que a instituição demonstra sobre a participação da população local nos processos de decisão, que deverá ser informada, alargada e criadora de consensos.

O Código Mundial de Ética do Turismo, aprovado por unanimidade na Assembleia Geral da OMT, em outubro de 1999, constituiu-se como um quadro de referência para o desenvolvimento sustentável do turismo, tendo como públicos-alvo os governos, a indústria turística, as comunidades de destino e os turistas. Neste documento, a OMT reconhece que a atividade turística produz efeitos positivos e negativos no ambiente, economia e sociedade dos países de origem e destino, bem como nas comunidades locais e populações autóctones. No ponto 1.º do artigo 3.º do código, a OMT assume o turismo como um fator de desenvolvimento sustentável e apela aos atores da indústria do turismo para salvaguardar o ambiente e os recursos naturais «(...) na perspetiva de um crescimento económico são, contínuo e sustentável (...) », introduzindo, assim, o conceito de crescimento como sinónimo de desenvolvimento. Ainda no mesmo artigo, mas no seu ponto 5., a OMT refere-se ao turismo de natureza e ao ecoturismo da seguinte forma:

O turismo de natureza e o ecoturismo são reconhecidos como formas de turismo especialmente enriquecedoras e valorizadoras, sempre que respeitem o património natural e as populações locais [e] se

¹ <https://www.unwto.org/sustainable-development>

ajustem à capacidade de acolhimento dos lugares turísticos (OMT, 1999).

Pela leitura integral do texto do Código Mundial de Ética do Turismo observa-se que nada mais é dito sobre as populações locais, nomeadamente em relação aos interesses que deveriam ser acautelados e como isso poderia ser feito, uma omissão que nos parece grave, tendo em consideração de que se trata da redação de um código de ética.

Neste contexto, é legítimo concluir-se que embora a OMT demonstre alguma preocupação pelos interesses das populações locais, designadamente em relação à sua participação informada, alargada e criadora de consensos, essa preocupação limita-se ao seu próprio enunciado. Além disso, o texto do artigo 1.º do código está redigido num tom que nos parece unidirecional e um tanto ou quanto paternalista. Senão vejamos: o ponto 1.º do artigo 1.º refere-se à necessidade de os atores do desenvolvimento turístico e os próprios turistas respeitarem as tradições e práticas sociais e culturais das populações locais, «(...) incluindo as das minorias e populações autóctones (...)»; por sua vez, o ponto 2.º recomenda que as atividades turísticas devem «(...) conduzir-se em harmonia com as especificações e tradições das regiões e países de acolhimento, e observando as suas leis e costumes (...)»; mas no ponto 3.º do mesmo artigo o texto já é dirigido às comunidades de acolhimento e aos atores profissionais locais, a quem se fazem as seguintes recomendações:

As comunidades de acolhimento por um lado, e os atores profissionais locais por outro, devem aprender a conhecer e respeitar os turistas que os visitam, e informar-se sobre os seus modos de vida, gostos e expectativas; a educação e formação ministradas aos profissionais contribuem para um acolhimento hospitaleiro (OMT, 1999).

Soa um pouco estranhamente, portanto, a recomendação de que a comunidade local tem o dever de “aprender a conhecer e respeitar os turistas que os visitam, e informar-se sobre os seus modos de vida, gostos e expectativas”, pois parece-nos que haverá, aqui, eventualmente, uma inversão de papéis.

Os pontos seguintes do artigo em análise prosseguem com preocupações sobre a segurança dos turistas, a abstinência que devem observar na prática de atos criminosos ou em comportamentos considerados chocantes e a sua responsabilidade em informarem-se previamente das características dos locais que vão visitar, minimizando os riscos da sua estadia, mas numa perspetiva de bem-estar dos turistas e não dos residentes locais.

4. Normalização e certificação

A Declaração de Oslo sobre Ecoturismo, organizada em 2007 pela Sociedade Internacional de Ecoturismo, contém um conjunto de recomendações dirigidas aos agentes turísticos, de entre as quais nos interessa destacar as que se referem explicitamente à sustentabilidade e às comunidades locais. Uma das recomendações refere que as comunidades locais e indígenas não devem estar envolvidas apenas no planeamento e recolher somente os benefícios dos produtos do ecoturismo, mas devem ser também reconhecidas como partes interessadas em igual patamar ao dos agentes turísticos. Outra das recomendações, particularmente interessante para o âmbito desta investigação, é a que se refere à promoção e adesão a sistemas de certificação reconhecidos e ao aproveitamento das tendências de responsabilidade social corporativa que apoiam e capacitam as comunidades locais e indígenas (TIES, 2007).

Já alguns anos antes, em 2002, quando se celebrava o Ano Internacional do Turismo sob a égide da ONU e da OMT na Cimeira Mundial do Ecoturismo, uma das conclusões vertidas na Declaração de Ecoturismo do Québec recomendava que as empresas encetassem processos voluntários de certificação (TIES, 2007). Nessa época, alguns autores defendiam a adoção desses processos por variadas razões, mas davam especial enfoque à vantagem adicional de se poder vir a reduzir a quantidade de *greenwashing* que se ia amontoando pela indústria de turismo (Spenceley, 2018). Essa era uma época em que a literatura começara a sugerir que o ecoturismo só poderia ser bem-sucedido se envolvesse a participação da comunidade local (Mitchell & Ashley, 2010).

Assim, a nossa investigação chegou a um ponto em que a certificação da indústria ecoturística e a capacitação dos residentes locais se cruzou, revelando-se, nessa intersecção, como um fator de diferenciação do desenvolvimento sustentável por via da responsabilidade social. Para dar seguimento à investigação, restava saber, a partir desse ponto, se os diversos sistemas de certificação existentes acautelavam adequadamente os interesses da comunidade local.

Impunha-se, portanto, em primeira instância, conhecer a dimensão quantitativa dos sistemas de certificação em vigor na indústria do turismo sustentável em todo o mundo. O resultado dessa investigação mostrou-se surpreendente, porque se contabilizou a existência de mais de 280 sistemas de certificação (Diazzi, S., 2022). Desses 280 sistemas de certificação para o turismo sustentável, 39 são reconhecidos pelo GSTC² e 12 são dirigidos, especificamente, para o ecoturismo (Destinet, 2002). Como é natural, esta

² O GSTC (Global Sustainable Tourism Council) é uma organização não-governamental criada em 2007 com o apoio do PNUMA – Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente – e da OMT – Organização Mundial do Turismo das Nações Unidas – para promover a sustentabilidade e a responsabilidade social no setor do turismo.

profusão de sistemas de certificação na indústria não beneficia os operadores turísticos nem os turistas e muito menos a população local, porque confunde todos os agentes envolvidos e descredibiliza a própria certificação.

De facto, o *website* da Destinet.eu, plataforma que cataloga e publicita os programas de certificação de turismo sustentável existentes em todo o mundo, apresenta uma lista que na sua totalidade pretende abarcar a cadeia de valor da indústria turística, como hotéis e pensões; parques de campismo, agências de viagem, atividades consagradas à prática de desporto ou a experiências naturais ou culturais, museus, edifícios históricos, comércio de lembranças e artesanato, serviços de transporte e mobilidade, cidades, vilas ou regiões e até pacotes de viagens oferecidos aos turistas. Tudo é certificável; e tal como se afirma no portal:

Os operadores turísticos e os destinos nunca tiveram uma tão grande escolha de certificados e rótulos regionais, nacionais e internacionais para provarem o seu compromisso “verde” e o seu desempenho em matéria de sustentabilidade ambientalmente correta e socialmente responsável (Destinet, 2002).

Torna-se agora pertinente introduzir o glossário dos programas de certificação, utilizando as definições da OMC – Organização Mundial do Comércio (Yeo, 2011):

- **Acreditação:** avaliação e reconhecimento formal de um programa de certificação por um organismo autorizado.
- **Certificação:** procedimento através do qual uma entidade terceira garante por escrito que um produto, processo ou serviço está em conformidade com determinadas normas.
- **Organismo de certificação:** uma organização que efetua a certificação. Por vezes designada por certificador ou agência de certificação. O organismo de certificação pode utilizar uma norma existente ou pode definir a sua própria norma, eventualmente com base numa norma internacional e/ou normativa.
- **Rótulo de certificação:** um rótulo ou símbolo que indica que a conformidade com normas específicas foi verificada. A utilização do rótulo é normalmente controlada pelo organismo que estabelece a norma.
- **Programa de certificação:** um sistema de regras, procedimentos e gestão para efetuar a certificação. Por vezes referido como um sistema de certificação. Um organismo de certificação pode executar vários programas de certificação diferentes.
- **Normas:** acordos documentados que contêm especificações técnicas ou outros critérios precisos a utilizar de forma coerente como regras, diretrizes ou definições, para garantir que os materiais, produtos, processos e serviços são adequados ao seu objetivo.

Estas definições são importantes porque temos assistido no universo empresarial a alguma confusão sobre o léxico da Normalização, principalmente entre os termos “acreditação” e “certificação”, que por vezes são tratados como sinónimos. Em boa verdade, o termo “acreditação” é definido como um procedimento pelo qual um organismo autorizado reconhece formalmente que um certificador é competente para realizar tarefas específicas. Por outras palavras, um programa de acreditação certifica os certificadores (Honey, 2002).

Chegados a este ponto da investigação, e dada a irrazoabilidade de estudar cada um dos mais de 280 sistemas de certificação sob a perspetiva do envolvimento da comunidade local (ou mesmo sobre qualquer outra perspetiva), optou-se por analisar, em primeira instância, os critérios GSTC, uma vez que Global Sustainable Tourism Council é responsável pela acreditação dos Organismos de Certificação, fixando critérios de base para estabelecer uma linguagem internacional comum sobre a sustentabilidade na indústria de turismo. O GSTC produz e gere critérios para hotéis, para operadores turísticos e para destinos, o que simplifica sobremaneira os requisitos de verificação de sustentabilidade. No âmbito da nossa investigação, interessou-nos analisar os critérios estabelecidos para os destinos, informalmente designados por “GSTC-D”. Estes critérios estão organizados em torno de quatro secções: gestão sustentável, impactos socioeconómicos, impactos culturais e impactos ambientais, todos de aplicação generalizada no setor do turismo. Cada secção tem duas ou três subsecções e cada subsecção tem dois ou mais indicadores de desempenho para os quais se identifica o respetivo ODS – Objetivo de Desenvolvimento Sustentável.

A análise do documento foi realizada com o objetivo de identificar os critérios que se relacionam com o envolvimento da comunidade local. Nas linhas seguintes fazemos o relato dessa análise.

O item A2 exige que a estratégia de gestão de destino e plano de ação seja definida com o envolvimento de *stakeholders*, mas não os identifica, o que não permite deduzir se as comunidades locais se encontram incluídas no processo.

O item A5 é sobre a participação e feedback dos residentes e obriga à necessidade de facilitar e promover a participação pública no planeamento e gestão sustentável do destino, acrescentando que «As aspirações, preocupações e satisfação das comunidades relativamente à sustentabilidade do turismo e gestão do destino são regularmente avaliadas e divulgadas, e são tomadas medidas para lhes dar resposta» (GSTC, 2019: 6). Todavia, analisando os respetivos indicadores, percebe-se que essa intenção não é propriamente a de envolver a comunidade local nos processos de decisão no sentido de a fazer participar como parte interessada de igual importância, mas antes para lhe proporcionar informação, realizar inquéritos e outras medidas equivalentes.

O item A9 trata do ordenamento do território e do controlo de construção, exigindo evidências da consulta e consentimento de comunidades indígenas ou grupos étnicos minoritários, mas fica-se por aí mesmo: pela consulta.

O item B6, relativo aos direitos de propriedade e de uso, sujeita a certificação às «evidências de consulta, consentimento e indemnização da comunidade» (GSTC, 2019: 11). Convém notar, neste caso, que estes direitos estão consagrados na Lei, e por isso não têm carácter voluntário.

Os restantes itens tratam de outras temáticas da sustentabilidade, mas não referem a participação da comunidade local, nem sequer nos moldes consagrados pela OMT: uma participação informada, alargada e criadora de consensos.

Conclui-se, assim, que os critérios definidos pelo GSTC que servem para certificar os destinos turísticos são modestos em dar voz à comunidade local, abstendo-se de a tratar como uma parte interessada de igual importância nos processos de decisão.

Como nota final deste capítulo será interessante fazer notar que se desconhece algum estudo realizado até à data que tenha avaliado em profundidade os impactos socioeconómicos da certificação do ecoturismo nas comunidades locais (Davila, 2020); e também será interessante assinalar que, para alguns agentes turísticos, a certificação ainda é considerada um instrumento promocional em vez de uma ferramenta de gestão empresarial (McCool & Martin, 1994) – o que em parte é verdade, pois os sistemas de certificação têm (e se não têm, deveriam ter!) esse duplo papel.

5. A Norma ISO 26000:2011

O objetivo da responsabilidade social é contribuir para o desenvolvimento sustentável. No âmbito desta investigação – recordemo-lo – procurou-se indagar se os sistemas de certificação em vigor acautelavam adequadamente os interesses das comunidades locais – e, se não for esse o caso, procurou-se saber se a Norma ISO 26000:2011 poderia cumprir esse papel. A Norma ISO 26000:2011 fornece linhas de orientação para o relato da responsabilidade social de todas as organizações, independentemente da sua tipologia. Essas linhas de orientação incidem sobre os princípios fundamentais da responsabilidade social, o reconhecimento da responsabilidade social e envolvimento das partes interessadas, e os temas fundamentais relacionados com a responsabilidade social, designadamente a Governação organizacional, os Direitos humanos, as Práticas laborais, o Ambiente, as Práticas operacionais justas, as Questões relativas ao consumidor e o Envolvimento e desenvolvimento da comunidade, sendo esta última a que nos interessa no âmbito desta investigação.

A Norma define “comunidade” nos seguintes termos:

A comunidade (...) refere-se a populações residenciais ou outras formas de instalação social localizadas numa área geográfica que se encontre na proximidade física do local de uma organização ou nas áreas de impacto de uma organização.

A Norma explicita que o envolvimento da comunidade consiste no estabelecimento de uma relação efetiva com as organizações, implica o reconhecimento do valor da comunidade pelas mesmas organizações e tem como objetivo a melhoria da sua qualidade de vida, o que aliás já se verifica com os critérios GSTC. Na sua estrutura, a Norma ISO 26000:2011 considera 7 questões, a saber: (1) envolvimento da comunidade; (2) educação e cultura; (3) criação de emprego e desenvolvimento de competências; (4) desenvolvimento e acesso à tecnologia; (5) riqueza e criação de rendimento; (6) saúde e (7) investimento social.

De uma maneira geral, as recomendações produzidas na Norma ISO 26000:2001 não diferem, em substância, das que constam nos critérios GSTC nem aprofundam o relacionamento com a população local ao ponto de tratar as partes interessadas³ no mesmo patamar de igualdade para as decisões que têm de ser tomadas no seio da comunidade.

Por exemplo, na questão 1: envolvimento da comunidade, as recomendações limitam-se à consulta dos grupos representativos da comunidade e à consulta do acolhimento das comunidades, incluindo as indígenas – o que nos soa, pelo menos, tão modesto como o que está estabelecido nos critérios GSTC.

Não nos parece que a Norma ISO 26000:2001 substitua com vantagens os atuais sistemas de certificação reconhecidos pelo GSTC, exceto na perspetiva em que, ao fazê-lo, será apenas um referencial normativo (com visibilidade internacional) que tem de ser observado pelos agentes turísticos, em vez dos múltiplos referenciais em vigor, cuja quantidade causará, certamente, alguma confusão tanto nos operadores turísticos, como nos turistas e nos cidadãos locais.

Resta-nos uma derradeira palavra para dizer que os critérios GSTC são cumpridos, e em alguns casos ultrapassados, por alguns sistemas de certificação em vigor, como é o caso dos sistemas Green Destination, Green Key e Green Pearls, entre outros.

6. Conclusões

³ Parte interessada: Pessoa ou grupo que tem um interesse em qualquer decisão ou atividade de uma organização (ISO 26000:2011).

Tanto a definição do conceito de desenvolvimento sustentável quanto a de ecoturismo não colhe a unanimidade das partes interessadas, o que constitui uma dificuldade para a elaboração de sistemas de gestão, na medida em que estes sistemas se preocupam com a exatidão da sua nomenclatura, a clareza dos seus conceitos.

A Organização Mundial do Turismo aponta a sustentabilidade como o caminho a seguir por toda a indústria de turismo, mas o seu código de ética é omissivo em relação à preocupação pela participação informada, alargada e criadora de consensos da população local. Todavia, não deixa de fazer, nesse documento, a recomendação unidirecional e paternalista de que a população local tem o dever de aprender a conhecer e respeitar os turistas que a visita e de se informar sobre os seus modos de vida, gostos e expectativas, numa clara inversão de papéis.

Não obstante, é digno de nota o passo importante que foi dado pela Declaração de Oslo, em 2007, para o reconhecimento das comunidades indígenas como partes interessadas de pleno direito, no mesmo patamar de qualquer interveniente da indústria turística.

Quanto à introdução de sistemas de certificação para o turismo sustentável, a constatação de que se encontram em vigor mais de 280 sistemas indica que a indústria turística tem um longo caminho a percorrer para a necessária e desejável uniformização, esforço que está a ser realizado pelo Global Sustainable Tourism Council, entidade que define os critérios a observar em processos de certificação. Apesar desse filtro regulador do GSTC, os sistemas de referência continuam a ser em número demasiado elevado, o que provoca confusão no setor, tanto no lado da oferta quanto no da procura, bem como junto dos cidadãos locais.

De facto, os critérios GSTC não respondem satisfatoriamente à necessidade de envolvimento da comunidade local sobre os projetos de ecoturismo, especialmente no que diz respeito à capacitação dos residentes para participarem nos processos de decisão, tal como está contemplado na Declaração de Oslo. De modo semelhante, a avaliação sobre a possibilidade de a Norma ISO 26000:2011 poder vir a desempenhar esse papel, tornando-se o referencial adequado para o turismo sustentável e o ecoturismo – uma hipótese sustentada no reconhecimento internacional das Normas ISO – permitiu concluir que não substitui com vantagem os atuais sistemas de certificação reconhecidos pelo GSTC. Há ainda muito a fazer sobre a participação da comunidade local nos processos de decisão, nem que aquilo que eventualmente se possa vir a fazer seja apenas para salvaguardar as boas práticas democráticas e o exercício pleno da cidadania.

Referências

- Baker, S. (2006). *Sustainable Development*. Routledge, Taylor and Francis Group.
- Basto, R. (2022). *A singularidade humana do Antropoceno*. V.N. Famalicão: Edições Húmus.
- Davidson, K. (2011). A Typology to Categorize the Ideologies of Actors in the Sustainable Development Debate. *Sustainable Development*, 22(1), 1–14. doi:10.1002/sd.520
- Destinet (2022). Certification quickfinder | Tourism2030. DestiNet.eu. disponível em <https://destinet.eu/resources/tools/certification-quickfinder>
- Diazzi, S. (2002). *Ecotourism certification in Kenya. A qualitative overview of the Eco-rating scheme by Ecotourism Kenya*. [Dissertação de Mestrado em Estudos Africanos, Faculdade de Letras da Universidade do Porto]. Repositório aberto da Universidade do Porto. <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/147759/2/607545.pdf>
- Georgescu-Roegen, N. (2012). *O decrescimento: entropia, ecologia, economia*. Senac.
- GSTC (2019). Global Sustainable Tourism Council. Critérios GSTC para Destinos: versão 2.0, 6 de dezembro 2019. Disponível em <https://www.gstcouncil.org/wp-content/uploads/GSTC-Destination-Criteria-v2.0-PORTUGAL-Portuguese.pdf>
- Honey, M & Stewart, E. (2002). The Evolution of “Green” Standards for Tourism. In M. Honey (Ed.), *Ecotourism & Certification – Setting Standards in Practice* (pp.33-71). Island Press.
- Kallis, G., Demaria, F. & D`Alisa G. (2014). Care. In G. D`Alisa, F. Demaria & G. Kallis, *Degrowth: a vocabulary of a new era* (pp. 63-66). Routledge.
- Latouche, S. (2012). *Pequeno tratado do decrescimento sereno*. (Vítor Silva, Trad.). Edições 70.
- Lele, S. (2013). Rethinking sustainable development. *Current History*, 112(757): 311

- Marujo, M. & Carvalho, P. (2010). Turismo, planeamento e desenvolvimento sustentável. *Turismo e Sociedade*, 3(2): 147-161. <https://doi.org/10.5380/tes.v3i2.19635>
- McCool, S. F., & Martin, S. R. (1994). Community Attachment and Attitudes Toward Tourism Development. *Journal of Travel Research*, 32(3): 29-34. doi:10.1177/004728759403200305
- Mitchell, J. and C. Ashley. (2010). *Tourism and Poverty Reduction: Pathways and Prosperity*. Earthscan, IUCN.
- OMT (1999). O Código Mundial de Ética do Turismo. Resolução adotada pela Assembleia Geral da Organização Mundial do Turismo A/RES/406 (XIII) 13ª reunião, Santiago do Chile, Setembro/Outubro 1999.
- OMT (2003). *Guia de Desenvolvimento do Turismo Sustentável*. Bookman.
- Pires, P. (1998). A dimensão conceitual do ecoturismo. *Turismo – visão e ação*. 1(1): 75-91. <https://doi.org/10.14210/rtva.v1i1>
- Santos, G. (2009). Os fundamentos teóricos-conceituais do ecoturismo. <http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal12/Teoriaymetodo/Conceptuales/22.pdf>
- Simão, J. (2017). *Sustentabilidade e desenvolvimento: conceitos e políticas emergentes: roteiro de estudo 2017/18*. <https://repositorioaberto.uab.pt/handle/10400.2/7047>
- Spenceley, A. (2018). Sustainable tourism certification in the African hotel sector. *Tourism Review*, 74: 179-193.
- TIES - The International Ecotourism Society (2007). *Oslo Statement on Ecotourism*. www.environment.nsw.gov.au/resources/commercial/ttf/251npancc4.pdf
- UNWTO - World Tourism Organization. Disponível em: <https://www.unwto.org/sustainable-development>
- Yeo, M. & Piper, L. (2011). Ecolabels, Ecocertification and Ecotourism. In *Tourism in South East Europe, 2011, Sustainable Tourism: Socio-Cultural, Environmental and Economics Impact* (pp. 279-294). SSRN: <https://ssrn.com/abstract=2166466>

O envolvimento da comunidade local em projetos de ecoturismo...

The International Ecotourism Society. (2019). *What is ecotourism*. Disponível em:
www.ecotourism.org/what-is-ecotourism

A TAXA TURÍSTICA COMO INSTRUMENTO DE QUALIDADE NO DESTINO TURÍSTICO

Rui Paes Mendes
CEGOT, Câmara Municipal de Baião
ruipaesmendes@gmail.com

Dora Pinto
Câmara Municipal de Baião
dora.pinto@cm-baiao.pt

Sandra Mendes
Câmara Municipal de Baião
sandra.mendes@cm-baiao.pt

Manuel Pereira
Câmara Municipal de Baião
manuel.pereira@cm-baiao.pt

Resumo

No actual contexto mundial de expansão do turismo, a qualidade da experiência do viajante no destino, tornou-se uma prioridade essencial. Com o objectivo de preservar e melhorar a qualidade do turismo, muitos destinos turísticos têm vindo a implementar uma taxa turística como mecanismo de compensação pela intensidade de carga e fluxos que os viajantes colocam sobre os territórios. A taxa turística é uma contribuição financeira imposta aos visitantes, revertendo para investimentos na infraestrutura turística local, como conservação de vias, reforço do transporte público, sinalização turística e construção de áreas de lazer. Destinam-se igualmente a projectos e acções com enfoque na conservação do património cultural e natural, bem como promoção do turismo sustentável, nomeadamente com conservação de monumentos históricos, dinamização de museus e espaços culturais bem como em medidas de salvaguarda em parques naturais e preservação dos seus ecossistemas. Por outro lado, tem demonstrado capacidade em regular o fluxo de visitantes, evitando o superpovoamento e a degradação ambiental. Isso permite que os locais turísticos mantenham um equilíbrio entre a procura turística e a sua integridade e autenticidade. A taxa turística também pode incentivar o turismo sustentável, ao permitir investir em práticas ambientalmente responsáveis, como a implementação de energias renováveis, gestão eficiente de resíduos e educação ambiental. Dessa forma, o turismo pode ser um recurso económico positivo para o desenvolvimento económico e social, minimizando os impactos negativos no meio ambiente.

Palavras-chave: Turismo Sustentável; Taxa Turística; Experiência do Viajante; Desenvolvimento Económico e Social; Conservação do Património Cultural e Natural

Abstract

In the current global context of tourism expansion, the quality of the traveler's experience at the destination has become an essential priority. With the aim of preserving and enhancing the quality of tourism, many tourist destinations have been implementing a tourist tax as a mechanism to compensate for the intensity of the burden and flows that travelers impose on the territories. The

tourist tax is a financial contribution imposed on visitors, with the funds being directed towards investments in local tourism infrastructure, such as road conservation, strengthening public transportation, tourist signage, and the construction of recreational areas. They are also intended for projects and actions focusing on the conservation of cultural and natural heritage, as well as the promotion of sustainable tourism. This includes the conservation of historical monuments, the revitalization of museums and cultural spaces, as well as measures to safeguard natural parks and preserve their ecosystems. On the other hand, it has demonstrated the ability to regulate the flow of visitors, preventing overcrowding and environmental degradation. This enables tourist locations to maintain a balance between tourist demand and their integrity and authenticity. The tourist tax can also encourage sustainable tourism by allowing investments in environmentally responsible practices, such as the implementation of renewable energies, efficient waste management, and environmental education. In this way, tourism can be a positive economic resource for economic and social development, minimizing negative impacts on the environment.

Keywords: Sustainable Tourism; Tourist Tax; Traveler Experience; Economic and Social Development; Conservation of Cultural and Natural Heritage

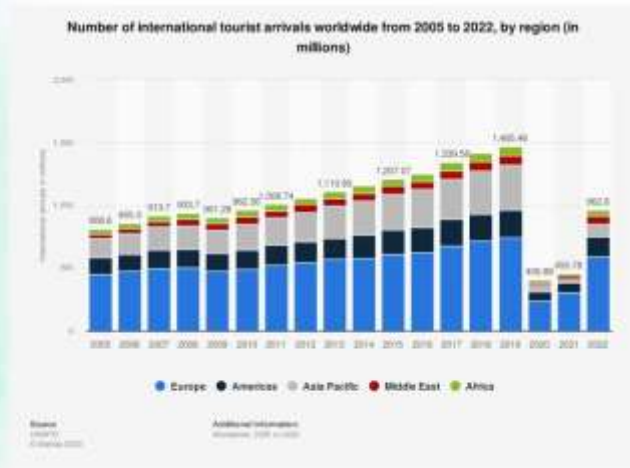
Slide 1



Slide 2

Impactos do Turismo

- Após a II Guerra Mundial o turismo tem crescido de forma rápida, como consequência do aumento da classe média.
- 2018 registou 1,4 mil milhões de turistas devendo atingir valores muito próximos dos 2 mil milhões, em 2030.
- A indústria do turismo é fonte de riqueza para diversos territórios. Em Portugal, em 2019, representou 15,3% do PIB.
- A massificação do turismo tem impactos profundos em diversos destinos e nos seus ecossistemas.
- A actividade turística será responsável pela emissão anual de cerca de 8% do CO₂ a nível mundial.



Slide 3

Impactos do Turismo



Slide 4

Impactos do Turismo

- Aumento dos preços do alojamento e diminuição de habitação para arrendar
- Aumento do impacto ambiental (mais lixo, mais emissões de dióxido de carbono).
- Aceleração da degradação de monumentos históricos.
- Destruição de habitats naturais frágeis.
- Excesso de construção (equipamentos turísticos, alojamento turístico,...).
- Excesso de uso de recursos naturais, em especial a água.



Slide 5

Impactos do Turismo

- Entre 2010 e 2020, o número de lugares em companhias aéreas *low cost* cresceu acima dos 10%, cifrando-se em cerca de 500 milhões de lugares disponíveis, enquanto que plataformas de alojamento duplicaram o número de camas disponíveis em apenas cinco anos.
- Como reacção à pressão provocada, em 2019, dez cidades europeias subscrevem uma carta à Comissão Europeia solicitando apoio na regulação de plataforma digitais de reserva de estadias de curta duração em virtude dos impactos.
- Em Amesterdão, cidade com pouco menos de 1 milhão de habitantes, regista cerca de 9 milhões de visitantes, anualmente.
- Barcelona regista uma proporção de 20 turistas para 1 habitante.
- O descontentamento de residentes tem levado as autoridades a tomar medidas por forma a limitar o turismo (taxa turística, limitação de visitas a activos, promoção de outros activos/destinos, campanhas de sensibilização).



Slide 6

Impactos do Turismo

Mais de 600 pessoas tentam escalar o Monte Everest a cada temporada de escalada. Além disso, para cada alpinista há pelo menos um trabalhador local que cozinha, transporta equipamentos e orienta a expedição. A montanha ficou tão superlotada que muitas vezes os alpinistas fazem fila de horas em condições de frio extremo para chegar ao topo da montanha.



Slide 7

Impactos do Turismo

- O Everest também é conhecido por ser "a mais alta lixeira do mundo".
- Em cada temporada, cada pessoa gera, em média, cerca de oito quilos de lixo, e a maior parte desse lixo fica na montanha.
- Desde 2014 que o governo nepalês instituiu uma "iniciativa de depósito" no valor de \$4,000, que é devolvido a cada pessoa quando ela entrega os 8 quilos de lixo.
- Com a iniciativa de 45 dias "Everest Cleaning Campaign" o governo nepalês em associação com ONG's e privado retirou do Everest 11 toneladas de lixo, em 2019.



Slide 8

Impactos do Turismo

O impacto do turismo no planeta e a expectativa do seu crescimento, tem sido uma preocupação de académicos, ambientalistas e decisores políticos levando a uma reflexão que conduza a acções concretas.



Slide 9

Impactos do Turismo

Agarrando a versão de Amália e recuperando a origem de Marceneiro, Capicua reinventou mais uma vez a letra do clássico "A Casa da Mariquinhas". Gisela João canta, assim, o "Hostel da Mariquinhas", uma sátira à gentrificação da cidade de Lisboa, lançado em 31/03/2023.

*Foi num site de turismo que encontrei
A foto da casa da Mariquinhas
Está toda recuperada, a fachada está pintada
E a entrada decorada a andorinhas
(...)
Seritei-me, pedi a lista do bistrô
E era tudo tão gourmet
Que as sardinhas vinham em pão integral, sem glúten e sem sal
Montadas na vertical e com ervinhas
(...)
É bonito ver a casa restaurada
E há emprego p'ró menino e p'rá menina
Só é pena o português não ganhar para o T3
E ter que mudar para lá da cochinchina*



Slide 10

Impactos do Turismo

- Em Lisboa, durante grande parte do ano o número de dormidas duplica a população residentes nos centros históricos (aumento dos preços da hotelaria, pressão sobre o mercado de arrendamento).
- No Porto, a procura turística registada beneficiou da instalação do *hub* da Ryanair no aeroporto Francisco Sá Carneiro em 2009. Num intervalo de dez anos (2008-2018), o número de chegadas aquele aeroporto cresceu 166%, atingindo os 5.579.287 passageiros, enquanto que os hóspedes nos hotéis passa dos 560.777 para os 1.876.720 de hóspedes.
- O afluxo de turistas tornou-se igualmente uma oportunidade para gerar fundos para os municípios. Em 2019, a CM do Porto cobrou 15 milhões de euros nas dormidas dos turistas, enquanto que a CM de Lisboa cobrou mais de 36 milhões de euros.



Slide 11

A taxa turística como instrumento de qualidade no destino

- A Taxa Turística é cobrada a todos os hóspedes que visitam um determinado território.
- É cobrado um valor por noite e por pessoa, para além do preço do quarto.
- Tem como objetivo arrecadar fundos para investimento nas infraestruturas que suportam o turismo (estradas, passeios, preservação ambiental das cidades, do comércio tradicional, etc.)



Slide 12

Taxa Turística – No Mundo

Paris é a cidade mais visitada do mundo, com 44 milhões de turistas em 2022.

A taxa turística gerou €19.6 mil milhões de retorno em 2022.

"Taxe de séjour" – varia entre 0,25€ e 5€ (por pessoa e por noite)

CATEGORIES OF ACCOMMODATION	NET RATES PER PERSON AND PER NIGHT
Hotels	€5
Hotels and apartments, furnished rooms: 2 stars	€2.75
Hotels and apartments, furnished rooms: 3 stars	€2.88
Hotels and apartments, furnished rooms: 4 stars	€1.88
Hotels and apartments, furnished rooms: 5 stars	€1.55
Holiday village: 4 and 5 stars	
Hotels and apartments, furnished rooms: 1 star	€1
Holiday village: 1, 2 and 3 stars, Bed & Breakfast, Youth Lodges	
Campuses: 3, 4 and 5 stars. Pitches or camping (for sites and tourist parking places per 24-hour period)	€0.75
Campuses: 1 and 2 stars - Motorists	€0.25
Accommodation subject to classification or without classification	Proportional taxation: 6% of the cost of the night including tax with a ceiling of 10.



A taxa turística destina-se a contribuir para o desenvolvimento e promoção do turismo, permitindo aos municípios franceses, incluindo Paris, financiar despesas ligadas à chegada de turistas ou à proteção de suas áreas naturais (<https://en.parisinfo.com/>)

Slide 13

Taxa Turística – No Mundo

Desde 2012 que a Catalunha aplica a taxa turística - *Impuesto sobre las Estancias en Establecimientos Turísticos (ISET)*

Barcelona aplica uma taxa extra ao imposto turístico em toda a região de 2,75€.

A cidade recebeu 7 milhões de turistas em 2022 e prevê-se que a taxa traga cerca de 53 milhões de euros para o Barcelona este ano e cerca de 100 milhões em 2024.



Slide 14

Taxa Turística – No Mundo

Em 2019, foi introduzida a 'Sayonara' Departure Fee no Japão, com um valor de 1.000 ienes (aproximadamente \$9), e prevê-se o retorno de 6 mil milhões de ienes.

De acordo com o governo nipónico, o valor da taxa será investido em melhorar a infraestrutura de suporte com sinalização em língua estrangeira em hotéis e estabelecimentos comerciais, criando um ambiente mais confortável para os visitantes estrangeiros e em melhorar o serviço de transportes.

A Agência de Turismo do Japão anunciou que 31,9 milhões de visitantes estrangeiros vieram ao Japão em 2019.



Slide 15

Taxa Turística – No Mundo

Na sua reabertura ao turismo em 2022, o Butão actualizou a sua "Sustainable Development Fee" para um valor de \$200 por noite/pessoa.

Na sua estratégia de procurar turistas internacionais de alto valor, o Butão na paragem imposta pela pandemia, fez um rebranding da marca turística "Buthan Believe" e ajustando as suas condições de acesso ao país.

Em 2019, o reino foi visitado por mais de 300 mil turistas, o que levantou questões relacionadas com o elevado número de visitantes.

"A Taxa de Desenvolvimento Sustentável (SDF) permite o investimento em programas transformadores que sustentam nossas tradições culturais, protegem nosso meio ambiente, melhoram a infraestrutura e aumentam nossa resiliência." (<https://bhutan.travel/>)



Slide 16

Taxa Turística – Em Portugal

Destino turístico	Ano	Valor
Aveiro	2013	
Lisboa	2016	2,00 €
Cascaes	2017	1,00 €
Santa Cruz, Madeira	2017	2,00 €
Quelim (Igreja de Fátima)	2018	
Associação de Municípios do Algarve	2018	1,50 €
Porto	2018	2,00 €
Vila Nova de Gaia	2018	2,00 €
Vila Real de Santo António*	2018	1,00 €
Serra	2018	0,50 €
Mafra	2018	1,00 €
Mafra	2019	2,00 €
Mafra	2019	1,00 €
Alentejo	2020	
Alentejo	2020	
Faro	2020	1,50 €
Coimbra	2020	1,00 €
Braga	2020	2,00 €
Algarve	2022	Revisado em 2023
Peniche - Ilha das Berlengas	2022	3,00 €
Olhão	2023	1,00 €
Olhão	2023	2,00 €
Póvoa do Varzim	2023	1,50 €
Viana do Castelo	2023	1,50 €
Coimbra	2023	1,00 €
Figueira da Foz	2023	2,00 €
Alentejo	2024	Em estudo
Alentejo	2024	Em estudo



Slide 17

Taxa Turística – Janeiro a Abril 2023

- 12 milhões de dormidas (+41% face a período homólogo)
- 21,4 milhões de euros de receita da taxa turística
 - 13,6 milhões em Lisboa
 - 5,8 milhões no Porto
 - 592 mil euros em Santa Cruz, na Madeira (mais do que a totalidade de 2022, a ecotaxa turística municipal passou de um para dois euros em 2023)



Slide 18

Notas

Uma vez que o turismo traz mais pessoas a estes territórios, e, portanto, um maior desgaste, muitos municípios justificam a aplicação do imposto como uma necessidade.

O "fardo escondido do turismo" ou "custos escondidos" (hidden burden) traduz estes custos acrescidos que reflectem a pressão que o turismo impacta em diversas infraestruturas e/ou activos turísticos.

Por exemplo, mais turistas significa:

- maior necessidade de recolha de resíduos sólidos → mais rotas, mais equipamentos, mais frequência, mais veículos, ...
- maior consumo de água → mais captações, mais ETA's, mais ETAR's, ... além dos óbvios impactos ambientais e desequilíbrios no ciclo da água;
- maior pressão sobre ecossistemas frágeis → implementação de mecanismos de controlo do visitante, implementação de mecanismos de monitorização, adopção de medidas de mitigação dos impactos,...
- ...

Slide 19

Referências

- Epler Wood, M., Milstein, M., & Ahamed-Broadhurst, K. (2019). *Destinations at Risk: The invisible burden of tourism*.
- Henley, J. (2020). Overtourism in Europe's historic cities sparks backlash. *The Guardian*.
<https://www.theguardian.com/world/2020/jan/25/overtourism-in-europe-historic-cities-sparks-backlash>
- Martins, L. P., Fernandes, M. G., & Mendes, R. P. (2014). O turismo como argumento para o desenvolvimento – o Concelho de Baião entre a profusão do património natural e a espessura das actividades humanas. *Afas Do XIV Colóquio Ibérico de Geografia*.
- Observatori del Turisme a Barcelona. (2020). *2019 tourist activity in Barcelona data has been published*.
<https://www.observatoriturisme.barcelona/en/news/2019-tourist-activity-barcelona-data-has-been-published>
- Mendes, R.P., Pinto D., Mendes S., Pereira M. (2023). A taxa turística como instrumento de qualidade no destino turístico, (pp. 15-16). Disponível em:
https://greenmarble2023.weebly.com/uploads/1/1/3/2/113215367/gm2023-programa_e_livro_de_resumos.pdf
- Shone, M. C., Simmons, D. G., & Dalziel, P. (2016). Evolving roles for local government in tourism development: a political economy perspective. *Journal of Sustainable Tourism*, 24(12), 1674–1690.
<https://doi.org/10.1080/09669582.2016.1184672>
- World Data. (2020). *Tourism in the Netherlands*. WorldData.Info. <https://www.worlddata.info/oceania/french-polynesia/tourism.php>
- WTTC. (2018). *Travel & Tourism Economic Impact | World Travel & Tourism Council (WTTC)*.
<https://wttc.org/Research/Economic-Impact>

ARTE E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS*

Paul Valéry¹ aconselhava a que não se falasse sobre arte, posto que a verdadeira obra de arte tudo dissesse, tornando-se qualquer discurso redundante e, naturalmente, menos válido. Também Jean-Paul Sartre² alertava para os perigos das elocuições sobre arte, pois que, mergulhando num campo de ambiguidades, poderiam escorregar das frágeis pontes que se erguem entre o quimérico e o perceptivo, o sentido e a significação, a crítica e o desvario.

Mas quando Fernando Pessoa,³ em *Ideias Estéticas*, admite ser a obra de arte uma «interpretação objetivada duma impressão subjetiva», legitima a existência de critérios exteriores regidos pelas leis da ideia, da interpretação e da subjetividade que convocam o temperamento do indivíduo, a eleição e delimitação do objeto, bem como a sua interpretação mais ou menos próxima do interpretado. Assim, generalidade, universalidade e limitação são princípios inalienáveis da obra de arte que terá como potencial fim a elevação do homem através da busca do belo. Não pactuando com o mero ludismo há, na arte verdadeira, fins valorizadores e instrutivos, observados durante a sua construção, onde conluam a profundidade psicológica e o “carácter abstrato e geral da emoção”.

Este testemunho pessoano faz-nos fugir à tentação de definir a obra de arte que, sendo oriunda de uma necessidade de partilha, convoca campos vários como sejam o da sociologia, da economia, da filosofia, da estética... caucionando, por outro lado, o *modus faciendi* relativamente à sua valoração. Esta valoração que referimos afasta-se, naturalmente, da descoberta de falhas, erros ou influências, privilegiando, outrossim, a comunicação da forma como a obra atua. Seguindo os ditames de Kandinsky,⁴ interessa-nos mais a libertação do que a limitação e, sobretudo, a não rejeição daquilo que se impõe como perseguição obstinada da descoberta da vida através da definição da própria experiência.

Impõem-se estas reflexões na aproximação que faremos ao conteúdo da presente mostra expositiva – *Arte e alterações climáticas* – onde vida e arte se

* Reprodução, com pequenas modificações, do texto introdutório à obra: *Arte e alterações climáticas - Catálogo da exposição*, com curadoria de Isabel Ponce de Leão, Maria do Carmo Mendes e Rui Paes Mendes. Baião: Câmara Municipal de Baião, Institute for Anthropocene Studies e Cooperativa Árvore, 2023.

¹ Cf. *Arte de pensar (ensaios filosóficos)*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.

² Cf. *Le peintre sans privilèges*. In: *Situations IV*. Paris: Gallimard, 1964.

³ Cf. *Obras em prosa*. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar, 1976.

⁴ Cf. *Gramática da Criação*. Lisboa: Edições 70, 2008.

presentificam (con)fundidas, permitindo-nos assim não nos determos nos ditames kantianos ou vergarmo-nos a metodologias analíticas de Richardson e Croce para, livremente, mas sem libertinagem, acolhermos os conselhos baudelairianos que ainda hoje escandalizam um certo senso comum.

Sem esquecermos a dimensão perceptível da arte, detemo-nos nos seus postulados ético e estético e não subvalorizamos a sua função utilitária, ainda que longe dos postulados marxistas-leninistas de Plekhanov. Não se trata aqui de responder à pergunta “o que é arte” – assazmente formulada por nomes como Clive Bell, Morris Weitz, George Dickie ou Nelson Goodman – outrossim repensar no inquestionável binómio que faz com a sociedade evocando a investigação de Arnold Hauser,⁵ e a sua ousadia de uma eventual teorização, ao consagrar o movimento dialético que as engloba num largo processo solidário de influências mútuas em que a reciprocidade é manifesta.

Se a obra depende, em primeira instância, do autor e das condições de produção, depende também dos influxos exercidos por valores sociais, ideológicos, culturais, ambientais, comunicativos.... Tratando-se de um processo alegórico de comunicação inter-humano, torna-se claro que todos esses fatores condicionam a produção artística, sem que esta deixe de ser, por sua vez, *leitmotiv* de muitos deles.

A convicção, hoje (quase) consensualmente aceite a nível planetário, de que a ação humana tem uma influência decisiva sobre os ecossistemas – levando Paul Crutzen e Eugene Stoermer a cunharem o termo “Antropoceno” em 2000 – e de que as alterações climáticas têm já efeitos catastróficos na Terra, que se acentuam a um ritmo vertiginoso, constituem preocupações praticamente inexistentes até à década de 1950. Apenas 20 anos mais tarde foi tomada consciência científica sobre a dimensão aterradora do aquecimento terrestre. Como afirma o cientista do clima Michael Oppenheimer (2022: 23),⁶ as alterações climáticas «(...) eram mais uma curiosidade do que um problema. (...). Juntei-me a um coro cada vez maior de cientistas que, durante a década de 1980, fez soar o alarme. Apenas um punhado de decisores políticos nos prestava atenção, mas hoje em dia é impossível ignorar a questão do aquecimento do planeta».

A arte – literatura, pintura, cinema, música – é um artefacto que acompanha as circunstâncias do próprio ser humano: os momentos históricos, nos seus tumultos e sobressaltos, as inquietações humanas, na busca de felicidade, na resistência ao sofrimento, na proposta de universos futuros de harmonia e de convivência.

A literatura pode ser considerada como arte pioneira no tratamento de alterações climáticas, originando mesmo uma nova área nos Estudos Literários

⁵ Cf. *História Social da Arte e da Literatura*. S. Paulo: Martins Fontes, 1998.

⁶ “A descoberta das alterações climáticas”. Greta Thunberg (criação). *O Livro do Clima*. Lisboa: Penguin Random House Grupo Editorial, 2022, pp. 23-28.

(seguidos pelos Estudos Culturais), institucionalizada academicamente na década de 1990: a Ecocrítica. Ela propõe-se, desde a obra seminal de Cheryll Glotfelty e Harold Fromm, *The Ecocriticism Reader* (1996), refletir sobre a interação humano-não humano. As implicações dessa reflexão são inúmeras. No domínio literário, elas levariam escritores contemporâneos a, de um modo cada vez mais insistente, fazerem de textos narrativos (romances climáticos) e poéticos (ecopoemas) pretextos para: a denúncia de atentados ambientais provocados pelo ser humano – desflorestações, construções desordenadas, comportamentos ambientalmente insustentáveis, etc.; a consciência de que, embora em ritmos distintos, todos somos e seremos cada vez mais intensamente afetados pelos efeitos das alterações climáticas; ou a noção de “racismo ambiental”, que o pensador e ficcionista indiano Amitav Ghosh identifica na abertura de um ensaio notável: *The Great Derangement. Climate change and the unthinkable* (2016). O próprio Ghosh observava com perplexidade que os escritores (inclui-se no grupo) se mostravam no início do século XXI pouco interessados em questões ambientais, porventura porque, seguindo o termo freudiano “Das Unheimliche”, elas apontavam para algo misterioso, assustador e estranhamente familiar, despoletando sensações de angústia e de confusão. Curiosamente, Ghosh confessa que a história da sua família – sobretudo o impacto que causaram no seu percurso as vidas de antepassados familiares que, nas suas próprias palavras, foram «ecological refugees long before the term was invented» – levá-lo-ia a escrever “climate novels”.

Romances climáticos e ecopoemas são géneros literários que ao longo do século XX podemos encontrar em literaturas de diversos países, designadamente nas literaturas latino-americanas e de expressão anglo-saxónica. São já alertas para uma consciência, que hoje, felizmente, poucos refutam, de que as alterações climáticas perturbam a vida humana (ou o que julgávamos como inalterável e assegurado), mas também o mundo natural. Em última instância, são obras que obrigam a repensarmos a vida tal como a conhecemos e o futuro tal como o desejamos num planeta habitável e respirável.

Nos 23 anos do século XXI, a literatura tem mostrado uma consciência e um compromisso cada vez mais evidentes com as alterações climáticas.

O que é inquestionável literariamente, é-o também noutras manifestações artísticas. Pinturas, instalações, realizações cinematográficas e fotografias do atual século têm-se voltado de modo cada mais atento para as alterações climáticas, abordando-as de múltiplas formas: ora representando o extrativismo que tem convertido territórios mineralmente ricos em zonas sacrificadas; ora revelando o modo como a ação humana tem contribuído para reduzir a biodiversidade e para aumentar injustiças sociais; ora olhando para o aumento do nível das águas e o degelo das calotas polares; ora encarando a turbulenta história humanos-não humanos; ora ainda antecipando cenários que os seus

autores pretendem que sejam lidos como superações da atual injustiça ecológica.

Musicalmente, o compromisso ecológico pode evidenciar-se, a título exemplificativo, na Eco acústica ambiental, um género que, utilizando novas tecnologias, chama o ambiente para a música, convocando ruídos do vento ou das ondas do mar (e.g. Matthew Burtner em *The Time of Ice Melting*, 1998).

O projeto *Art Works for Change*, criado em 2008 por um grupo de artistas sob direção de Randy Jayne Rosenberg, tem-se empenhado na realização de exposições de pintura, escultura e fotografia centradas em questões como gestão ambiental e sustentabilidade. A exposição “Footing the Bill: Art and our Ecological Footprint” (2020) é o exemplo mais recente de trabalho colaborativo (iniciado em 2015 para comemorar o Dia da Terra) sobre, como se lê na página *online* do projeto, «the urgent need to live sustainably within the Earth`s finite resources. The exhibition features a curated exhibition of artists whose work challenges us to reflect on our ecological footprint, as well as virtual tours from leading environmental organizations».

Relevante é ainda o trabalho de muitos artistas que têm integrado *The Tempesty Project*, lançado em 2016 e centrado na representação do aquecimento global através de peças artísticas formadas em tricot e croché.

No domínio artístico, é incontornável uma referência ao trabalho do fotógrafo canadiano Edward Burtynsky dedicado aos impactos da industrialização nos ecossistemas terrestres.⁷

A abordagem teórica das potencialidades ecocríticas do cinema é um fenómeno recente. Desde logo, importa estabelecer uma distinção entre “Ecocinema” e “Cinema Ambientalista”. A proposta de Paula Willoquet-Maricondi (2010: 45)⁸ estabelece a noção de “Ecocinema” como género que possui uma «consciousness-raising and activist intentions, as well as responsibility to heighten awareness about contemporary issues and practices affecting planetary health». O género “Ecocinema” implica, portanto, um significado interventivo e de denúncia, como também a autora assinala: o Ecocinema «overtly strives to inspire personal and political action on the part of viewers, stimulating our thinking so as to bring about concrete changes in the choices we make, daily and in the long run, as individuals and as societies, locally and globally». Já o “cinema ambientalista” representa, para a mesma investigadora (2010: 47), um género que, em vez de conter um repto interventivo, «affirms than challenges the culture`s fundamental anthropocentric ethos».

También la lluvia (2010), uma coprodução franco-hispano-mexicana dirigida por Icíar Bollaín, é um exemplo de cruzamento de ecocinema com

⁷ <https://www.edwardburtynsky.com/projects/the-anthropocene-project>

⁸ *Framing the World: Explorations in Ecocriticism and Film*. Charlottesville and London: University of Virginia Press, 2010.

documentário (cinema ambientalista, portanto). *Sunshine State* (2002), escrito e dirigido pelo norte-americano John Sayles, constitui um caso de “ecocinema”.

A exemplo do que nos últimos anos tem sido feito com textos literários clássicos, reanalisados sob o prisma da Ecocrítica (e.g. a dramaturgia shakespeariana ou mesmo a dimensão ecológica do Antigo Testamento), também a teoria atual se interessa por reexaminar filmes clássicos norte-americanos (em particular os *westerns*) num ângulo ecológico, opondo a política extrativista e exterminadora dos mais fortes aos comportamentos protetores e harmoniosos de tribos nativas na sua interação com o espaço físico, e as espécies vegetais e animais.

A pintura contemporânea reflete, como a literatura e o cinema, preocupações com as alterações climáticas. Não são inquietações inéditas, se pensarmos, por exemplo, na leitura que um recente ensaio faz dos quadros do inglês William Turner (1755-1851) e do francês Claude Monet (1840-1926). O texto defende a hipótese de que as pinturas de Turner e Monet representam mudanças físicas nas condições atmosféricas causadas pela poluição.⁹

Todavia, o interesse pictórico consistente (não pontual) pela interpretação das alterações climáticas é um fenómeno muito mais recente, ecoando porventura, como acontece com o cinema e a literatura, a acutilância contemporânea desta problemática e as suas consequências negativas sobre o humano e o não humano.

As alterações climáticas, omnipresentes no discurso mediático (em documentários, reportagens jornalísticas ou de figuras públicas comprometidas com questões ambientais) e político (em cimeiras do clima e debates que, em vários continentes, se realizam regularmente, bem como na relevância de partidos claramente voltados para problemas ambientais), são encaradas artisticamente na exposição “Arte e Alterações Climáticas” e revelam que tais mudanças reconfiguraram e reconfigurarão as potencialidades da arte e de todas as narrativas culturais.

A exposição é inédita no contexto português e a abundância de peças exibidas comprova a mobilização de um muito significativo número de artistas nacionais.

Ela resulta de um repto lançado no âmbito da realização do *Green Marble 2023- Encontro Internacional de Estudos do Antropoceno e Ecocrítica*, organizado pelo INfAST – Institute for Anthropocene Studies – e apoiado pela cooperativa A Árvore e pela Câmara Municipal de Baião.

As peças que integram a exposição instigam o espetador a observar os efeitos desestabilizadores de uma crise provocada pelos seres humanos, ao mesmo tempo que o estimulam a refletir sobre o imperativo de mudança

⁹ Anna Albright e Peter Huybers. Paintings by Turner and Monet depict trends in the 19th century air pollution. In *Proceedings of the National Academy of Sciences*, 120(3), 2023, pp. 1-8.

ecológica. Não são, portanto, obras cujo propósito se confina ao preceito romântico “arte pela arte”; outrossim, revelam um compromisso ecocrítico.

Múltiplas sensibilidades estéticas se revelam nesta exposição, cujo fio condutor – Alterações Climáticas – foi cuidadosamente cumprido pelos 67 artistas. Pinturas, desenhos e esculturas, e utilização de variadas técnicas, em peças cujos títulos definem a interpretação artística das alterações climáticas, definem ainda a sensibilidade da Arte a um dos mais inquietantes – porventura o mais perturbador – problemas da existência humana na atualidade.

Os trabalhos expostos assumem um compromisso ecológico; nesse sentido, interpelam o espetador, instigam-no a pensar sobre o estado atual do planeta que (ainda) habitamos, sugerem caminhos alternativos de interação Homem-Natureza, levam-no, em última instância, a interrogações e, assim se espera, a uma ação que reformule uma relação que humanamente separa Homem e Natureza e aceita que o ser humano pode *ad infinitum* dispor dos recursos naturais e não humanos.

A dimensão e a diversidade da presente mostra permitem-nos observar a transversalidade da obsessão temática presente nas várias tendências e movimentos artísticos que se desenvolveram nos séculos XX e XXI. Estamos, garantidamente, em presença de uma exposição onde todas as sensibilidades estéticas se presentificam.

No século XX, os teóricos demandam novos critérios e métodos de avaliação dos valores estéticos. Os formalistas preferiram explorar as qualidades materiais independentemente da forma e do conteúdo. Os modernistas preocuparam-se com a construção da imagem na tela, perseguindo o vanguardismo e progredindo para a abstração, acreditando, com Greenberg, nos benefícios sociais desta nova linguagem que se bipolarizou no *Kitsch* – destinado a uma cultura comercial de massas – e na pureza ideológica, estética e cultural da arte abstrata bem representada pelos salpicos de Jackson Pollock. Outros movimentos modernos – *Land Art, Pop Art, Minimalismo* –, contestando Greenberg, olharam a arte muito para além das técnicas da pintura e desenho. Numa negação aos sistemas globais para avaliação do objeto estético, motivados por nomes como Freud, Marx ou Engels, mesmo se questionados por Jean-François Lyotard, artistas e teóricos preferiram explorar a dimensão humana sem pospor a expressão artística, numa clara empatia pós-moderna.

O século XXI arrasta novos quesitos e horizontes à conceção artística. O terrorismo muçulmano, que mudou o mundo, teve fortes impactos na arte sendo que despoletou a expansão dos ideais pós-colonialistas, chamando a um primeiríssimo plano os artistas não ocidentais, as suas heranças e preocupações. A partir de Edward Said (1978),¹⁰ a ideia do oriente subalternizado

¹⁰ Cf. *O Orientalismo*. Lisboa: Edições 70, 2021.

foi perdendo consistência e verificou-se a atração pelo seu exotismo, através da fantasia e do erotismo propiciadores de uma interação imaginária profética da globalização. A contestação à colonização surge na demanda de sociedades igualitárias levantando questões de identidade, etnia, classe e género. Artistas ocidentais e orientais reconhecem que há um hibridismo a seguir e inspiram-se em valores longínquos das suas fronteiras culturais como os casos de Anish Kapoor ou Yinka Shonibare.

Por outro lado, a arte é usada como forma de comentário político, social, económico e ecológico, usando formas e materiais diversificados numa chamada de atenção para problemas globais de que deu conta a grande exposição internacional *Documenta 12*, realizada em Kessel, Alemanha, em 2007, com a participação de artistas de todo o mundo.

Mas se a tela, continua a ser o grande suporte das artes plásticas, há que ter em conta materiais diversos, muitos reciclados, geradores de uma pluralidade que, pospondo regras e limites, agilizam a liberdade criadora. Surgem instalações, fotografias, vídeo, arte conceptual – esta afastando-se da tela – uma espécie de vale tudo, muito em sintonia com os ditames de George Dickie. A pluralidade, a auto-perceção e a natureza eclética da arte atual, ignorando qualquer sistema universal de valores por forma a sugerir uma infinidade de leituras, foram claramente expressas na exposição *Sensation*, que decorreu na *Royal Academy* de Londres em 1997 por obras de Tracey Emin e Damien Hirst. Acresce a tudo o dito o papel das novas tecnologias na arte gerada com o auxílio da inteligência artificial de qua dão contas inúmeros *websites*.

Interessa-nos, muito justamente, salientar que a resposta dos artistas à proposta a esta *Arte e alterações climáticas*, tendo sido massiva, esqueceu preconceitos académicos, apresentando uma diversidade que estabelece o feliz *continuum* entre tempos, formas, modos e modas. Um relance nos trabalhos expostos leva-nos à vibração fauvista, à emoção expressionista, às dinâmicas futuristas e vorticistas, à fragmentação cubista, ao “zero da forma” abstracionista – sem exclusão *De Stijl*, *Bauhaus* e *Pós-abstração pictórica* – ao niilismo dadaísta, ao automatismo surrealista, à intervenção neorrealista, à antiarte neodadaísta, ao anti elitismo da *Pop Art*, ao minimalismo da *Op Art* contestada pelo neoexpressionismo, à rejeição limitativa da arte concetual e às instalações que, contestando a escultura tradicional mais ortodoxa, envolvem e mobilizam o espaço expositivo sem preconceitos na seleção dos materiais.

É esta diversidade que aqui nos interessa. É verificamos que a ideia de salvar o planeta agónico, tem na expressão artística uma forte aliada, alheia a dogmas e preconceitos escolásticos. Há que ver o óbvio visível sem, sistematicamente, procurar o sentido do invisível que não pode ser postergado, mas que não tem que ser priorizado. Um pouco na senda de Aristóteles da *Ética a Nicómaco*, talvez concluamos da felicidade através da arte, uma arte útil que,

em conluio com o belo, propicie ao ser humano a escolha dos meios para se realizar sem atropelos ao planeta. É este o apelo.

PROGRAMA DO EVENTO

1-3/6/2023 | Mosteiro de Ancede-Centro Cultural, Baião, Portugal

GREEN MARBLE 2023

Encontro Internacional de Estudos do Antropoceno e Ecocrítica
Ecoturismo e Ecoviagens no Antropoceno
International Meeting on Anthropocene Studies and Ecocriticism
Ecotourism and Ecotravel in the Anthropocene

Programa/Program

1 junho/June

10h00 | Receção/Registration

11h00 | Sessão inaugural/Opening session

Presidente da Câmara Municipal de Baião: **Paulo Pereira**
Comissão Organizadora/Organizing Committee: **João Ribeiro Mendes & Rui Paes Mendes**

Locução de abertura/Opening keynote

Luís Pedro Martins (Presidente da Associação de Turismo do Porto e Norte), *Turismo do Norte: oportunidades e desafios*

13h00 | Almoço/Lunch

15h30 | Exposição “Arte e alterações climáticas”/Exhibition “Arte and climate change”

Inauguração por/Inauguration by **Isabel Ponce de Leão & Maria do Carmo Mendes**

Verde de honra/Verde wine tasting

17h30 | Fim do 1º dia/End of the 1st day

2 junho/June

10h00 | Sessões/Sessions

#I

Moderador(a)/Chair: Cláudia Toriz Ramos

Isabel Ponce de Leão (Universidade Fernando Pessoa), *Ventos cruzados em Suão de Antunes da Silva*

Maria do Carmo Mendes (Universidade do Minho), *"A perfeição do universo": uma ecoviagem*

Elsa Pinheiro (Consultora independente), *Douro Verde: Uma estratégia de Valorização Territorial*

Cláudia Toriz Ramos (Universidade Fernando Pessoa), *Turismo sustentável: a doutrina e a sua consecução, na ótica da Comissão Europeia*

12h00 | Almoço/Lunch

14h00 | Sessões/Sessions

#II

Moderador(a)/Chair: João Ribeiro Mendes

Richard Štáhel (Institute of Philosophy of the Slovak Academy of Sciences in Bratislava), *Is Ecotourism Environmentally and Socially acceptable in the Climate, Demographic and Political Regime of the Anthropocene?*

Sérgio Lira (Green Lines Instituto para o Desenvolvimento Sustentável), *Museus e turismo sustentável – uma relação (im)possível?*

Katarina Podušelová (Institute of Philosophy of the Slovak Academy of Sciences in Bratislava), *Digital nomadism in the Anthropocene: Philosophical-anthropological analysis of the ambivalence and contradiction of this phenomenon*

João Ribeiro Mendes (Universidade do Minho), *Can Ecoclimatic Sustainability be Promoted in Virtual Tourism without Compromising the Tourist Experience?*

16h00 | Intervalo para café/Coffee break

16h30 | Sessões/Sessions

#III

Moderador(a)/Chair: Rui Sousa Basto

Elvira Peuhype de Aguiar, Alexandre Túlio Amaral Nascimento, Gustavo Tofanin Cristofoli (Universidade do Estado de Minas Gerais), *Sistema Participativo de Garantia e suas Visitas de Pares como Ferramentas de Educação Cidadã e Agroecológica: uma vivência em Belo Horizonte (Minas Gerais, Brasil) e sua região metropolitana*

Rui Paes Mendes, Dora Pinto, Sandra Mendes, Manuel Pereira (Câmara Municipal de Baião), *A taxa turística como instrumento de qualidade no destino turístico*

Gustavo Tofanin Cristofoli, Elvira Peuhype de Aguiar, Alexandre Túlio Amaral Nascimento (Universidade do Estado de Minas Gerais), *Perspectivas e potencialidades de integração entre a agroecologia e o turismo de base comunitária: um olhar a partir do contexto de Belo Horizonte (Minas Gerais, Brasil) e seu colar metropolitano*

Pedro Mendes, Francisco Lopes (Th1nk Mate), *A importância da certificação no desenvolvimento das marcas dos destinos turísticos*

Rui Sousa Basto (Investigador independente), *O envolvimento da comunidade local em projetos de ecoturismo à luz da responsabilidade social*

19h00 | Fim do 2º dia/End of the 2nd day

3 junho/June

10h00 | Programa social/Social programme: Visita ao futuro geossítio do rio Ovil/Visit to the future geosite of the Ovil river.

O município de Baião tem vindo a desenvolver com professores das universidades de Trás-os-Montes e da Coruña o estudo e classificação de um sítio de elevado valor geológico identificado no rio Ovil. O rio Ovil, um afluente do rio Douro, tem vindo a ser requalificado através de técnicas de

engenharia natural no sentido de o devolver ao seu carácter original em termos de ecossistema. Ao longo do seu curso, foi construído um percurso pedonal interpretativo, que permite a sua visitaçãõ.

The municipality of Baião has been collaborating with professors from the universities of Trás-os-Montes and Coruña to study and classify a site of high geological value identified in the Ovil river. The Ovil river, a tributary of the Douro river, has been undergoing natural engineering techniques to restore its original ecosystem. Along its course, an interpretive walking trail has been built, allowing visitors to explore the river.

CARTAZES DO EVENTO

GREEN MARBLE 2023

Encontro Internacional de
Estudos do Antropoceno e Ecocrítica
Ecoturismo & Ecoviagens no Antropoceno

1 de junho-3 de junho de 2023
Mosteiro de Ancede-Centro Cultural, Baião, Portugal

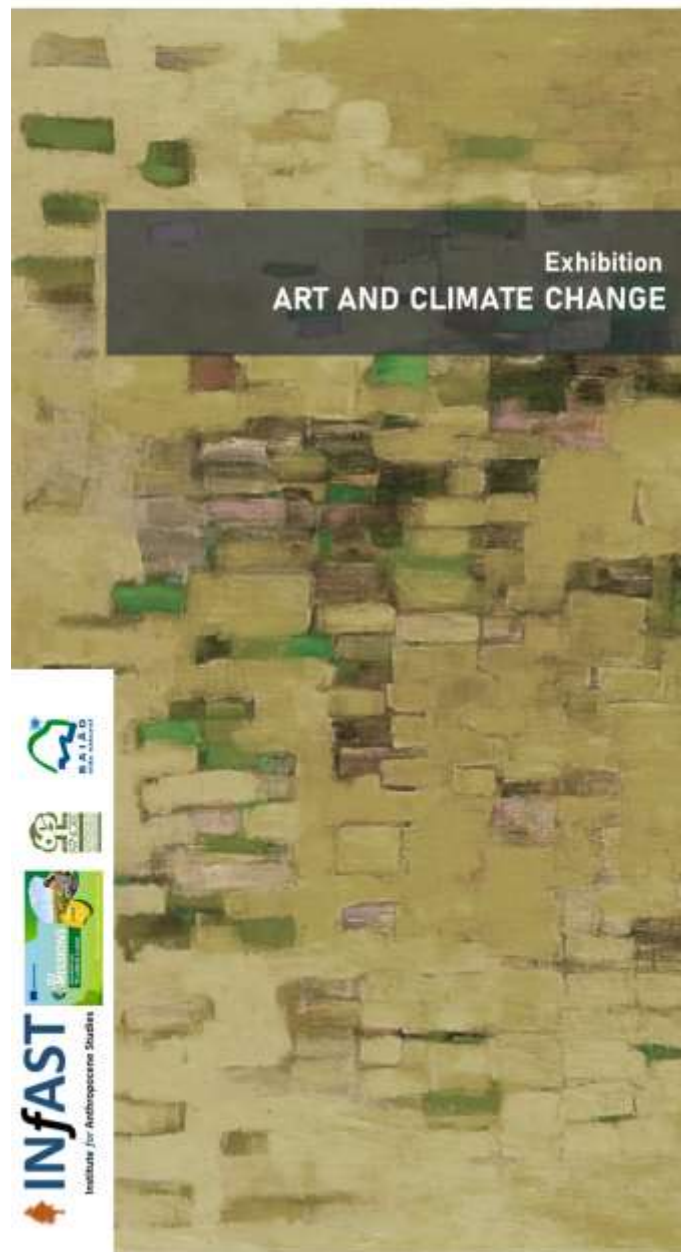


GREEN MARBLE 2023

International Meeting on
Anthropocene Studies and Ecocriticism
Ecotourism & Ecotravel in the Anthropocene

June 1-3, 2023

Mosteiro de Ancede-Centro Cultural, Baião, Portugal



ARTE & ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS



**Exposição organizada no âmbito
do Green Marble 2023-Encontro
Internacional de Estudos do
Antropoceno e Ecocrítica
Ecoturismo & Ecoviagens
no Antropoceno**

**1 de junho-3 de junho de 2023
Mosteiro de Ancede-Centro
Cultural, Baião, Portugal**

ART & CLIMATE CHANGE



INFAST
Institute for Anthropocene Studies

Exhibition organized as part of
Green Marble International
Meeting on Anthropocene Studies
and Ecocriticism

**Ecotourism & Ecotravel
In the Anthropocene**

June 1-3, 2023

Mosteiro de Ancede-Centro
Cultural, Baião, Portugal

FOTOS DO EVENTO













MOSTEIRO
DE ANCEDE
CENTRO CULTURAL
BAIÃO

ARTE E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS



Mostra de contributos de 67 artistas, incluindo uma variedade de obras de arte, como pinturas, esculturas, fotografias, instalações e obras audiovisuais.

CURADORIA:
Isabel Ponce de Leão e Maria do Carmo Mendes

A DECORRER

MACC BAIÃO

INFORMAÇÕES:

✉ mosteiro.ancede@cm-baiao.pt

☎ 255 540 500

🌐 www.cm-baiao.pt

O
Á
Ç
I
S
O
P
X
E
O
T
R
A
R
E
D
E
.



(BDLR | 001)













